AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 24 • Nº 7 • JULHO 2004 • R$ 10,00

FGV EESP | FGV IBRE | FGV EAESP






ISSN 0100-4298
9 770100 429049 00007






SAFRA 2004/2005

Agricultura entra em campo para plantar novo recorde

Ivan Wedekin, secretário nacional de Política Agrícola, comenta o Plano Agrícola e Pecuário








PECUÁRIA
Confira a rentabilidade do confinamento

INVESTIMENTO EM TERRAS
Inflação baixa altera o jogo

SOJA
Como controlar a ferrugem

3pontos



GV*consult*. A consultoria que faz a diferença.

Porque a GV*consult* faz a diferença:

- Porque transfere para a sua empresa a nossa experiência com metodologia, capacitando, assim, o seu capital humano.
- Porque aplica na sua empresa as mais modernas técnicas de gestão que só uma instituição como a Fundação Getulio Vargas pode oferecer.
- Porque propõe soluções inovadoras e eficazes, associando o conhecimento e a experiência da sua empresa às ferramentas desenvolvidas pela GV*consult*.

Áreas de atuação

- Planejamento
- Processos
- Tecnologia da Informação
- Gestão do Capital Humano
- Produção e Qualidade
- Finanças
- Controladoria
- Gerência de Projetos
- Marketing
- Gestão Ambiental
- Análise Econômica
- Administração Hospitalar e de Saúde
- Administração Pública Municipal
- Administração Pública Estadual e Federal
- Plano de Previdência Complementar

FGV
GVconsult

(11) 3281.7784 / 7785 / 7915
www.gvconsult.com.br
gvconsult@fgvsp.br



REGADA PELAS NOVAS TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS PELA EMBRAPA, A FRUTICULTURA BRASILEIRA CRESCEU COM VIGOR. MELHOROU EM QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE. NOVAS FRENTES DE PRODUÇÃO FORAM ABERTAS, GERANDO EMPREGO E RENDA. E O PAÍS SE TORNOU O TERCEIRO PRODUTOR MUNDIAL DE FRUTAS.

É ASSIM QUE A EMBRAPA FAZ UM BRASIL QUE DÁ GOSTO.

Embrapa
Um Brasil que dá gosto

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Agronegócio é uma mistura de realismo e entusiasmo

DA REDAÇÃO

O segredo da boa gestão está na definição de um 'norte', ensina Ivan Wedekin, secretário de Política Agrícola do MAPA. "Você não deve se envolver demasiadamente na 'fogueira' do curto prazo, que tem capacidade inimaginável de se repetir e de consumir energias".

No caso do MAPA, o planejamento estratégico saiu do 1° Congresso Brasileiro de Agribusiness, em junho de 2002, que traçou as políticas para os chamados '10 Cs' da competitividade do agronegócio. Avançar cada vez mais neste caminho é a meta do ministro Roberto Rodrigues, com o total apoio do presidente Lula.

"Prova disso é que o Plano Agrícola e Pecuário para 2004/05 está concentrado nos 'três Cs' da competitividade: capital, comércio e condução ao mercado", diz Wedekin.

Nesta entrevista à **Agroanalysis**, o secretário de Política Agrícola faz um balanço da gestão do MAPA e analisa as tendências do agronegócio brasileiro, que ele define como uma mistura de realismo e entusiasmo.



Carlos Silva/MAPA

Agroanalysis - Como tem sido a gestão e a evolução da política agrícola do governo?

Ivan Wedekin - O ano de 2003 começou com uma grave crise de escassez e preços altos do milho, com impacto destrutivo em toda a cadeia produtiva animal. De imediato, criou-se uma política especial para a segunda safra de milho e sorgo. Incentivo de mercado, política adequada e clima fenomenal fizeram o Brasil colher em 2003 a maior safra de milho de todos os tempos. O País é fantástico: em menos de seis meses, foi da escassez à abundância. Na gestão, o segredo é não se envolver demasiadamente na 'fogueira' do curto prazo, que tem capacidade inimaginável de se repetir e de consumir energias. A ação fica mais fácil quando se tem um 'norte'. Nós não nos desgarramos do planejamento estratégico definido no 1° Congresso Brasileiro de Agribusiness, de junho de 2002, que alinhou as políticas para os chamados '10 Cs' da Competitividade do Agronegócio. O passo seguinte foi a montagem do Plano de Safra 2003/04, com cinco linhas prioritárias: medidas de apoio à produção e à comercialização; programas de investimento para impulsionar a competitividade; programa de geração de renda e empregos no campo; incentivo à produ-

ção de alimentos básicos e recomposição dos estoques públicos. Naquele momento em que a taxa básica de juros estava em 26%, o ministro Roberto Rodrigues sensibilizou o governo para a manutenção e até diminuição da taxa de juros (de 8,75% para 7,5%, no caso do Proger) e a elevação na oferta de crédito em 26%. Os preços mínimos, defasados há muito tempo, sofreram grande correção. Outra medida importante foi a diminuição de 18 para 8 no número de programas de investimento do MAPA com recursos do BNDES. Para a safra de 2004/05, serão apenas 7 programas. Com essa simplificação, todos os programas entraram de fato 'no ar' e tiveram aumentos expressivos nos recursos aplicados na safra 2003/04, especialmente o Moderagro (para recuperação de solos e pastagens), o Moderinfra (envolvendo irrigação e armazenagem) e o Prodecoop (referente ao investimento das cooperativas).

Agroanalysis - A safra foi recorde no ano passado, e a renda do produtor, também cresceu.

Wedekin - Com exceção do café, o mercado internacional foi muito favorável em 2003/04. Criou-se um "efeito de riqueza" no campo. Segundo dados da CNA, o valor bruto da produção de grãos cresceu 50% em 2003, chegando a R$61 bilhões. Puxada pela liquidez e rentabilidade da soja, a área plantada de grãos passou a crescer de modo excepcional, com um aumento de 9,5 milhões de hectares em três anos, passando de 38 para 47,7 milhões de ha entre as safras 2000/01 e 2003/04. Para o espanto dos concorrentes, foi por terra o mito da estabilidade da área plantada no Brasil. Agora, no *front* de batalha comercial, o desafio é assegurar e provar que o desenvolvimento agropecuário brasileiro se dá em bases sustentáveis.

Agroanalysis - Quais forças vêm norteando a expansão do agronegócio brasileiro?

"Hoje, agronegócio é câmbio, mesmo que o setor destine ao mercado interno 80% de sua produção"

Wedekin - O Plano Real, com câmbio valorizado e juros altos, sacrificou toda a estrutura produtiva. Enquanto agricultores se remoíam em dívidas ampliadas pelos planos econômicos, indústrias de insumos, máquinas e processamento mudavam de mãos. Mas, das cinzas, também brotava o embrião da transformação: obstinação empreendedora dos produtores, tecnologia e políticas públicas adequadas, como a renegociação das dívidas e os programas de investimentos do tipo do Moderfrota. Além, é claro, da desvalorização cambial forçada pelo mercado, em 1999. E de novo se repetiu a máxima quase secular, do professor Eugênio Gudin, de que "café é câmbio". Hoje, mais do que nunca, agronegócio é câmbio, mesmo que o setor destine ao mercado interno 80% de sua produção. Com isso, o agronegócio se agigantou no cenário mundial e resgatou parte da estima dos brasileiros. Depois do pentacampeonato no futebol, em 2002, o Brasil ganhou mais três campeonatos: a liderança na exportação do complexo de soja e de frangos (em valor) e de carne bovina (em quantidade). O Brasil, segundo critérios da Organização Mundial do Comércio, tem hoje o maior saldo comercial da agricultura mundial.

Agronalysis - Quais os fatores que definirão a competitividade futura do agronegócio?

Wedekin - Produtores, empresas e localizações precisam trabalhar com afinco no tripé da competitividade definido por Michael Porter: liderança em custos; diferenciação de produtos e serviços, e enfoque, ou seja, a escolha do alvo mercadológico amplo ou estreito. Uma tonelada de milho vale 100 dólares; uma tonelada de carro popular, 5.000 dólares. Assim, em *commodities* agropecuárias, a liderança em custos no processo por inteiro é vital. Os programas de investimento do MAPA visam criar competitividade em custos, por meio de mecanização, modernização, ganhos de escala. E também da diferenciação de produtos e agregação de valor, pelo Prodefruta e Prodeagro. Mas o País tem uma longa jornada para eliminar os gargalos na infra-estrutura de transporte, armazenagem, portos e arquitetura regulamentar e institucional.

O MAPA pretende, em menos de dois anos, dobrar a capacidade de armazenagem nas fazendas, que atualmente representa apenas 8% da capacidade estática total do País (94 milhões de toneladas). Outro desafio para a consolidação da liderança do agronegócio brasileiro é a redução do custo do capital. Por sua importância, este é um capítulo à parte da política agrícola brasileira. Não dá para pensar mais no Sistema Nacional de Crédito Rural e na Política de Garantia de Preços Mínimos como os pilares centrais da política agrícola brasileira. O ciclo dessas políticas se esgotou, não por falta de importância, mas por escassez de recursos públicos para lastreá-las. Infelizmente, o Brasil não tem os ricos orçamentos da Farm Bill dos Estados Unidos e da Política Agrícola Comum da União Européia. Mas as craveja no coração das políticas protecionistas dos países ricos, por meio dos contenciosos abertos na OMC. Com o objetivo de avançar na construção da competitividade, o Plano Agrícola e Pecuário para 2004/05 se concentrou nos '3 Cs' da Competitividade: capital, comércio e condução ao mercado. A oferta de crédito será de R$46,45 bilhões, sendo cerca de 75% a taxas controladas. Em duas safras, o governo do presidente Lula expandiu

em 66% a oferta de crédito rural. Muitos produtores e lideranças reclamam com razão da falta de crédito a taxas favorecidas. É preciso entender que o 'cobertor' do crédito oficial será sempre curto, porque depende dos depósitos à vista dos bancos e da caderneta de poupança rural, que não se expandem na velocidade do campo. Mas a maior taxa de juros que o agricultor paga não é a dos recursos livres e, sim, a que vem embutida nos *fundings* de mercado, na compra de insumos e na venda antecipada da safra, a custos até acima de 25% ao ano. É para reduzir o custo médio do dinheiro para o agronegócio que estão sendo criados novos instrumentos financeiros, que serão tão mais importantes quanto mais significativa for a queda dos juros na economia.

Agroanalysis - Como conceber mecanismos e iniciar uma nova cultura para o sistema do agronegócio?

Wedekin - Com um trabalho sistemático de profissionais de diversos ministérios e do setor privado, de empresas e entidades. O esforço faz parte da agenda de reformas microeconômicas do governo. Com isso, depois de PGPM, EGF, AGF, SNCR, LEC, está sendo criada uma nova "sopa de letrinhas" para o setor. O patrimônio líquido dos fundos de investimento é de R$530 bilhões. Para atrair parte dessa poupança interna, foi criado o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que fará uma ponte direta entre o investidor e o tomador. O CRA terá diversos lastros: certificados de depósito, duplicatas, contratos de fornecimento e de exportação e, especialmente, a CPR. Permitirá desengavetar as CPRs emitidas pelos produtores e que terminam, como parte de garantia, entesouradas nas indústrias de insumos e de processamento. Embalados em CRAs, estes títulos circularão mais facilmente no mercado financeiro.

Agroanalysis - E na captação de recursos externos e nas negociações internacionais, qual é a estratégia?

"Em duas safras, o governo do presidente Lula expandiu em 66% a oferta de crédito rural"

Wedekin - Estamos desenvolvendo um outro instrumento, a Nota Comercial do Agronegócio – NCA, ou Agrinote –, que tem o objetivo de atrair a poupança externa para impulsionar a produção, o processamento e a comercialização do agronegócio. Nas negociações internacionais, o MAPA tem agora uma equipe ampliada e motivada, plenamente envolvida e integrada com o setor privado e as demais instâncias de governo. Em que pesem as dificuldades, a posição do MAPA é agressiva na maior inserção do Brasil e do agronegócio no mercado global. O trabalho na OMC é exemplar, com o Brasil sendo representado por um time de primeira nas negociações e articulações do G-20.

Agroanalysis - O governo lançou ferramentas novas para comercialização. Como elas funcionam?

Wedekin - No comércio, há dois novos instrumentos: o contrato de opção de compra, que permitirá a venda de produtos de estoque do governo para entrega futura, e o lançamento pelo setor privado de contrato de opção de venda. Este tem o objetivo de estabilizar os preços de mercado. Para facilitar sua implementação, o governo concederá um prêmio, definindo em leilão, para reduzir o risco das empresas lançadoras da opção. A dupla CDA-WA – Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário – representará uma nova moeda para os produtores, trazendo mais liquidez à comercialização da safra. Emitido pelo depositário a pedido do depositante, o CDA é um título representativo da promessa de entrega do produto depositado em armazém. O WA é um título que dá direito de penhor sobre o produto, quando o produtor usar o título para levantar empréstimo. Registrados em central de registro autorizada pelo Banco Central, ambos poderão ser adquiridos eletronicamente por investidores, além dos tradicionais compradores. A grande vantagem é que esses papéis poderão mudar de dono várias vezes, com o imposto incidindo apenas na última etapa, quando o produtor for efetivamente liberar para o consumo. Na comercialização física, os impostos incidem em cada negociação, o que impede a entrada de novos participantes na comercialização agrícola.

Agroanalysis - O que esperar dessa "sopinha de letras"?

Wedekin - Só o tempo dirá, só o mercado atestará. Estes novos instrumentos passarão pelo teste de mercado, envolvendo sua eficácia, seus custos e benefícios e sua segurança jurídica. Não foram criados com uma visão de curto prazo, nem têm a pretensão de obter resultados fantásticos. São novas trilhas para a inserção do agronegócio no mercado financeiro e de capitais. Vale observar o exemplo da CPR: criada há 10 anos, recebida com descrença, hoje, integra o universo de diversos agentes do agronegócio. O País teve também uma experiência positiva, depois desvirtuada, com os fundos de *commodities*, no início dos anos 90. O mercado hoje é mais maduro, melhor informado e mais profissional, o que facilita a inovação. Enfim, os novos papéis, se forem aperfeiçoados na sua jornada, serão o reflexo do agronegócio, uma mistura de realismo e entusiasmo. ■

Construindo o futuro

Sem os recursos disponíveis no círculo dos países desenvolvidos, que despejam bilhões de dólares em subsídios para proteger o setor primário, o Brasil concebe, para a safra de 2004/05, um Plano Agrícola e Pecuário criativo e inteligente. O crescimento do agronegócio nos últimos anos, com a incorporação de mais de 10 milhões de hectares, exige um volume de recursos que a economia não consegue gerar. Mesmo assim, a oferta de crédito rural subiu 34% em comparação ao ano anterior, e vai para R$39, 45 bilhões.

Vale destacar, no conjunto de medidas, a crescente participação relativa dos financiamentos para investimentos, que chega a 20%. A regulamentação do seguro rural e a reformulação do Proagro mostram o esforço para se diminuir o risco dos produtores e dos demais agentes das cadeias produtivas.

Mas é, sem dúvida, nos novos instrumentos financeiros desenvolvidos para atender à agricultura comercial que estão o toque de virtuosidade e de mudança de comportamento da política pública. Ao dar sinais de mercado para a formação da liquidez e da renda na comercialização, a produção prossegue com competitividade para sustentar as exportações. Agroanalysis destaca o potencial de benefícios que um título como o Certificado de Recebíveis do Agronegócio pode trazer para todo o sistema de insumos e máquinas, produção, armazenamento, beneficiamento e distribuição. É o primeiro mecanismo realmente de agribusiness instalado no País.

Claro que outros papéis ainda em fase de definição, como no caso da Letra de Comércio Agrícola (voltada para a captação da poupança de investidores estrangeiros), são também de importância fundamental. No conjunto da política, o Fundo de Investimentos no Agronegócio, cujas bases para sua organização ocorrerá nos próximos meses, terá papel imprescindível e complementar, permitindo, enfim, a construção de um modelo mais sólido para o agricultor ter acesso a recursos por um baixo custo, a fim de adquirir seus fatores de produção e gerir a comercialização dos produtos colhidos.

O impacto da globalização comercial sobre o agronegócio é outro tema desta edição. A Organização Mundial do Comércio é palco de decisões históricas para o futuro das transações internacionais. A vitória conquistada pelo Brasil no painel do algodão cria novas perspectivas. A União Européia revê e propõe mudanças em seu regime açucareiro, sob pena de conhecer uma derrota na demanda brasileira na OMC.

Por outro lado, as normas e os padrões internacionais ganham espaço ascendente nas transações entre países. Fóruns, como o Codex Alimentarius, passam a exercer enorme influência nos fluxos dos produtos agropecuários. O estabelecimento de regras ligadas à qualidade é cada dia mais premente nas cadeias produtivas nacionais. Palavras como rastreabilidade, conformidade, sustentabilidade e certificação, dentre outras, entram no vocabulário do setor. Episódios como o embargo da soja pela China e a suspensão (temporária) da importação de carne bovina em função da febre aftosa tendem a ocorrer com mais freqüência, e o País precisará saber administrá-los.

Outros temas ligados à perspectiva do confinamento da pecuária de corte e às oportunidades econômicas da exploração do anturio nas pequenas propriedades são tratados pela Revista. O lançamento do Programa de Agricultura Familiar também recebe comentário, junto com a evolução dos preços da terra no País e a expansão das lavouras geneticamente modificadas no mundo. Os resultados do agronegócio continuam em evolução, quando se olha para o resultado do primeiro semestre. A balança comercial vai em alta e os setores de máquinas e fertilizantes apostam em expansão na área de cereais e oleaginosas para a safra 2004/05. ■

AGROANALYSIS Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano
DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano
EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfouri Aidar
EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza
FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO
REDATOR: Bruno Blecher
ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)
REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Ivani Fernandes Oliveira, Orlando Rossini Jr., Rachel Belitardo e Rogério César de Souza.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Rogério César de Souza, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: rsouza@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Ivani Fernandes Oliveira, Orlando Rossini Jr. e Rachel Belitardo. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTOS DE VENDA: São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875; Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
DIRETOR-GERAL: José Affonso Fausto Barbosa
DIRETOR DE OPERAÇÕES-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Emane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella
SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Geraldo José Carbone, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR
PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio
VICE-PRESIDENTE: Klabin Irmãos & Cia (Pedro José da Matta Machado)
VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Pedro Grossi Júnior (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Luis Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), José Ermírio de Moraes Neto (Votorantin Participações S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Tácito Naves Sanglard (Associação de Bancos do Estado de São Paulo)
SUPLENTES: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A), Gilberto Duarte Prado, Oscar Augusto de Camargo Filho (Caemi Mineração e Metalurgia S.A), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A),

CONSELHO CONSULTIVO
Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Estado de Minas Gerais, Roberto Gusmão



4
ABRE ASPAS
"Agronegócio é mistura de realismo e entusiasmo"

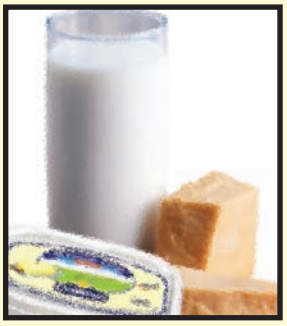


Ivan Wedekin, secretário nacional de Política Agrícola do MAPA, comenta o Plano Agrícola e Pecuário da temporada 2004/2005 e faz um balanço dos primeiros 18 meses de gestão

12
MACROECONOMIA
Impostos sobre o crescimento?
MARIA ANTONIETA DEL TEDESCO LINS



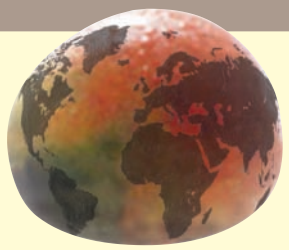
13
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
O formato da integração comercial
MARIA HELENA TACHINARDI



15
LEITE
Oportunidades no mercado externo
Cada R$1 milhão exportado em lácteos aumenta a produção em R$4,8 milhões e gera 70 empregos

18
SERICICULTURA
Uma cadeia a ser conhecida
Brasil exportou US$30 milhões em seda em 2003
AMÉLIA KAMAKAWA





20
FRUTICULTURA
Mudanças na comercialização da manga
Com a evolução tecnológica no Vale do São Francisco, mercado se expande

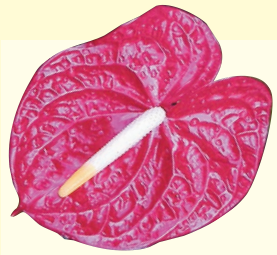


22
AÇÚCAR E ÁLCOOL
Novos desafios no front externo
Para manter competitividade, Brasil precisa estar atento às exigências técnicas e ambientais

28
COMÉRCIO EXTERIOR
Vitória do algodão
Parecer histórico da OMC pode mudar o rumo das negociações internacionais

29
PECUÁRIA
Confinamento: Atividade-fim ou estratégia?

33
SANIDADE
Vacina contra a febre aftosa
Termina a primeira fase da campanha 2004



34
FLORICULTURA
Antúrio para exportação
Exibida em feiras internacionais, planta atrai compradores na Europa

36
SOJA
Balanço da ferrugem asiática
No Brasil, doença causou perdas de quase R$3,7 bilhões desde 2001
JOSÉ TADASHI YORONORI e JOELSIO LAZZAROTO

38
BIOTECNOLOGIA
Cresce o plantio de transgênicos
No Brasil, estimativa é de 3 milhões de hectares





40
TENDÊNCIAS E MERCADOS
Produção cai 3% na safra 2003/2004
Área cultivada aumentou 7,5%, mas produtividade foi inferior

41
SAFRA 2004/2004
Otimismo no setor de máquinas e fertilizantes
Vendas de tratores e colheitadeiras devem crescer 5,5%, entregas de adubos aumentam 3%

Plano Agrícola e Pecuário traz novos instrumentos

44
TERRA
Para produzir, não para especular
Investimento como reserva de valor perdeu o sentido

46
AGRICULTURA ORGÂNICA
Mercado de R$150 milhões/ano
Brasil tem 7.100 produtores certificados e área de 840 mil hectares

47
EVENTO
Criando estratégias competitivas
3° Congresso Brasileiro de Agribusiness analisa logística



48
TRABALHO
Cresce o número de empregos no interior

49
AGRICULTURA FAMILIAR
Mais recursos para o Pronaf

50
LEGISLAÇÃO
Trabalho informal ou escravo?
LUIZ AUGUSTO GERMANI

A G R O

Peso-pesado

A New Holland lançou no mês passado a CS660, a maior colheitadeira da marca. O objetivo é atender à demanda crescente por máquinas de grande porte, com maior rendimento e com os últimos recursos da tecnologia. "É a máquina com a mais avançada tecnologia e maior rendimento no seu segmento. Suas características garantem um alto rendimento da colheita, com reduzida perda e pouca quebra de grãos, o que é um benefício fundamental para os produtores de sementes, principalmente", explica o engenheiro belga Walter Pype, responsável mundial pelo Projeto CS.



> "O agronegócio se tornou moda. Hoje é um negócio charmoso. Todo mundo fala do agribusiness. Virou o cisne da economia, Há 12 anos, era o patinho feio."
>
> ***José Luiz Tejon Megido,*** *presidente da ABMR&A (Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio), em entrevista ao site AgroPauta (www.agropauta.com.br)*

Nova doença

Uma nova doença está ameaçando os pomares em São Paulo. Trata-se do greening, causada por bactérias que habitam o sistema vascular da planta. A doença afeta o crescimento da laranja, comprometendo a porção central branca da fruta.

Brazilian Meats

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) promoverá, nos dias 26 e 27 de agosto, no Riocentro (Rio de Janeiro), o 6º Congresso de Agribusiness, que terá como tema: "Brazilian Meats - Cadeia Produtiva das Carnes". Mais informações estão disponíveis no site **www.sna.agr.br.**

Velocidade máxima

As exportações brasileiras de máquinas agrícolas devem atingir US$1,2 bilhão este ano, segundo a expectativa das montadoras. No primeiro semestre, a receita com embarques subiu 109,6%, para US$862,4 milhões. Em volume, houve alta de 71,6%, chegando a 14,8 mil unidades. Hoje, o setor exporta 45,8% da produção. O reaquecimento da economia da Argentina foi um dos fatores responsáveis pelo desempenho do setor.

ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
e participe da publicação que melhor acompanha o agronegócio
0800 770 88 81

Seguro rural

O governo federal lançará um projeto-piloto de implantação de seguro rural para lavouras de soja ou milho, na região Centro-Sul, ainda neste ano. O Decreto 5.121 regulamentou a Lei 10.823/2003, que autoriza o Tesouro Nacional a conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. O orçamento previsto para o pagamento da subvenção este ano é de R$20 milhões.

D R O P S

Cadeia da laranja

Foi instalada em julho a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura. "O governo vai trabalhar com a cadeia produtiva, especialmente, com o setor industrial, para atingir uma remuneração adequada ao produtor, sob pena de correrm os riscos sanitários que podem comprometer o setor como um todo", disse o ministro Roberto Rodrigues.

O Brasil tem o maior parque citrícola do mundo, concentrado em São Paulo e Minas Gerais, e é o maior exportador mundial de suco de laranja. A citricultura emprega diretamente 400 mil pessoas e movimenta US$5 bilhões por ano.

ALGODÃO EM ALTA

48%

é o quanto deverá crescer a produção brasileira de algodão em pluma, este ano, em relação à safra anterior. As exportações deverão quase triplicar neste ano, em relação a 2003. Um levantamento da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) indica que o Brasil vai produzir

1,25 milhão

de toneladas de algodão em pluma, 407 mil toneladas a mais do que na safra anterior

Festival das frutas

Uma parceria entre a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex), o Ibraf (Instituto Brasileiro de Frutas) e o Grupo Carrefour vai levar as frutas brasileiras às gôndolas dos supermercados de 18 países da Europa, do Oriente Médio, da Ásia e das Américas.

A campanha Brazilian Fruit Festival, que inclui frutas *in natura*, polpas congeladas e sucos processados, será iniciada em 2005 na Bélgica, Polônia e Espanha, e, depois, será estendida para outros 16 países onde o Carrefour atua. "Vamos aproveitar nossa condição de rede mundial para dar oportunidade para os bons produtores brasileiros mostrarem lá fora o sabor especial das frutas e dos sucos produzidos por aqui", afirma o diretor de agronegócios do Carrefour, Arnaldo Eijsink.



O programa terá a participação de cerca de 60 produtores de frutas como manga, mamão-papaia, melão, uva de mesa, maçã, limão taiti, banana-prata e abacaxi branco.

A balança comercial de frutas frescas fechou 2003 com um saldo de US$267 milhões (US$335 milhões em exportações e US$68 milhões em importações), 39% a mais do que em 2002.

Quinto do mundo

Pesquisa realizada pela Sol Ecologia e Agricultura, uma organização não-governamental com sede na Alemanha, revela que 841 mil hectares das terras brasileiras são reservados a produtos orgânicos - em cultivo e em extrativismo. Com isso, o País é o quinto no mundo, atrás de EUA, Itália, Argentina e Austrália. Neste ano, os agricultores brasileiros devem exportar US$115 milhões em produtos orgânicos, de acordo com os dados da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex).

Correspondência para esta seção deve ser enviada para o e-mail brunoblecher@uol.com.br

Impostos sobre o crescimento?

MARIA ANTONIETA DEL TEDESCO LINS

Finalmente, e para o alívio dos setores considerados ortodoxos do governo, o tão aguardado crescimento da atividade econômica dá sinais de consistência. Com isso, ficam fortalecidos os defensores da primazia da estabilidade.

Os últimos indicadores de produção industrial divulgados mostram que a retomada se generalizou, abarcando também setores exclusivamente voltados para o mercado interno e que dependem, portanto, apenas da recuperação da renda doméstica. Será que despertamos, enfim, do pesadelo da estagnação?

Por enquanto, parece que sim, embora a temporada de sonhos bons não esteja garantida. Reza a teoria econômica que a sustentação da prosperidade depende da manutenção da demanda aquecida. E quem vai garantir esse fluxo continuado de gastos? Do lado do setor público, não se deve esperar o improvável. A austeridade, agora referendada pela retomada do crescimento, deve seguir como regra intocável do comportamento estatal. E isso, a despeito das pressões políticas do ano eleitoral. A solidez do processo de crescimento em curso depende, então, do vigor dos investimentos privados. Estes, por sua vez, alegam estar restritos por condições distantes do ideal em termos de infra-estrutura, de possibilidades de financiamento e pela elevada imposição tributária.

O grande público percebe que o cenário permanente para a abertura de uma longa temporada de crescimento ainda não está concluído, apesar de o espetáculo vir sendo encenado em clima de pré-estréia. São conhecidas as necessidades de investimento em transporte, energia, irrigação, entre outras urgências. O setor privado pede regulação e menor imposição fiscal.

É fato que a carga tributária no País é elevada e acaba por "estimular" a permanência indesejável de parte da economia na informalidade. Mais do que isso, as ineficiências na estrutura de arrecadação e o caráter incompleto das mudanças recentemente dotadas na legislação tributária não permitem antever uma melhora nesse estado de coisas.

Se os investimentos dependem da renda das empresas e do custo e das condições de financiamento do capital, corremos o risco de ver frustradas nossas esperanças de um longo período de prosperidade.

As manifestações inflamadas de representantes empresariais de todos os setores são legítimas, porém são insuficientes. Tendo em vista que a estabilidade macroeconômica é um bem público a ser preservado, e que, portanto, a saúde financeira e fiscal do Estado deve ser cuidada, as bases do crescimento duradouro estão embutidas em uma transformação institucional mais ampla e estrutural. Essa transformação depende do estabelecimento de um quadro político bastante determinado, a partir do qual será possível enfrentar os temíveis desafios envolvidos na discussão de atribuições e direitos dos grupos econômicos e sociais. ■

Pouca alteração no cenário básico para 2004

	2001	2002	2003	2004p
PIB (%)	1,5	1,9	-0,2	3,8
Agricultura (%)	5,1	5,5	5,0	5,3
Indústria (%)	-0,6	2,6	-1,0	3,9
Serviços (%)	2,5	1,6	-0,2	3,5
Juros				
Taxa Selic (%aa) média	17,5	19,1	23,0	15,5
Taxa Selic (%aa) final	19,0	25,0	16,5	14,5
Inflação				
IPCA (%)	7,7	12,5	9,3	7,1
IGP-M (%)	10,4	25,3	8,7	11,2
Câmbio (R$/US$, final de período)	2,4	3,5	2,9	3,1
Balança comercial	2,6	13,2	24,8	27,9
Exportações (US$ bi)	58,2	60,4	73,1	86,2
Importações (US$ bi)	55,6	47,2	48,3	58,3
Conta corrente (% PIB)	-4,6	-1,7	0,8	1,1

p=previsão



O formato da integração comercial

Acordos bilaterais e regionais de comércio ganham terreno, em detrimento do sistema multilateral

MARIA HELENA TACHINARDI

Estamos vivendo a última onda de integração comercial internacional, caracterizada pela proliferação de acordos bilaterais e regionais de comércio e, ao mesmo tempo, pela insatisfação com os rumos do sistema multilateral. Foram vários os reveses na Organização Mundial do Comércio (OMC), como a fracassada reunião de Seattle, em dezembro de 1999, que deveria lançar a Rodada do Milênio, e a reunião ministerial de Cancun, em setembro de 2003. A percepção de que, no bilateralismo e regionalismo, mais do que na esfera multilateral, os países conseguem mais em menos tempo, é o que está levando os asiáticos, os EUA, o Chile e o México a despontarem como os mais agressivos na negociação de tais acordos.

O estudo do ICONE, denominado "Desafios ao Multilateralismo: a explosão dos PTAs" (Acordos Preferenciais de Comércio - PTAs, na sigla em inglês), da pesquisadora sênior Zuleika Arashiro, comprova esta tendência ao revelar um total de 282 iniciativas desse tipo em todo o mundo, sendo 192 recíprocas intra-regionais (20 na África, 67 nas Américas, 50 na região da Ásia/Pacífico e 55 na Europa, pós-alargamento), 63 acordos recíprocos inter-regionais e 27 não-recíprocos unilaterais. Os acordos recíprocos são aqueles em que não há concessões unilaterais, mas, sim, a negociação de todo o conteúdo com base na reciprocidade. Estão enquadrados nessa ca-

tegoria desde os simples acordos preferenciais para listas restritas de produtos a acordos de livre comércio e uniões aduaneiras.

Uma grande discussão no momento é o impacto do regionalismo e bilateralismo sobre o futuro do sistema multilateral de comércio. Dependendo do conteúdo dos acordos, a leitura é que eles poderão fortalecer a OMC, funcionando como uma espécie de primeiro passo para aprofundar gradualmente a integração comercial. Mas há quem veja um perigo na explosão dos PTAs: eles poderão enfraquecer o sistema multilateral, com os países adotando soluções mais fáceis, orientadas por interesses de curto prazo.

Agressividade asiática

No final de maio, na reunião da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), realizada em Viña del Mar, Chile, o tema da explosão do bilateralismo e do regionalismo foi bastante discutido. A Ásia vivencia uma verdadeira ebulição nessa matéria, como se pode notar pelos exemplos que seguem: Chile, Cingapura e Nova Zelândia lançaram negociações tripartites no ano passado, que deverão terminar em outubro próximo. Além do comércio, haverá cooperação em biotecnologia, e o setor de lácteos chilenos será beneficiado. O Japão e a Coréia do Sul iniciaram negociações em dezembro, com previsão de assinarem um acordo de livre comércio em 2005. O Japão concluiu acordos com Cingapura, em 2002, e com o México, em 2004, sendo que este último deverá entrar em vigência em janeiro de 2005. Preocupados com o avanço da China nas negociações com os vizinhos da Ásia, os japoneses querem recuperar o tempo perdido. Com os membros da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático, formada por Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã), o Japão assinou em 2003 um acordo-quadro para uma ampla associação econômica (Comprehensive Economic Partnership), e prossegue com as negociações com cada membro.

A China avança a passos largos: pela primeira vez, aceitou negociar com um país desenvolvido, a Nova Zelândia; e mais recentemente, iniciou negociações também com a Austrália. A formação de uma área de livre comércio com os países da Asean deverá estar concluída até 2010. Os chineses se aproximam da América Latina e escolheram os chilenos como os próximos parceiros no livre comércio. Em novembro, na reunião de cúpula da APEC, no Chile, os dois países deverão anunciar formalmente as negociações.

A Asean, por sua vez, negocia com Índia, China e Japão, e a Austrália também foi convidada pela associação para negociar um acordo de livre comércio. Austrália e EUA concluíram um tratado de livre comércio no primeiro semestre deste ano.

O século XXI está trazendo mudanças que confirmam a tendência revelada na década de 90, com a multiplicação dos acordos regionais. Exemplos dessa transformação são: a ampliação do bloco europeu, com a entrada de dez novos membros na União Européia, este ano, e o projeto Asean + 3 (China, Japão e Coréia), que nasceu após a crise financeira de 1997 no Leste Asiático, devido à necessidade de aprofundamento da cooperação econômica entre os países da região. Entretanto, até agora, as três maiores economias da Ásia - China, Japão e Coréia do Sul - ainda não assinaram um acordo de livre comércio entre si.

Dois modelos nas Américas

Nas Américas pré-Nafta, predominava o modelo de acordo comercial do tipo Aladi, com acordos de preferência menos ambiciosos, que englobam uma pauta restrita de produtos. O outro modelo, cuja utilização vem sendo ampliada e que tem como parâmetro o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), envolve os acordos de nova geração entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. É o que Robert Devlin e Antoni Estevadeordal[1], do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), chamam de "novo regionalismo das Américas". Estão classificados nessa categoria os acordos que os EUA assinaram com o Chile, em 2003, com os países centro-americanos (CAFTA), no primeiro semestre, e que agora estão negociando com a Colômbia, o Peru e o Equador. Incluem disciplinas mais restritas que as do Nafta para propriedade intelectual e serviços, e introduzem dispositivos em áreas como comércio eletrônico e meio ambiente.

Nota-se que, não por acaso, o tema do bilateralismo e regionalismo versus multilateralismo tem motivado muitos seminários, "papers" e artigos na mídia. Será interessante, dentro de alguns anos, revisar os resultados práticos desta onda de acordos e analisá-los à luz dos desdobramentos da Rodada de Doha da OMC. Qual será de fato o papel dos acordos bilaterais e regionais na geração de comércio? Como o crescente regionalismo afetará o futuro do multilateralismo? Mais do que discutir os múltiplos formatos de acordos comerciais, no final, restará saber que resultados concretos eles geram na busca pela ampla integração comercial. ■

MARIA HELENA TACHINARDI *é diretora de Comunicação do Ícone.*

[1] Devlin, Robert e Estevadeordal, Antoni: "Qué hay de Nuevo en el Nuevo Regionalismo de las Américas?", BID, INTAL-ITD-STA, documento de trabalho de sete de agosto de 2001.

ONDE SABER MAIS:
www.iconebrasil.org.br.



ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
e participe da publicação que melhor acompanha o Agronegócio
0800 770 88 81



Oportunidades no mercado externo

Cada R$1 milhão exportado pela indústria de lácteos aumenta a produção em R$4,8 milhões e gera 70 empregos

SAMUEL JOSÉ DE MAGALHÃES OLIVEIRA
SILVIA HELENA GALVÃO DE MIRANDA

O desempenho favorável do setor externo brasileiro proporciona boas notícias: as exportações anuais ultrapassam US$70 bilhões/ano e a relação dívida externa/exportações decresce. Este dinamismo conta com o peso do agronegócio: o Brasil mostra ao mundo competência nas cadeias de soja, carne, açúcar, laranja, dentre outros.



Em 2003, o grau de abertura econômica foi de 12%, acima de médias entre 6 e 9% dos últimos cinqüenta anos. Isso significa que o País exporta mais em relação a tudo o que produz. O Brasil está na era da globalização, e isso é um fator positivo para imprimir mais concorrência e dinamismo à economia brasileira.

Em 2003, o Brasil ocupou a modesta 25ª posição mundial, considerando o valor das exportações. Se a participação brasileira ainda é muito pequena e passa de um pouco mais de 1% das exportações mundiais, e menos do que isso, quando se trata das importações, o perfil das exportações mudou ao longo da segunda metade do século passado: deixaram de ser predominantes os produtos básicos, dando lugar ao manufaturados, com maior valor agregado e sendo maiores geradores de riquezas. Em 2000, tais produtos contribuíram com 59% do valor das exportações, e no último triênio, com 54%.

Brasil no comércio exterior

ano	grau de abertura econômica (%)	participação no mercado internacional (%)	
		exportações	importações
1950	8	2,4	1,7
1960	8	1,1	1,2
1970	6	0,9	0,9
1980	9	1,0	1,3
1990	6	0,9	0,6
2000	9	0,9	0,9
2003	12	1,1	0,9

Fonte: Unctad, Bacen.
O grau de abertura econômica é a razão entre a média das exportações e importações e o PIB { (IMP + EXP)/ (2 x PIB)}

Em algumas cadeias do próprio agronegócio, existe a diminuição da exportação de produtos com maior valor agregado: o aumento da exportação de soja em grãos e a diminuição da exportação de derivados, como o farelo de soja, e também a maior exportação de açúcar na forma bruta são dois exemplos disso. Embora esse desempenho esteja condicionado pelas políticas comerciais dos países importadores, os brasileiros devem ser mais ativos, elaborando políticas e estratégias para aumentar o valor agregado das exportações e dinamizar setores não-agrícolas importantes, como a indústria da informática e telecomunicações.

Brasil: exportação por fator agregado, valores relativos

ano	participação sobre o total exportado (%)		
	básicos	semimanufaturados	manufaturados
1964	86	8	6
1970	76	9	15
1980	43	12	45
1990	30	16	54
2000	26	15	59
2003	31	15	54

Fonte: Funcex, IPEA, Bacen

Cada milhão exportado em 2000 gerou R$2,10 milhões em produção e criou 49 empregos no País. O motivo é fácil de se entender: as exportações de soja, por exemplo, demandam a produção de soja, mas também de insumos, máquinas e equipamentos para a lavoura, a prestação de serviços e o incentivo a outros setores da economia.

Pode-se pensar em algumas cadeias dinâmicas do agronegócio para agregar valor às exportações, como, por exemplo, a de laticínios, sem importância expressiva na exportação, participando com irrisórios 0,02% do valor exportado. No entanto, as suas pequenas exportações causam maior impacto relativo na geração de empregos e na produção, em comparação com a totalidade dos setores exportadores. Cada milhão de reais exportado pela indústria de lácteos aumenta a produção em R$4,8 milhões e gera 70 empregos. Embora a reduzida exportação do setor sugira cautela na interpretação desses resultados, existem evidências de que o crescimento das exportações de laticínios poderia melhorar o impacto das exportações no aumento da produção e na geração de empregos.

Brasil: impacto das exportações brasileiras na geração de empregos e na produção, no ano 2000

indicador	indústria de laticínios	toda a economia
Impacto na produção (R$/ R$)	4,8	2,1
Impacto no emprego (emprego/ R$ milhão)	70	49
participação na exportação (%)	0,02	100

Fonte: USP/ Esalq, Embrapa.

Em âmbito mundial, a Nova Zelândia é destaque tanto no volume quanto no aumento observado na produção e na exportação, entre 1993 e 2003. Lá, o governo controla a comercialização externa do produto por meio do monopólio de exportação. Um exemplo de como a intervenção pública em um determinado setor pode conviver com ganhos para o mesmo.

A questão é definir as medidas mais adequadas a serem adotadas pelo governo e, nesse caso, não existem fórmulas mágicas – o conhecimento técnico e científico e o diálogo com os agentes sociais do setor lácteo devem ser os norteadores. O problema está em evitar decisões de governo para satisfazer a grupos de pressão, e não para atender à eficiência econômica e ao bem-estar social.

Um problema premente na cadeia produtiva do leite se refere à qualidade do produto, aspecto no qual o Brasil avança, mas ainda há muito a ser feito em termos de padrão e aceitação internacionais. A visão empresarial e a adoção de novas tecnologias pelo produtor são imprescindíveis.

Outro desafio está nas relações entre os diversos elos do complexo produtivo leiteiro. As relações são equânimes? Ocorre imposição de preços? Tal colocação tem uma dimensão técnica, pois a máxima eficiência econômica exige um ambiente de concorrência (ou, ao menos, o controle do poder econômico). Os ganhos em produtividade e inovação tecnológica devem ser distribuídos em todos os elos da cadeia produtiva e revertidos em benefícios para a sociedade. Estudos são recomendáveis para se esclarecer tal realidade nas diversas regiões de nosso país. Em se constatando concentração de poder em algum elo da cadeia, os agentes envolvidos devem se mobilizar, e o governo tem de garantir a livre concorrência.

Mundo: principais países produtores de leite

país	produção (1.000 t) 1993	2003
1 Estados Unidos	68.327	77.252
2 Índia	25.351	36.500
3 Rússia	46.297	32.800
4 Alemanha	28.098	28.350
5 França	25.324	24.614
6 Brasil	16.074	23.315
7 Reino Unido	14.829	15.056
8 Nova Zelândia	9.003	14.354
9 China	5.265	14.335
10 Ucrânia	18.199	13.400
Outros	203.399	226.876
Mundo	460.166	506.852

Fonte: FAO

Se os desafios internos do País são grandes, no âmbito internacional, a situação não é diferente. O mercado internacional de lácteos sofre intervenção no mundo. A União Européia se destaca, com uma série de mecanismos que incluem barreiras à importação, garantia de preços acima do mercado mundial, subsídio ao uso dos derivados lácteos em outros setores produtivos e à exportação.

As diversas formas de transferência de renda ao produtor de leite superam 40 bilhões de euros na UE. O subsídio já somou 59% da renda total da atividade leiteira, no final dos anos 80. Algumas mudanças introduzidas na Política Agrícola Comum diminuíram o valor para menos de 50%, nos últimos anos. Mesmo assim, o preço do leite é quase o dobro do que seria na ausência de tais medidas protecionistas.

União Européia: subsídios a produtos lácteos

indicador	período			
	1986-88	2001	2002	2003
1 transferências	43.935	46.147	43.986	42.273
2 transferências/receita da propriedade(%)	59	46	48	49
3 distorção de preço ao consumidor	2,7	1,82	1,84	1,87

Fonte: OECD

Notas sobre os indicadores: 1 Total das transferências aos produtores rurais da Comunidade Européia em milhões de euros; 2 Indica a parcela da renda da propriedade que provém de todas as formas de transferência governamental; 3 Uma aproximação de quantas vezes o preço ao consumidor está acima do preço do mercado internacional.

Comércio internacional de leite e derivados: principais países exportadores

	exportação (US$ 1.000.000)	
país	**1993**	**2003**
1) França	3.873	3.713
2) Alemanha	4.705	3.549
3) Holanda	4.338	3.073
4) Nova Zelândia	1.490	2.593
5) Bélgica-Luxemburgo	1.858	1.849
6) Austrália	626	1.579
7) Dinamarca	1.292	1.358
8) Irlanda	1.874	1.005
9) Itália	672	993
10) Reino Unido	893	819
Outros	3.297	6.118
Brasil	10	40
Mundo	24.928	26.689

Fonte: FAO.

O momento atual é muito oportuno para se discutir tais questões. O Brasil, por intermédio do Mercosul, negocia acordo comercial com a UE. Um acordo bem-sucedido pode trazer frutos para o agronegócio e as exportações brasileiras.

Em suma, se as exportações são importantes para impulsionar o crescimento econômico brasileiro, a busca de diversificação e alternativas sempre é válida, quando estas são discutidas com a sociedade e os segmentos envolvidos. Por que não discutir a contribuição do agronegócio do leite? A cadeia demonstra capacidade de mudanças e modernização, pela realocação de espaço, escala de produção e ganhos de eficiência, preços e qualidade. Será este um momento para transformar esta bem-sucedida trajetória no mercado doméstico em oportunidade de negócio no âmbito internacional? ■

SAMUEL JOSÉ DE MAGALHÃES OLIVEIRA *é engenheiro agrônomo, MSc. Adm. Rural, Pesquisador da Embrapa, Doutorando em Economia Aplicada USP/ Esalq. E-mail: sjmolive@esalq.usp.br.*

SILVIA HELENA GALVÃO DE MIRANDA *é engenheira agrônoma, Doutora em Economia Aplicada - ESALQ/USP, Bolsista da PRODOC-CAPES/LES-ESALQ, Coordenadora do Grupo de Estudos em Comércio Internacional - ESALQ/USP, Pesquisadora e Colaboradora do Centro de Estudos em Economia Aplicada - CEPEA/ESALQ. E-mail: smiranda@esalq.usp.br.*

Vendas externas batem recorde

CARLA ARANHA
Do AgroPauta

Dados divulgados pela Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil) indicam que as exportações de lácteos aumentaram 61% entre janeiro e maio deste ano, em relação ao mesmo período de 2003, atingindo 17,6 mil toneladas. A receita cresceu ainda mais: 107%, somando US$23,8 milhões.

"Passamos a vender mais produtos industrializados, e não tanto commodities", explica Rodrigo Alvim, presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA. O Brasil está exportando mais leite condensado, leite em pó e leite evaporado. Este ano, a produção nacional deve chegar a 23,5 bilhões de litros, 4% maior do que a de 2003, representando um faturamento de R$10,8 bilhões em 2004, em comparação com R$10,4 bilhões, no ano passado.

"Pela primeira vez, o Brasil deverá ter volumes maiores de exportação do que de importação de leite", afirma Sérgio Avellar, assessor econômico da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG), Estado que responde por 30% da produção nacional.

Mas, por enquanto, o produtor nacional não está sendo beneficiado pelo aumento das exportações. Apenas 40% dos produtores estão organizados em cooperativas. A maioria absoluta não tem, portanto, grande poder de negociação junto à indústria. Hoje, o preço real médio pago pelas indústrias ao produtor é de R$0,47 por litro, valor cerca de 14% menor do que o registrado em 2003. Enquanto isso, o consumidor está gastando mais para comprar leite – o produto longa vida teve aumento de 20% nos supermercados de São Paulo e Minas Gerais. O setor pretende se reunir em breve para discutir essas distorções e propor novas soluções para a cadeia láctea no Brasil.

Novos mercados: o Brasil pretende explorar novos mercados, como a China, onde, segundo levantamento do CNA, existe uma grande demanda reprimida pelo produto. Da população de 1,3 bilhão de pessoas, na China, apenas 300 milhões (aqueles que têm acesso aos bens de consumo) consomem 50 litros per capita por ano – ainda assim, esta é uma quantidade considerada muito baixa pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabelece o consumo mínimo necessário de leite em 180 litros *per capita* por ano. O restante da população chinesa toma ainda menos leite – 8 litros *per capita* por ano. Concorrem com o Brasil para o fornecimento de leite à China países como Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Nova Zelândia, além da União Européia. "É um processo de médio ou longo prazo, mas já iniciamos as primeiras conversações com os chineses", adianta Alvim.

Em um futuro breve, haverá uma demanda por leite na China calculada em 42 bilhões de litros por ano, levando-se em conta somente as necessidades dos 300 milhões de consumidores chineses, de acordo com estudos da CNA. Esse total corresponde a 30% da produção européia, à metade da dos Estados Unidos e a duas vezes a produção do Brasil, que é o quinto maior produtor de leite do mundo. Para concorrer em novos mercados, o País precisa aumentar ainda mais sua produção, que hoje cresce ao ritmo de 3% a 4% ao ano. Para isso, será necessário aproveitar melhor as pastagens atualmente sub-utilizadas e tornar produtivos os cerca de 90 milhões de hectares ideais para a pecuária de leite, ainda não utilizados no centro-oeste. Também faz falta a adoção em larga escala de técnicas mais modernas de produção. "Estamos trabalhando nessas questões em seminários por todo o Brasil", diz Alvim.

Além da China, o Brasil pretende conquistar outros mercados, entrando com dinamismo nos Estados Unidos, no nicho de leite comercializado em sachês, bastante popular entre os americanos. Outro segmento promissor é o do leite em pó. A Itambé acabou de ganhar uma concorrência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para a venda leite em pó, que será distribuído no Iraque e em outros países em crise. O Brasil já exporta leite em pó para o próprio Iraque, além do Chile e de Angola, entre outros países. O leite condensado e evaporado vai principalmente para Estados Unidos, Angola, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Onde saber mais: www.cna.org.br; www.agropauta.com.br

Uma cadeia a ser conhecida

O Brasil exportou US$30 milhões em seda em 2003, 18% do total das vendas externas de fios

AMÉLIA KAMAKAWA



Quando realmente começou a fascinação do ser humano pela moda e a beleza? Pela delicadeza e pelo brilho especial das suas vestimentas, a imperatriz chinesa Hsi-Ling-Shi, há 5.000 anos, era considerada uma deusa. Guardado por quase 3.000 anos, o segredo, depois revelado, era a seda. A China é o berço dessa indústria. Somente perto do século III A.C., com a construção da "Rota da Seda", o produto foi levado para o Ocidente e o restante do Oriente. No Brasil, sua história se inicia no século XVIII, durante a época de D. Pedro I. Em 1921, a indústria de seda nacional foi implantada e desenvolvida.

Quarto maior produtor mundial, o Brasil, com uma participação de 2%, apresenta competitividade internacional, conquistada pelo bom conceito oriundo da tradição e qualidade de seus fios. Embora represente apenas 0,10% da produção de fios nacionais, a seda é um dos itens de maior saldo positivo na balança comercial do setor têxtil: 95% da sua produção foram exportados em 2003, atingindo U$30 milhões, que equivalem a 18% do total das exportações brasileiras de todos os tipos de fios. Vale ressaltar que as exportações de fios de algodão, neste mesmo ano, foram de U$100 milhões.

40.000 EMPREGOS

A sericicultura é uma atividade familiar, explorada por pequenos produtores e fixadora do homem no campo, que gera cerca de 40.000 empregos durante a safra, que varia de 8 a 10 meses. Emprega uma pessoa para cada hectare, enquanto a maioria das culturas anuais emprega uma para cada cinqüenta hectares.

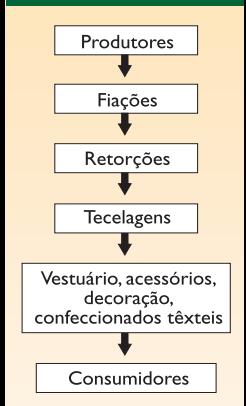
O sistema de integração prevalece entre o criador e a fiação. Em contrapartida pelo recebimento da matéria-prima, a fiação supre a organização produtiva do bicho-da-seda, com financiamento de insumos e assistência técnica. Diferentemente dos setores têxteis, em que os produtos de design arrojado da "Moda Brasil" conquistam novos e importantes mercados, a indústria tem limitação para agregar valor ao fio de seda (retorção, tecelagens, acabamento).

O processo começa na sementagem, na produção de sementes para a criação de lagartas. Depois de incubadas, as sementes levam de 7 a 8 dias para desenvolver a criação das larvas nas chocadeiras. Entre as fases jovem e adulta, a larva, a partir da décima parte de um miligrama, aumenta de peso 10 mil vezes. As chocadeiras se localizam em regiões estratégicas, para facilitar o transporte aos criadores e com preços subsidiados pelas fiações.

A criação das lagartas é feita em barracões, e elas se alimentam única e exclusivamente de folhas de amoreira. Existem diversas variedades de plantas selecionadas de acordo com clima, solo e região. Para garantir folhas frescas e com teor nutritivo, a colheita das ramas ocorre no final da tarde e também no período da manhã. O uso de herbicidas é ainda restrito, pelo fato de não existir um estudo mais aprofundado da questão. A seda preserva o meio ambiente e é um produto 100 % natural.

Apesar de parecer ser necessário apenas uma rotina de alimentação, a criação deve ser feita com bastante cuidado. Vários fatores interferem no conjunto. Cerca de 20 dias após a saída das chocadeiras, as lagartas amadurecem e deixam de comer, para expelir linha e come-

Cadeia da sericicultura



çar a formação de casulos. São necessárias de 40 a 50 horas para uma lagarta completar seu casulo. As condições ambientais, como temperatura, umidade, renovação do ar e claridade, influem diretamente no índice de desenrolamento do casulo.

Fiação

Os casulos verdes são recebidos nos entrepostos de compras, encaminhados às fiações e submetidos a um processo de secagem, para desidratá-los. São classificados de acordo com sua qualidade e direcionados à fabricação de fios, conforme sua utilização e mercado consumidor. A junção de vários cabos de filamentos resulta em diferentes titulagens (espessuras) de fios utilizados pelas tecelagens, empresas de decoração ou na confecção dos famosos tapetes persas.

Índice de conversão	
6,5 quilo de casulo	**Um quilo de fio**
Um casulo	1.000 a 1.200 metros de fio

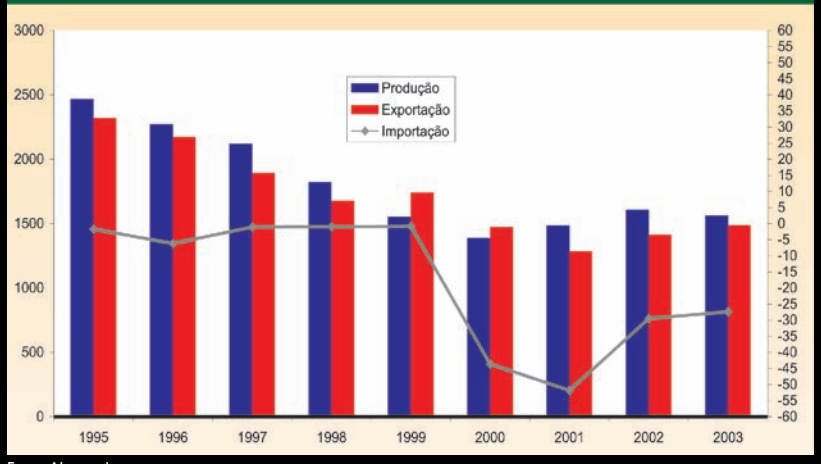
Tecelagem

Tendo como base o conforto, a beleza e a qualidade, os tecidos de seda, envoltos em sua história e em lendas cheias de mistérios, têm uma identidade própria. Sua característica nobre, como a delicadeza dos fios, a absorção de cores, as propriedades antialérgicas e a excelente capacidade térmica, vestiram reis e rainhas, e decoraram os mais belos palácios do mundo, desde a antiguidade até os dias de hoje. Apesar das particularidades e dos focos de negócios de cada empresa no Brasil, existem tecelagens com cinqüenta a cem anos, consolidadas e respeitadas pela alta qualidade e pelo estilo de seus produtos.

As tecelagens produzem coleções próprias, acompanhadas de profissionais especializados para atender ao mercado interno, mas também, timidamente, ao externo. As empresas de decorações também atuam com brilhantismo e levam seus produtos aos países do Mercosul, dos EUA e da Europa, com conceitos artesanais para garantir itens em seda com exclusividade nas diversas aplicações residenciais e corporativas.

A seda apresenta uma alternância de ciclos fortes e fracos, ao longo do tempo. Os chineses verticalizam as atividades, aprimoram a qualidade e são dinâmicos nas suas exportações, com mudanças profundas no cenário mundial e reflexos no mercado brasileiro. Para vencer a concorrência internacional e consolidar o apelo fashion da "SEDA MADE IN BRAZIL", a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil) criou, há um ano, o Comitê Setorial da Seda, com o objetivo de articular os elos da cadeia para um contínuo aperfeiçoamento, desde a qualidade dos fios até o design e a tecnologia.

Brasil - Balanço da produção, exportação e importação de fios de seda (toneladas)



Fonte: Abrasseda

Mercado mundial

A China é, sem dúvida nenhuma, a principal produtora de fios de seda, com cerca de 70% da produção mundial. Porém, no atributo qualidade, sua produção não é totalmente 'de primeira', fato que não lhe dá o domínio total do mercado internacional, competindo com outros países produtores, sobretudo, o Brasil. O segundo país maior produtor de fios, mas também grande importador e essencialmente consumidor, é a Índia, com 20% do total mundial.

O Brasil desponta como 2° no ranking de exportadores. Mais de 95% de sua produção de fios se destina aos mercados de países consumidores mais exigentes, como o japonês e o europeu. As mercadorias vão para a confecção dos requintados quimonos japoneses, para a alta costura, o prêt-à-porter e os famosos acessórios, como lenços e gravatas francesas e italianas. Já as importações de tecidos, apesar de pequenas, são cada vez mais crescentes.

Perspectivas

O contexto do comércio internacional dos produtos têxteis e das confecções está sofrendo uma modificação radical. O contínuo declínio da demanda de quimonos no Japão causa mudanças significativas na cadeia produtiva. O quilo do preço internacional caiu do patamar de U$60 para U$20 a U$30. Governos de países como Índia e China investem em modernizações e promoções comerciais da indústria têxtil, sobretudo, da seda. As regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) prevêem a eliminação das cotas a partir de 2005.

Alguns aspectos relacionados à sericicultura no Brasil, como social, econômico, ambiental e, sobretudo, técnico, decorrentes da rastreabilidade e do know-how do processo produtivo, reconhecido internacionalmente em mercados de referência, não podem ser colocados de lado. As organizações privadas e o governo devem unir esforços e buscar alternativas para enfrentar a concorrência internacional, principalmente, indiana e chinesa, de grande vantagem competitiva: possuem a cadeia de fornecimento completa, com auto-suficiência em todos os tipos de fibras e baixos custos de produção. ■

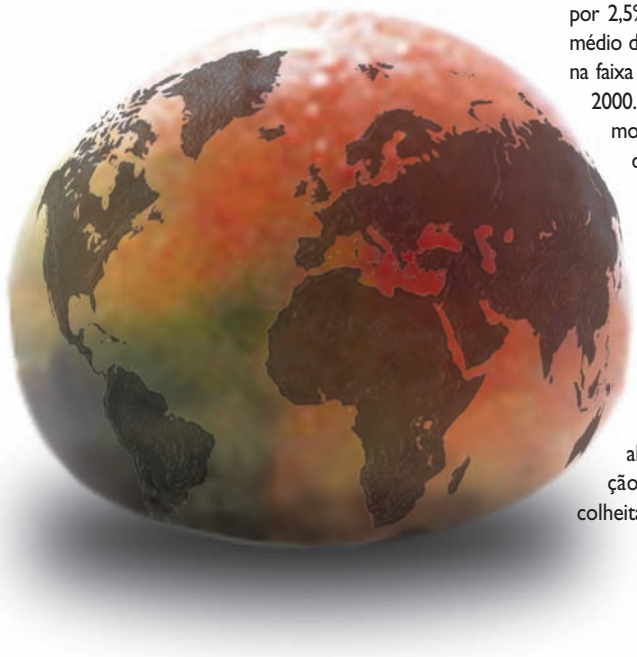
AMÉLIA KAMAKAWA *é mestranda da ESA (Escolas Superiores de Agricultura da França) e funcionária da área comercial de sedas da Cocamar (Cooperativa Agroindustrial de Maringá), no Paraná.*

Mudanças na comercialização da manga

Com a evolução tecnológica no Vale do São Francisco, o mercado cresce no Brasil e no Exterior

As variedades de manga mais comercializadas nos Estados Unidos e na Europa são Tommy Atkins, Haden, Keity e Kent, todas elas desenvolvidas na Flórida. A Tommy Atkins responde por 80% das plantações no Brasil e 50% das exportações do México, enquanto a Haden participa com cerca de 80% das exportações da Venezuela.

O mercado mundial de frutas movimenta mais de US$20 bilhões por ano. Barreiras não-tarifárias ligadas aos requisitos de qualidade são impostas pelos países importadores. Em 2001, o Brasil ocupou a oitava posição na produção mundial, apresentando um consumo *per capita* próximo do número verificado nos países que são grandes produtores.



A transação mundial no mercado de mangas está aumentando e, atualmente, responde por 2,5% da quantidade produzida. O preço médio da tonelada no período 1991-97 ficou na faixa de US$850 e caiu para US$600, em 2000. Com elevada competitividade em termos de preço e qualidade, os pólos produtores nacionais aplicam as técnicas de Produção Integrada de Frutas (PIF), utilizadas na União Européia, com análises de resíduos e estudo de impacto ambiental .

Em 2000, no Brasil, enquanto a área total cultivada com frutas foi de 2.026.962 hectares e a produção foi de 5.001.996 toneladas, em relação à manga, a área cultivada alcançou 67.000 hectares e a produção chegou a 580.137 toneladas. Da colheita, os Estados da Bahia e Pernambuco responderam por 43,1%, e a participação paulista foi de 27,5%.

Variedades de manga	
Consumo *in natura*	Haden, Tommy Atkins, Keity, Palmer, Ruby, Zill e Van Dick
Compota em calda	Imperial, Carlota, São Quirino, Nom Plus Ultra, Haden, Palmer, Kent e Zill
Fabricação de néctar	Carlota, Palmer, Manga D'água e Sensation

Projetos

Muitos projetos de irrigação para a fruticultura foram implantados no Vale do Rio São Francisco, na década de 1980. As variedades selecionadas de manga tinham maior potencial para conquistar os mercados brasileiro e internacional. Com a precocidade, o período de oferta ampliava, enquanto os produtos sem fibra melhoravam a qualidade e eram mais valorizados. Os pomares de São Paulo e Minas Gerais tomaram o mesmo rumo.

O Nordeste é a principal região produtora para exportação, e o cultivo ocorre no Vale do Rio São Francisco. Com uma área plantada total de 17.629 hectares, 64% e 36% da produção se concentram, respectivamente, em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Quanto ao estágio dos pomares, 7% estão em formação; 58%, em produção crescente, e 35%, em produção plena. O aumento de produção vai continuar na temporada de 2004/05. No Rio Grande do Norte, estando concentrada no Vale do Açu, a área cultivada é de 2.790 hectares, e a produção anual é de 28.961 toneladas.

A produção do Nordeste é responsável pela maior quantidade exportada pelo Brasil, no primeiro trimestre. O Estado de São Paulo aumenta sua participação de agosto a novembro, com embarques para a União Européia, os Estados Unidos, o Oriente Médio, Japão e a Rússia. Os países da América Central ganham espaço e são concorrentes no mercado internacional. Pela proximidade territorial e por força do acordo de livre comércio (NAFTA), o México é um grande concorrente dos EUA

Em termos mundiais, a taxa de crescimento do consumo de manga, até 2005, está estimada pela FAO em 3,9% ao ano. O produto participa com 2,15% da produção, e com 10,79%, do comércio internacional de frutas.

A quantidade prevista para exportação em 2005 é de 452.000 toneladas, sendo que o principal pólo exportador é a região de Petrolina e Juazeiro. Cerca de 80% da manga segue em navios e por meio de portos nordestinos. A competitividade do Brasil é grande na União Européia, local onde desfruta da condição de principal fornecedor.

Produção mundial de mangas em 2001 (mil toneladas)	
Índia	11.460
China	3.190
Tailândia	1.620
México	1.550
Paquistão, Indonésia e Finlândia	2.690
Brasil	760
Outros	4.080
Total	25.350

Fonte: FAO

Consumo de mangas em 2000 (kg/habitante)	
Filipinas	21,89
Tailândia	11,29
Índia	4,62
EUA e Reino Unido	0,32
Holanda	1,72
Reino Unido	0,32

Fonte: FAO

Pomares de manga em São Paulo		
Período	**% de plantas novas**	**Total médio de pés**
1979 a 1990	32	1,12 milhão
1991 a 2000	16	2,82 milhão

Comercialização

No Entreposto Terminal de São Paulo (ETSP) e Centro de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), em 1990, foram comercializadas 53.672 toneladas de mangas, sendo 70,8% em caixas M, 26,8% em caixetas, e 2,4% em meias caixas M e caixas k. A variedade predominante foi a Haden. Os municípios paulistas participaram com 84% do abastecimento e 78% da quantidade fluída, de novembro a janeiro.

Em 1999, o ETSP-CEAGESP comercializou 81.552 toneladas de mangas. Cerca de 91% foram na embalagem em caixeta, e 79%, com a variedade Tommy Atkins. As três principais variedades sem fibras (Tommy Atkins, Haden e Keity) representaram 36% da quantidade procedente do Nordeste. Vale ressaltar que houve aumento na importância da produção de frutas no Vale do Rio São Francisco, no abastecimento de São Paulo e no crescimento do mercado.

De 1995 a 2001, a quantidade média anual comercializada de mangas foi de 70.760 toneladas. Cerca de 67% foram na embalagem de papelão. A participação das variedades ficou em 64% para a Tommy Atkins, 18% para a Haden, 7% para a Bourbon, 4% para a Keitt e 7% para as demais (Coquinho, Espada Extrema, Ouro, Rosa e Van Dick).

Para a composição dos preços das variedades de manga, foi utilizado o período de 1997 a 2001, a embalagem predominante no mercado e as variedades Tommy Atkins e Haden. Em razão da inexistência de dados mensais durante o ano todo para as outras variedades, foi empregada a média aritmética simples.

Dentre as variedades sem fibras, a Keity, entre 1998 e 2001, teve menor expressão, com 15.208 caixetas comercializadas. Sua colheita acontece de dezembro a março. Em cada caixeta, cabem de 10 a 15 frutos, sendo o produto preferido de peso menor e abaixo de 700 gramas.

Entre as variedades com fibras, Bourbon e Espada percebem menor valor e são negociadas em caixas k ou M. A variedade Bourbon, entre 1994 e 1997, teve a maior quantidade anual comercializada, com 470.624 caixas M. Sua colheita se concentrou de setembro a dezembro, entre 1998 e 2001

A quantidade média anual de manga Espada comercializada passou de 4.410 toneladas para 1.320 toneladas, de 1994 e 1997 a 1998 e 2001. O fator 'estacionalidade' apresenta maior quantidade comercializada de outubro a novembro.

Tipos de embalagens na comercialização da mangas			
Caixeta de 7,7kg	Caixa M de 25 kg	Caixa k de 22 kg	Meia caixa M de 11,5 kg

A manga Van Dick teve a maior variação na quantidade comercializada anual, de 1995 a 2001. A quantidade média mensal foi de 3.143 caixas de meia M. A maior freqüência de oferta vai de outubro a janeiro.

A variedade Rosa diminuiu a quantidade comercializada em caixa M, de 242.800 para apenas 4.900, de 1994 a 2001. Sua quantidade ofertada foi bastante irregular e, em média, foram negociadas 1.440 toneladas anuais.

A Tommy Atkins predominou no mercado, na década de 1990. Durante 1994 e 1996, foram comercializadas 25.200 toneladas ao ano, em dois tipos de embalagens: meia caixa M e caixeta. Sua estacionalidade se concentrou de outubro a dezembro, quando foram negociados 45% da média anual . Nos outros meses do ano, a quantidade negociada foi de 4% e 8% do total anual e a variação estacional dos preços foi de fevereiro a junho. Entre 1997 e 2001, predominou a embalagem em caixeta, com 12 a 21 frutos, e foram comercializados, na média anual, 54.189 toneladas, e na mensal, 4.515 quilos. Os produtos mais valorizados pesam de 500 a 650 gramas.

Durante 1994 a 1996, a manga Haden foi comercializada em caixas K e caixetas . A quantidade anual totalizou 11.087 toneladas, e a mensal, 424 toneladas. De 1997 a 2001, foram comercializadas 13.780 toneladas. A quantidade de frutos na caixeta varia de 9 a 18 frutos, mas é comum encontrar entre 12 e 15 unidades. O padrão estacional de quantidade mostra que 51% foram comercializadas entre novembro e janeiro, e em outros meses variaram entre 3% e 8%. A estacionalidade apresenta maiores preços de fevereiro a julho e decresce de agosto a dezembro.

Conclusão

Com a evolução tecnológica do cultivo da manga na região do Vale do Rio São Francisco, a partir de meados da década de 80, o mercado da fruta se expandiu no Brasil e no exterior, e a qualidade do fruto melhorou; o período de colheita se expandiu e o consumo *per capita* aumentou. De 1991 a 2000, o crescimento da produção foi mais intenso no Nordeste e em São Paulo, com a adoção de novas variedades.

A estacionalidade mostra que a manga era ofertada de novembro a janeiro, na década de 1980, e ao final dos anos noventa, aumentou o período de oferta das mangas sem fibras, sendo que cerca de 50% fluíram ao mercado de outubro a janeiro, e o restante, durante outros oito meses.

A disseminação do Programa Integrado de Frutas (PIF) é de fundamental importância, assim como o cultivo orgânico da fruta. O sistema de distribuição nacional deve utilizar embalagens menores e embalar cada uma, para atender à rede varejista dos supermercadistas. A criação de associações de produtores ajuda a homogeneizar os procedimentos de comercialização e facilita agregar valor, pela industrialização e a exportação. ■

WALDEMAR PIRES DE CAMARGO FILHO, HUMBERTO SEBASTIÃO ALVES e ANTONIO ROGER MAZZEI.

Fruta é originária da Ásia

A mangueira pertence à família das Anacardiáceas e tem sua origem na Ásia Meridional e também no Arquipélago Indiano. É nativa do Ceilão e das regiões do Himalaia. Sua difusão começou com o chinês Hwen Tisang, após visita ao Indostão, entre 622 e 645 A.C. Trazida pelos portugueses no século XVI, o Brasil foi o primeiro país da América a cultivá-la. Depois de ser plantada no Rio de Janeiro, se espalhou para outras regiões e chegou a Itamaracá, na Bahia, em 1700; às Antilhas, em 1742, e depois ao México, juntamente com os cafeeiros.



Desafios no front externo

Para manter sua competitividade no mercado internacional, o Brasil precisa estar atento às exigências técnicas e ambientais

FRANCINE RODRIGUES
SILVIA HELENA GALVÃO DE MIRANDA
HELOISA LEE BURNQUIST

As tradicionais barreiras tarifárias e algumas das não-tarifárias – cotas, políticas anti-dumping, subsídios –, cada vez mais, estão sendo substituídas pelas barreiras técnicas e sanitárias no comércio internacional. Nesse contexto, o agronegócio dos países em desenvolvimento se defronta com novos desafios, como ocorre no Brasil com o setor sucroalcooleiro.

O avanço das exportações de açúcar e álcool será influenciado pelo resultado das negociações internacionais. O fato de o açúcar fazer parte da lista de produtos sensíveis da Organização Mundial do Comércio (OMC) contribui para manter seu mercado restrito a não mais do que 30% do consumo. Como existe grande pressão contra as barreiras tarifárias, de cotas e de subsídios, emergem as restrições de natureza técnica, sanitária e sócio-ambiental.

Líder do mercado, o Brasil responde por cerca de 35% das exportações de açúcar. Além de protegido, o mercado mundial é caracterizado por um grande número de países produtores. As exportações brasileiras estão condicionadas à redução das restrições externas e ao desmantelamento das relações preferenciais consolidadas ao longo de décadas. Na definição da sua capacidade competitiva e de estratégias, o País precisa dar uma importância maior às exigências técnicas e ambientais.

Restrições

Situação semelhante ocorre no mercado do álcool, em processo de consolidação mundial, particularmente, na forma de tarifas sobre a importação. Ainda não se observa grandes restrições ao comércio e nem padrões únicos quanto à sua qualidade. Poucos países produzem e comercializam o produto em larga escala. Além do Brasil, os EUA produzem álcool de milho e, para suprir sua demanda, importam algum volume do Brasil e de países do Caribe, em uma clara triangulação do produto brasileiro.

É importante considerar, seja no açúcar ou no álcool, a imposição de exigências técnicas no fluxo de comércio internacional. O atendimento a esses requisitos não é tarefa trivial, envolve aumento nos custos de transação e investimentos na estruturação de novos produtos e processos. Qualquer antecipação a respeito da natureza das exigências irá respaldar as estratégias das negociações.

Comércio do açúcar

Não se identificam, hoje, barreiras técnicas às exportações brasileiras de açúcar. Como uma internacional, o produto é padronizado e cumpre especificações ligadas à saúde e proteção do consumidor. Isso passa pelo controle de insumos e resíduos na lavoura e indústria, concentração de metais, partículas magnetizáveis, padrões de higiene, rotulagem, entre outros. (*)

No mercado de açúcar branco, as especificações estão definidas para o açúcar refinado, que é a referência de preço em países europeus e nos Estados Unidos. Para o açúcar cristal (*plantation white sugar*), que compõe a maior parte das exportações brasileiras, as exigências estabelecidas pelos compradores variam. Isso dificulta o papel das medidas técnicas como facilitadoras de comércio. Na ausência de normas de referência internacional, as exigências técnicas restringem os fluxos de comércio. Daí a necessidade de estimular a atuação brasileira junto às entidades regulamentadoras internacionais.

Existe a tendência de o setor privado exigir padrões específicos mais rigorosos do que o setor público. As empresas consumidoras praticam políticas próprias, em que as exigências vão além dos padrões estabelecidos pelo Codex. Já as indústrias exportadoras se defrontam com padrões comerciais distintos e custos adicionais de adequação.

A rastreabilidade da matéria-prima ao produto final, com exigências em termos de responsabilidade sócio-ambiental e implementação de auditoria no produtor, leva a reflexões interessantes. O setor sucroalcooleiro engloba uma série de procedimentos na produção rural e no processamento industrial, que são discutidos sob a ótica da sustentabilidade. Alguns, pelos benefícios, outros, pelos passivos ambientais que proporcionam. É o caso das tecnologias de colheita, da co-geração a partir de bagaço, entre tantos outros casos.

Normas para o álcool

Para o álcool, o Brasil, na condição de maior produtor e exportador mundial, poderia liderar o processo de normalização. Faltam materiais de referência, de qualificação e capacitação de pessoal, processos de conformidade e normas nacionais. Não há consolidação de representatividade nos organismos internacionais normalizadores.

O mercado de álcool tem duas segmentações: 1. O neutro, destinado às indústrias químicas (como a de perfumaria) e de bebidas; 2. O carburante, que atende à indústria automobilística e deve ser objeto prioritário do Brasil quanto às normas.

As especificações técnicas para o carburante não estão centralizadas em um órgão normalizador internacional. A ASTM (American Society for Testing and Materials) e a BOT (New York Board of Trade) definiram especificações próprias diferentes para o produto produzido e comercializado no Brasil. A tendência é de os países compradores exigirem padrões próprios. Se para cada destino forem exigidas características distintas, a indústria terá um custo adicional de adequação.

Embora a Agência Nacional do Petróleo (ANP) seja o órgão nacional responsável pela delimitação das especificações do álcool produzido no Brasil, muitos entraves acontecem: as unidades empregadas não correspondem às unidades usadas pelos países estrangeiros. O Brasil trabalha com massa, e os demais países, com volume. Os seus métodos analíticos estão defasados, além da precariedade dos laboratórios e da falta de materiais de referência para o desenvolvimento de análises e para a certificação.

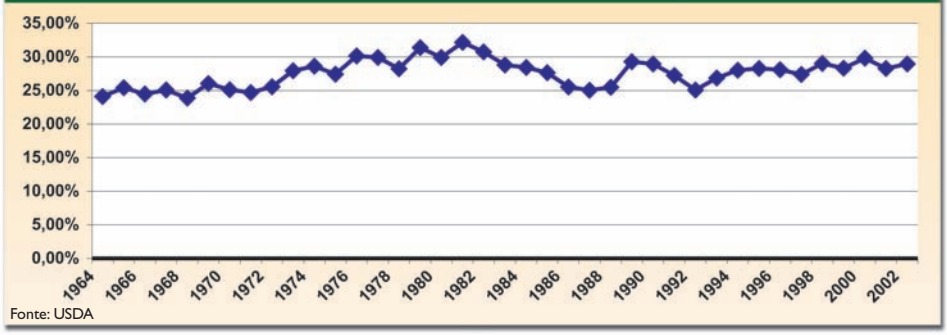
Diante do mercado internacional para o álcool carburante, as usinas nacionais terão de ser pró-ativas na orientação e no estabelecimento de normas. Somente assim poderão influenciar na criação e na determinação de especificações internacionais para o álcool carburante.

Considerações finais

Um dos grandes desafios na exportação de açúcar se refere ao modo como gerenciar a proliferação de padrões exigidos pelas empresas que compram açúcar, particularmente, as indústrias de alimentos e bebidas, o que, hoje, se apresenta como um fator decisivo para as políticas de preços e prêmios vigentes no mercado.

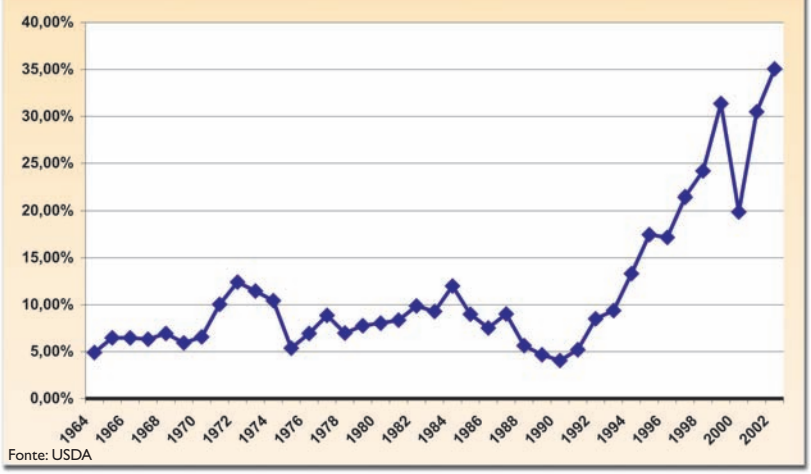
O álcool carburante, sem mercado

Comércio mundial de açúcar: relação entre importações e consumo (toneladas)



Fonte: USDA

Açúcar: relação entre as exportações brasileiras e as importações mundiais (toneladas)



Fonte: USDA

internacional consolidado, carece de especificações técnicas homogêneas para a padronização internacional dos compradores. Os países à frente auferirão vantagens, e os retardatários pagarão altos preços na adequação às exigências internacionais. Este é um setor com estreita ligação a setores essenciais, como o de energia e transporte.

Em ambos os mercados, existe a necessidade de ações conjuntas dos empreendedores e das entidades regulamentadoras do Brasil. Tudo isso para impedir os impactos das restrições técnicas de países e empresas importadoras sobre seu desempenho exportador. Com certeza, algumas das restrições técnicas virão das exigências de natureza ambiental. ■

(*) As exigências fazem parte do Codex Alimentarius, um Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO e da Organização Mundial da Saúde - OMS, para a elaboração e o estabelecimento de regulamentos e códigos de boas práticas. O objetivo é proteger a saúde dos seres humanos. As normas são reconhecidas internacionalmente, tratadas como aceitavéis, sem constituir barreiras comerciais. O próprio Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), da Organização Mundial do Comércio (OMC), no Artigo 2.5, indica que regulamentos técnicos fundamentados em normas internacionais não podem ser caracterizados como barreiras técnicas ao comércio (INMETRO, 2004).

FRANCINE RODRIGUES *é bacharel em Ciências Econômicas - IE/UNICAMP. Membro do Grupo de Estudos de Comércio Internacional - ESALQ/USP.*
E-mail: francine@yahoo.com.
SILVIA HELENA GALVÃO DE MIRANDA *é engenheira agrônoma e doutora em Economia Aplicada - ESALQ/USP. Bolsista PRODOC-CAPES/LES-ESALQ. Coordenadora do Grupo de Estudos em Comércio Internacional - ESALQ/USP. Pesquisadora e colaboradora do Centro de Estudos em Economia Aplicada - CEPEA/ESALQ.*
E-mail: smiranda@esalq.usp.br.
HELOISA LEE BURNQUIST *é professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia Rural - ESALQ/USP. Membro do Grupo de Estudos em Comércio Internacional - ESALQ/USP. Pesquisadora do Centro de Estudos em Economia Aplicada - CEPEA/ESALQ. E-mail: hlburnqu@esalq.usp.br.*

UE propõe mudança no regime do açúcar

Reforma vai provocar queda na produção na Europa e alta dos preços

A Comissão da Comunidade Européia enviou ao Conselho e ao Parlamento Europeu um comunicado com a proposta de reforma do sistema de açúcar, em 28 de junho. O trabalho leva em consideração uma série de premências. Vai desde a necessidade de mudanças, passa pela visão de longo prazo, pela qual se busca maior competitividade, e desemboca numa orientação de mercado consistente com compromissos internacionais.

Muitos países questionavam se valia a pena destinar bilhões do orçamento da UE para o setor. A manutenção do sistema não tem sustentação diante: 1) da diferença entre os preços praticados no mercado mundial e os vigentes no bloco; 2) das metas de sustentabilidade fixadas pela Política Agrícola Comum (PAC); 3) dos compromissos internacionais assumidos.

Com a ampliação da UE para o Leste Europeu e a queixa do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), as distorções provocadas pelos subsídios precisam ser corrigidas. A vitória brasileira na OMC contra os EUA, na discórdia sobre o algodão, acendeu o alerta dos países que subsidiam o açúcar.

A reforma vai provocar a queda na produção de açúcar da UE e recuperará os preços internacionais. Sem subsídios, os europeus ganharão três vezes menos e não conseguirão atender à Europa. O plantio da beterraba tenderá a se concentrar nas regiões de maior produtividade, como o sul da França. Para o Brasil, ocorrerá ganho de espaço para o seu açúcar e atração de investimentos das empresas estrangeiras do setor. ■

Propostas básicas:
- redução, em duas fases, do preço de sustentação do açúcar;
- abolição do preço de intervenção, atualmente, em 632 euros;
- introdução de preço de referência um terço menor do que o de intervenção.

Produção
- a partir da safra de 2005/2006, a quota estará mais ajustada ao consumo interno;
- transferência de quotas entre estados membros;
- passando de 17,4 milhões de toneladas para 16,1 milhões de toneladas;
- reduções anuais de 500 mil toneladas até chegar à queda de 2,8 milhões de toneladas.

Sistema de quotas
- juntar as quotas A e B
- devem permanecer as provisões da quota C

Mecanismo de compensação parcial
- pagamento direto aos produtores dentro dos limites da PAC

OMC adia decisão para setembro

O presidente do "painel" (comitê de arbitragem) aberto por Brasil, Austrália e Tailândia contra os subsídios às exportações européias de açúcar enviou ao Órgão de Solução de Controvérsias, em 23 de junho, comunicado adiando a decisão para início de setembro. A alegação é de que não será possível cumprir o prazo para completar o trabalho em seis meses, devido à complexidade do assunto.

De acordo com as regras da OMC, o painel teria inicialmente seis meses, desde sua nomeação, em 23 de abril, para chegar a um veredicto, mas era esperada uma decisão preliminar em julho.

O Brasil questiona o excesso de subsídios concedidos pela União Européia ao açúcar branco. De acordo com a Rodada do Uruguai, a UE teria o direito de exportar 1,273 milhão de toneladas e gastar, no máximo, US$499,1 milhões. Contudo, o bloco exportou 3,113 milhões de toneladas com subsídios na safra de 2003/04 e gastou US$1,463 bilhão, ou seja, US$467 por tonelada.

O apoio doméstico oferecido pelos europeus funciona como subsídio à exportação. Uma questão no centro das discussões da Rodada de Doha. O 1,6 milhão de toneladas de açúcar importado pela UE de países da África, Ásia e Caribe, com preferência tarifária e, posteriormente, reexportado, segundo o Brasil, deveria ser contabilizado no compromisso do bloco com a redução de subsídios.

A evolução do etanol nos EUA

Em 2003, a venda de veículos com combustível flexível chegou a 750 mil unidades

SÉRGIO RANGEL FIGUEIRA e HELOÍSA BURNQUIST

Os Estados Unidos surpreendem na produção de álcool combustível. Iniciada na década de 80, como alternativa para a gasolina, a atividade ganhou impulso a partir da aprovação da emenda do *Clean Air Act*[1] pelo Congresso norte-americano, em 1990.

Posteriormente, em 1992, surgiu o programa de gasolina oxigenada de inverno, com a utilização do etanol. A exigência mínima de mistura de oxigênio, de 2,7%, pode ser atendida com uma mistura mínima de 7,24% de etanol. Os oxigenados reduzem os precursores de ozônio, gases tóxicos e monóxido de carbono.

Já em 1995, foi concebido o programa da gasolina reformulada (RFG) para melhorar a qualidade do ar e reduzir a concentração de alguns poluentes, como o ozônio e os óxidos de nitrogênio, em algumas cidades americanas com poluentes acima dos níveis toleráveis. O uso de gasolina oxigenada se tornou obrigatório nas áreas que não atendiam ao padrão do *Federal Ambient Air* referentes ao monóxido de carbono (CO) e ao etanol adotado como oxigenado na mistura à gasolina reformulada. No padrão americano, a mistura mínima de 2% de oxigênio equivale a 5,5% de etanol.

Contaminação

Além do etanol, os EUA utilizavam como oxigenado o MTBE (Metil Tributil Etano), que poluía a água e o lençol freático, devido a vazamentos nos tanques de armazenagem ou até mesmo pela chuva. O fato foi detectado em 14 dos 33 Estados norte-americanos pesquisados. Um caso extremo aconteceu na Califórnia, com o fechamento de uma fonte de água potável. Isso levou 17 Estados americanos, com destaque para Califórnia, Connecticut, Kentucky, Missouri e Nova York, responsáveis por 44% do consumo de MTBE, a decretarem o banimento da sua utilização. A data estabelecida para a proibição varia entre 2000 e 2005.

O Congresso dos Estados Unidos, por sua vez, debate a implantação de um programa de combustíveis renováveis, que passaria a estipular, previamente, quantidades anuais de combustíveis renováveis para o consumo nos EUA.

Projeções de consumo de etanol nos EUA

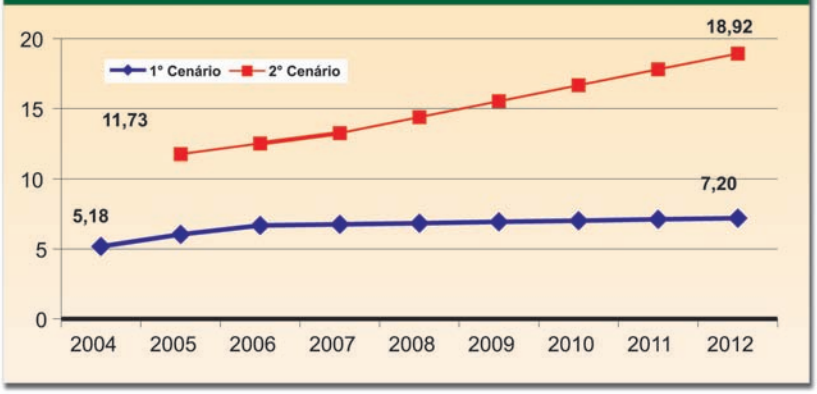
Primeiro cenário: banimento do MTBE. Consumo vai passar de 5,18 para 7,2, em bilhões de litros, entre 2004 e 2012; pressuposto: período-base de 1973 a 2003; metodologia: modelo[2] univariado de Box-Jenkins, aplicado em séries temporais para prever os valores por meio de informações obtidas do passado histórico.

Segundo cenário: metas de consumo de combustíveis renováveis discutidas no Congresso em 2005: 11,73 bilhões de litros; 2012: 18,9 bilhões de litros; pressuposto: etanol ocupa posição dominante entre os combustíveis renováveis.

Estados Unidos: produção de etanol



Estados Unidos: projeção do consumo de álcool (bilhões de litros)



Medidas dessa natureza são fundamentais para o planejamento da produção, que pode ser feita de maneira a se adequar perfeitamente ao consumo estimado, assegurando o sucesso dos programas.

Além de sua utilização como oxigenado misturado na gasolina, o etanol é empregado diretamente como combustível nos EUA, na forma E-85, uma mistura de 85% de etanol e 15% de gasolina.

Flexible fuel

Outro indicador da importância do etanol como combustível alternativo nos EUA está nas vendas crescentes dos veículos do tipo *flexible fuel*, que são seus principais consumidores. Segundo a *National Ethanol Vehicle Coalition*, a quantidade de veículos *flexible fuel* utilizando o E-85 era de 1,5 milhão, em 2000, correspondente à cerca de 1% da frota do país. Em 2003, esses automóveis participaram em 5% nas vendas totais de veículos, com 750.000 unidades.

O caráter de sustentabilidade constitui outro fator favorável ao emprego progressivo do etanol nos EUA. Isso confere uma diferença importante em relação aos outros programas desenvolvidos com finalidades semelhantes. Os resultados de previsões de consumo para o etanol nos EUA sugerem crescimento até o ano de 2012.

Custo de produção do litro de álcool

EUA: 24 centavos de dólar, a partir do milho

Brasil: 7 centavos de dólar, a partir da cana

Tendência

Existe um potencial expressivo de expansão do consumo de etanol nos EUA. O volume requerido para efetivar esse aumento pode ser suprido pela: 1) oferta nacional, nas condições prevalecentes da produção de milho, o principal insumo utilizado na produção do etanol; 2) manutenção de tarifas de importação da ordem de 54 centavos de dólar por galão[3], para proteger a produção nacional.

Apenas os países caribenhos, como Jamaica e Costa Rica, dispõem de uma cota de importação de 7% do mercado de etanol americano, sem a necessidade de pagar a tarifa de importação. Para exportar volumes significativos de etanol diretamente para os EUA, o Brasil deverá requerer uma redução de tarifas ou pleitear cotas. ■

Câmara dos EUA aprova Lei de Energia

A Câmara dos Deputados aprovou, no final de junho, a Lei de Energia nos Estados Unidos, que pode aumentar a produção do etanol para mistura na gasolina de 11,73 bilhões de litros para 18,92 bilhões de litros, de 1995 a 2012.

O projeto tem 1.200 páginas e foi aprovado com 246 votos a favor e 180 votos contra. O próximo passo acontecerá no Senado, onde a oposição é intensa. Para os próximos dez anos, o custo de implementação da Lei está previsto em US$32 bilhões, enquanto a coleta de tributos junto às indústrias de energia cairá em US$32 bilhões. Haverá um ônus no déficit público.

Além disso, a Lei acaba com uma provisão para os processos movidos pelas indústrias que empregam o MTBE como aditivo na gasolina. De acordo com os levantamentos feitos pelo *US Geological Water Quality Assessment Survey*, em julho de 2003, 55% da área amostrada detectava a presença de MTBE em vários níveis.

Os processos alcançam US$29 bilhões e correspondem aos gastos previstos com as mudanças das máquinas e dos equipamentos para um ambiente mais limpo, segundo a *American Water Works Association*.

Contudo, os senadores dos Estados rurais, simpáticos à Lei aprovada, porque ela beneficia os produtores de milho, contam com mais força representativa, não obstante o esperado desacordo dos seus oponentes.

[1] É importante ressaltar que as limitações para previsões, de uma maneira geral, principalmente em longo prazo, requerem a realização de um monitoramento e de atualizações periódicas para minimizar os erros.

[2] 1 galão equivale a aproximadamente 3,785 litros.

[3] Estabeleceram-se limites de gases poluentes no ar de qualquer área nos Estados Unidos.

SÉRGIO RANGEL FIGUEIRA *é doutorando em Economia Aplicada pelo Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP. Membro do Grupo de Estudos em Comércio Internacional – GECINT. Email:sergio-figueira@uol.com.br*

HELOISA BURNQUIST *é professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia Rural, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos em Comércio Internacional – GECINT. Pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA/ESALQ.*

E-mail: hlburnqu@esalq.usp.br.





Foto: Unica

Álcool desponta como grande negócio

Exportação brasileira pode chegar a 2 bilhões de litros este ano

O álcool combustível desponta como o novo produto na pauta das exportações do agronegócio. Até junho, foram embarcados 850 milhões de litros de etanol, de acordo com levantamento preliminar da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica). O total exportável em 2004 vai oscilar entre 1,6 bilhão e 2 bilhões de litros de álcool, em comparação com 1,1 bilhão, em 2003. Cerca de 180 milhões de litros foram embarcados para os Estados Unidos, apesar da taxação de 54 centavos de dólar sobre o combustível brasileiro, que dobra o preço do produto naquele mercado.

Um dos potenciais mercados consumidores de álcool anidro é a União Européia, que ainda não definiu se aumentará sua quota de importação do Mercosul. Entre os países do bloco, o Brasil é o único exportador de álcool anidro. Recentemente, o governo alemão se posicionou a favor do aumento da quota para atender à atual demanda européia por mistura do álcool à gasolina.

Joint-venture

Se os EUA e a Suécia usam o produto misturado à gasolina, os demais países não utilizam o etanol como combustível, mas avaliam essa possibilidade. Estudos para adicionar o etanol à gasolina estão sendo realizados entre Brasil e Japão. Os governos brasileiro e australiano avaliam a possibilidade da criação de uma refinaria de álcool em uma *joint-venture* com localização na Austrália, para atender ao mercado japonês. O quadro é semelhante em relação à China, Tailândia e Índia. Não se trata de uma proposta comercial, mas de uma decisão estratégica dos respectivos governos para adicionar o produto à gasolina. A União Européia já ofereceu a possibilidade de adicionar o produto aos combustíveis no âmbito do Mercosul. O etanol está se tornando uma *commodity*.

As cotações do álcool na BM&F se mantêm estáveis, em patamar elevado desde junho. A recuperação dos contratos ocorreu no mês de maio, com o aumento da demanda interna e externa pelo produto, além de ter sofrido uma grande influência do açúcar. Os contratos futuros, recém-introduzidos na bolsa de Nova York (NYBOT), também se encontram fortalecidos, porém, registram maior volatilidade. Com o bom desempenho das cotações, conjugado às perspectivas otimistas do mercado, os contratos futuros devem alimentar uma tendência de alta ao longo de 2004. ■

Infra-estrutura para exportação

A Ethanol Trading, criada para exportar álcool, pretende gerar capital e atrair a atenção de mais de 200 unidades produtoras de álcool. O objetivo é captar R$150 milhões, sendo 90% em álcool e 10% em dinheiro. A empresa planeja operar no mercado internacional de álcool, em setembro, e poderá ser, nos próximos anos, a quinta maior empresa brasileira, em termos de exportação. O volume de negócios superará os US$2 bilhões.

Com 'chamada' de capital exclusiva aos produtores de etanol, a idéia é formar uma *trading* setorial, uma comercial exportadora, como uma cooperativa de exportação. Cada produtor interessado em ser um dos sócios deverá subscrever o equivalente à proporção de cana moída na safra passada. A diferença que faltar para os 100% será rateada entre as empresas subscritas. A intenção é criar um estoque de 1 a 2,5 bilhões de litros de álcool, para garantir o fornecimento de álcool aos países interessados. Num primeiro momento, será criado um estoque de 300 milhões de litros, a ser aumentado gradualmente.

Diante do desafio de investir na logística de distribuição do álcool para o mundo, é estratégico formar uma parceria com a Petrobrás, exportadora brasileira de combustíveis e com conhecimento técnico sobre o transporte de granel líquido por via marítima.

Para a montagem da infra-estrutura destinada a conduzir álcool da Replan (Refinaria de Paulínia), em Paulínia, até o terminal da Ilha D'Água, no Rio de Janeiro, a Petrobrás prevê investimentos de US$200 milhões em dutos, nos próximos quatro anos, para exportar 4 bilhões de litros e arrecadar US$2 bilhões por ano. O projeto visa construir três álcool-dutos com:
1) 500 quilômetros de extensão, contíguo ao sistema existente que transporta álcool, petróleo e derivados de Paulínia para a Ilha D'Água;
2) 200 quilômetros, para unir Ribeirão Preto, o maior centro produtor, a Paulínia, com custo de US$80 milhões, a ser construído pela Transpetro, subsidiária da Petrobrás; 3) 90 quilômetros, de Paulínia a Conchas, para viabilizar o escoamento na hidrovia Tietê-Paraná, da produção do Centro-Oeste.

No Paraná, o terminal instalado no Porto de Paranaguá, da Cattalini Terminais Marítimos Ltda., é o maior terminal privado do segmento de granéis líquidos do Brasil, segundo a Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL). O potencial de tancagem e escoamento é alto. Os 100 milhões de litros exportados pelas usinas paranaenses, em 2003, representaram cerca de 6% do total movimentado pela empresa. Um contrato com a Central Paranaense de Álcool (CPA) prevê a exportação de 400 milhões de litros de álcool até 2007. O terminal atende a outros mercados produtores, como o paulista, por meio de contratos fechados com empresas como a Copercúcar e a Sociedade Corretora de Álcool (SCA), que chegam a embarcar mais de 30 milhões de litros de álcool/mês.

No porto de Maceió (AL), um *pool* de usinas do Estado estuda investimentos em parceria com a Transpetro, subsidiária da Petrobrás, na ampliação da capacidade de armazenagem do álcool no porto de Maceió, passando dos atuais 27,5 milhões de litros para 45 milhões de litros.

Vitória do algodão

Parecer histórico da OMC muda o rumo das negociações internacionais

Relatório final do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios norte-americanos ao algodão, estabelecido em 18 de março de 2003 por iniciativa brasileira, foi enviado em 18 de junho de 2004, para o Brasil e os Estados Unidos. O texto será divulgado após a tradução para as outras línguas oficiais da OMC (espanhol e francês). A partir daí, começa a ser contado o prazo (de 20 a 60 dias) para que o documento seja adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias, caso não haja recurso ao Órgão de Apelação.

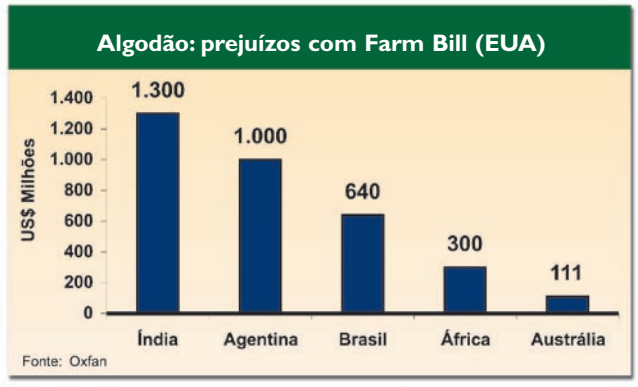
As determinações do painel confirmam a solidez material e jurídica da causa brasileira e consolidam sua legitimidade nos foros internacionais. Os efeitos da decisão, entretanto, não se limitam à cotonicultura brasileira.

Em perspectiva mais ampla, o relatório reforça os pleitos dos países africanos produtores de algodão, que estão entre os países mais pobres do mundo. Apesar da alta competitividade de seus setores produtivos, os subsídios norte-americanos provocam catástrofe social e econômica para essas nações. Baixos preços significam, na África, perdas de receitas de exportação e, o mais importante, um aumento considerável da miséria de milhões de pessoas.

A decisão fornece, ainda, elementos de qualidade técnica para a defesa de um comércio agrícola internacional mais justo. Complexo e original na maioria de suas discussões, o painel do algodão apresenta uma série de reflexões. Seu impacto repercute nas negociações da Rodada de Doha e na elaboração de políticas públicas dos países que subsidiam a produção e a comercialização do setor agrícola.

De 1999 a 2002, a distribuição de recursos do Tesouro dos Estados Unidos à cotonicultura correspondeu a 89,5% do valor da produção. Essa participação cresceu entre 2001 e 2002, chegando a 129,3%.

Resta saber qual é o tempo dos EUA para cumprir a decisão do painel e dar um sinal de seu compromisso com o fim das distorções do comércio internacional e do respeito às obrigações estabelecidas pelas disciplinas multilaterais de comércio. Os norte-americanos estão diante de quatro saídas: 1) remover os subsídios, a exemplo do aço; 2) buscar a retaliação e manter o *status quo*; 3) rejeitar a decisão da OMC; e 4) fazer um acordo paralelo. A primeira alternativa precisa passar pelo Congresso, e não terá o corte radical. A segunda e terceira trarão problemas para o país, posteriormente. A quarta parece ser mais pragmática. ■



Reclamações brasileiras no setor do algodão

1. A barreira do Artigo 13 do Acordo sobre Agricultura – a chamada "Cláusula de Paz" – não se aplica aos subsídios questionados pelo Brasil (veja o Item V – Descrição dos Subsídios Questionados, na Informação de Apoio, anexa);
2. A exemplo dos demais programas questionados, os subsídios "Production Flexibility Contract" e "Direct Payment" distorcem a produção e o comércio de algodão, ao contrário do que alegavam os Estados Unidos;
3. O apoio nacional norte-americano – da ordem de US$13,1 bilhões, entre 1999 e 2003 – causa prejuízos graves ao Brasil, pela depressão dos preços internacionais da fibra;
4. As Garantias de Crédito à Exportação – questionadas pelo Brasil não apenas em relação ao algodão, mas também quanto a todos os produtos agrícolas beneficiados (soja, milho e arroz, por exemplo) – são subsídios à exportação incompatíveis com o Acordo sobre Agricultura e o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias;
5. O programa "Step 2" constitui um subsídio proibido, à luz do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, por exigir a exportação ou o consumo do produto norte-americano, em detrimento do importado.



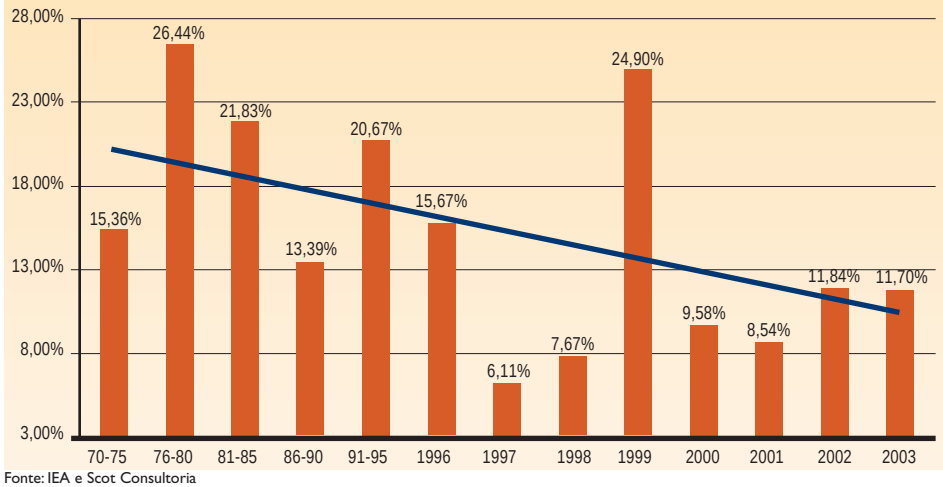


Confinamento: atividade-fim ou uma estratégia?

Todos os anos, de junho a outubro, o confinamento é pauta de discussão técnica e econômica entre técnicos e empresários da pecuária de corte. Uns defendem seu uso e outros julgam que esta técnica de terminação já perdeu seu sentido. Em seu princípio, a prática do confinamento servia para vender animais na entressafra, quando os preços subiam, de maio a outubro, em relação ao período de outubro a maio. Com o tempo, houve diminuição na amplitude de variação real e a tendência é de essa variação permanecer em torno de 8% a 10%.

No passado, a técnica de terminação estava associada a baixos riscos e à competência operacional. Até meados da década de 90, a variação nos preços garantia resultados, mesmo com erros técnicos na condução da atividade. A partir do Plano Real, além da diminuição nas variações das cotações, o próprio controle da inflação tornou mais claros os resultados. A exceção do ano de 1999 é explicada pela recuperação dos preços pós-maxidesvalorização do Real.

Estado de São Paulo: variação % em preços reais (IGP-DI) por @ do boi gordo de outubro em relação a maio



Fonte: IEA e Scot Consultoria

Nos últimos anos, novas técnicas de produção evitaram perda de peso a pasto e permitiram ganhos diários de algumas gramas e a oferta de bois pesados na entressafra.
É o caso da alimentação à base de sal com uréia e de sal proteinado. Os suplementos de alto consumo ficaram como uma técnica próxima do semiconfinamento, similar ao fornecimento de concentrados para animais a pasto. São práticas para aumentar a capacidade de ofertar bois no período seco e reduzir as variações de preços.

O peso da nutrição

Os resultados ficaram mais atrelados à competência técnica de conduzir um sistema intensivo de produção. Confinar exige conhecimento sobre nutrição animal, produção de volumosos, compra de concentrados e manejo de dieta. Implica adequar a estrutura de contenção, com currais bem dimensionados, e saber a respeito de qualidade animal.

Resultados esperados com o confinamento

Situação 1:
- atividade exclusiva;
- produtor compra ou seleciona animais com peso vivo de 10@ a 12@;
- abate do animal com cerca de 17@ de peso vivo.

Situação 2:
- atividade estratégica: técnica dentro do conjunto de atividades da empresa;
- o animal será fechado próximo a 14@ de peso vivo;
- o objetivo é confinar pelo menor tempo possível.

Técnica de produção

A dieta do confinamento é formulada conforme a idade e estrutura corporal dos animais. Como atividade-fim, os animais mais leves recebem uma dieta mais rica em proteínas e ganham peso, por um menor custo. É mais fácil aumentar o peso de um boi magro em comparação a um boi gordo. Já a etapa de terminação exige mais energia, e a dieta fica mais cara, devido à exigência de manutenção do animal e à dificuldade em depositar gordura, em comparação ao ganho muscular.

Considerados os preços de março a junho, em 2004, os custos de produção dos principais volumosos aumentaram cerca de 12%, em relação a 2003, enquanto nos alimentos concentrados, com exceção do farelo de soja, os preços caíram em média cerca de 8%. A polpa cítrica e o caroço de algodão tiveram as maiores reduções.

O custo médio para engordar um animal com peso de 12@ até 17@, em 125 dias, diminuiu, de 2004 para 2003. As dietas foram calculadas com base em confinamentos avaliados nos últimos anos. Estabeleceu-se uma distância média de 400 km das principais fontes de concentrados para o cálculo dos insumos colocados na fazenda.

Em 2004, a estimativa de custo para a dieta com base em silagem de capim é a mais alta, face à maior

Custos totais do confinamento como atividade

Confinamento				**Ganho diário - kg**	**1,20**
Peso do boi na entrada	**340 kg**	**11,79@**		**Alimentação - R$/@**	**54,89**
Peso do boi na saída	**490 kg**	**16,99@**		**Duração em dias**	**125**
Rendimento de carcaça	**52%**			**R$ / dia / cabeça**	**2,59**
Ganho total por animal	**150 kg**	**5,20@**			
Custos	**Quantidade**	**R$/unidade**	**R$/Boi**	**R$/@**	**%**
1. Boi magro	1	693,00	693,00	40,80	64,37%
2. Frete (300 km)	1	60,00	60,00	3,53	5,57%
3. Vermifugação	1	0,90	0,90	0,05	0,08%
4. Vitamina	1	1,05	1,05	0,06	0,10%
5. Vacina contra aftosa	0	1,01	0,00	0,00	0,00%
6. Manuseio e distribuição	125	0,17	21,25	1,27	1,98%
7. Instalações	125	0,12	15,00	0,91	1,39%
8. Alimentação em R$/@	5,20	54,89	285,43	16,80	26,51%
Total			1.076,43	63,43	100,00%

Fonte: Scot Consultoria

Custos totais do confinamento como estratégia de terminação

Confinamento				**Ganho diário - kg**	**1,20**
Peso do boi na entrada	**415 kg**	**14,39 @**		**Alimentação R$/@**	**57,18**
Peso do boi na saída	**490 kg**	**16,99 @**		**Duração em dias**	**63**
Rendimento de carcaça	**52%**			**R$ / dia / cabeça**	**2,84**
Ganho total por animal	**75,0 kg**	**2,60 @**			
Custos	**Quantidade**	**R$/unidade**	**R$/Boi**	**R$/@**	**%**
1. Boi	1	704,95	704,95	41,50	79,88%
2. Frete (300 km)	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
3. Vermifugação	1	0,90	0,90	0,05	0,10%
4. Vitaminas	1	1,05	1,05	0,06	0,12%
5. Vacina contra aftosa	0	1,01	0,00	0,00	0,00%
6. Manuseio e distribuição	63	0,18	11,34	0,66	1,28%
7. Instalações	63	0,25	15,75	0,91	1,78%
8. Alimentação em R$/@	2,60	57,18	148,67	8,75	16,84%
Total			882,66	51,94	100,00%

Fonte: Scot Consultoria

demanda de concentrados. Já as silagens de sorgo e milho, como possibilitam maior utilização de caroço de algodão e polpa cítrica, favorecem na redução de custos.

O custo médio da arroba ganha no confinamento de 125 dias, está em torno de R$54,89. Se incluir instalações e manejo, a diária média passa a R$2,59/cabeça confinada. A análise deve considerar o custo total do confinamento, e não apenas o custo da alimentação. Como representa cerca de 65% do custo, é importante acertar na escolha e na hora da compra dos animais.

Estratégia

Como o ganho de peso acontece em confinamentos para aumentar a produtividade e ganhar mais, a pratica é necessária em empresas de gado de corte, independentemente de este ser um bom ou mau negócio.

As forrageiras tropicais apresentam estacionalidade de crescimento. Cerca de 80% do seu volume acontece no verão agrostológico, período de outubro a março. Para aumentar a produção, a empresa desenvolve técnicas de conservação de forragens para a alimentação dos animais durante a escassez. Quanto maior a produção por área, maior a necessidade de técnicas de conservação de alimentos e fornecimento nas fases críticas.

O custo da arroba terminada em confinamento (incluindo o valor do animal) supera de 25% a 35% à de pasto, numa condução sem erros de manejo e sem distúrbios nutricionais.

A receita do sucesso é o ganho de peso maximizado a pasto, com um mínimo necessário em confinamento. Quanto menos tempo o boi ficar no confinamento, melhores serão os resultados econômicos. Por isso, dentro das possibilidades, o animal deve ser introduzido com o maior peso, e as dietas precisam ser formuladas para o maior ganho de peso econômico.

Se o confinamento como atividade-fim preconiza um ciclo de 125 dias, os animais podem ficar no cocho durante o máximo de 75 dias.

O custo médio da alimentação para engordar um boi de 14,4@ até 17@, no prazo de 60 a 75 dias, no confinamento estratégico, foi calculado em R$57,18/@.

Os custos da dieta variam entre os tipos de volumosos.

Em relação aos bois mais leves, quanto maior o seu peso na entrada do confinamento, maior é o custo por arroba engordada, e menores são o tempo de confinamento e o número de arrobas agregado com o gado no cocho. Por isso, o custo da dieta no caso do confinamento como técnica de terminação é mais caro. O ganho real virá das arrobas originárias a pasto, e não daquelas agregadas no cocho.

Sendo assim, um boi com peso inicial de 14,4@, no confinamento, ganha apenas de 2,5 a 3,00@ no cocho, cerca de 15% do peso total de venda.

Para um custo operacional de produção a pasto em torno de R$49,00/@, o custo final de produção do boi gordo confinado durante 63 dias, com dieta de alto ganho, aumenta em 6%.

Mesmo assim, o custo final é competitivo. Os lucros vêm do aumento de escala, ou seja, do número de arrobas vendidas pela mesma unidade de área de produção. Quando se avalia o ganho como um todo, os resultados melhoram, à medida que se intensifica a produção.

Para analisar o ganho em escala, é interessante comparar as tecnologias para uma empresa de pecuária de corte, com ciclo completo e com 4,9 mil hectares, dos quais, 3,8 mil são destinados à produção animal, no Estado de São Paulo. Cada unidade animal equivale a 450 kg de peso vivo.

a) Baixa tecnologia, sem confinamento e com lotação de 0,8 unidade de animais por hectare;

b) Alta tecnologia, com confinamento como estratégia de produção e lotação de 3 unidades de animais por hectare.

Nas áreas de alta tecnologia, a produção de forragens suporta uma lotação de 5 U.A./ha no período de chuvas, em 760 ha. Outros 109 ha garantem a produção de volumosos para confinar as 8.100 cabeças, incluindo fêmeas e machos para terminação.

A tecnificação, quando avaliada como um todo, permite aumentar o lucro operacional anual de R$95,00 para R$300,00, para cada hectare destinado à produção animal. A rentabilidade – lucro operacional dividido pelos ativos imobilizados totais – será de 4,84%.

Confinando anualmente metade do rebanho, com um aumento estimado em torno de 6% nos custos de produção da arroba, os resultados ainda são superiores.

Resumo técnico para as condições de alta e baixa tecnologia (Unidade Animal por hectare)

Resumo técnico	0,8 U.A./ha	3,0 U.A./ha
Lotação - U.A./ha	0,8	3,0
Rebanho - Cabeças	4.355	16.674
Número de animais vendidos ao ano	1.368	5.244
Área de alta tecnologia de produção de pastagens - ha	0,0	760,0
Área de produção de volumosos para a seca - ha	0,0	109,5
Número de animais que passam pelo confinamento - cabeças	0,0	8.113
Produção em kg de peso vivo/ha/ano	175,67	718,51

Fonte: Scot Consultoria

Resultados econômicos e para dois níveis tecnológicos da empresa		
Estimativa de custos anuais com a empresa	**0,8 U.A./ha**	**3,0 U.A./ha**
1. Custos fixos totais	**226.864,26**	**290.402,77**
1.1. Depreciação de edificações e cercas	35.378,88	59.199,83
1.2. Depreciação de tratores, máquinas e veículos	29.491,38	44.508,96
1.3. Depreciação de equipamentos e benfeitorias	3.969,18	6.363,18
1.4. Depreciação de forragens	152.000,00	157.333,33
1.5. Depreciação de reprodutores	5.603,43	21.336,68
1.6. Depreciação de animais de trabalho	421,40	1.660,79
2. Custos variáveis totais	**657.084,64**	**3.392.227,73**
2.1. Custos variáveis indiretos	215.411,33	485.834,29
2.1.1. Impostos	60.265,17	109.137,54
2.1.2. Despesas administrativas	7.776,00	15.552,00
2.1.3. Energia elétrica	6.480,00	14.256,00
2.1.4. Salários e encargos	140.890,17	346.888,75
2.2. Custos variáveis diretos	441.673,31	2.906.393,45
2.1.1. Produtos veterinários	38.305,33	140.675,93
2.1.2. Reprodução	38.696,17	134.728,95
2.1.3. Concentrados e sais mineralizados	117.998,13	591.958,44
2.1.4. Manutenção de benfeitorias e equipamentos	15.836,27	26.106,33
2.1.5. Manutenção de maquinários	13.624,84	43.705,29
2.1.6. Óleo diesel e combustíveis	28.612,16	91.781,10
2.1.7. Insumos agrícolas (corretivos, defensivos e fertilizantes)	188.600,40	1.877.437,40
3. Remuneração anual do capital fixo *1	219.159,32	380.582,82
4. Remuneração anual do valor da terra *2	1.037.820,00	1.037.820,00
5. Custos operacionais totais*3	883.948,90	3.682.630,50
6. Custos de oportunidade do uso do capital *4	1.256.979,32	1.418.402,82
7. Custo econômico ou custo total *5	2.140.928,22	5.101.033,32
8. Receitas	1.245.208,27	4.827.177,71
9. Resultados		
9.1. Caixa (receita - custos variáveis) *6	588.123,63	1.434.949,98
9.2. Lucro operacional (receita - custos operacionais) *7	361.259,37	1.144.547,21
9.3. Lucro econômico (receita - custos econômicos ou totais) *8	(895.719,95)	(273.855,60)
Resultados e custos médios		
Lucro operacional/ha	95,07	301,20
Rentabilidade (lucro operacional/capital imobilizado)	1,72%	4,84%

Fonte: Scot Consultoria

*1 Taxa de 6% ao ano sobre o total dos bens depreciáveis imobilizados na atividade (máquinas, tratores, edificações, vacas, forragens, equipamentos, benfeitorias etc).
*2 Taxa de 6% ao ano sobre o valor total da terra.
*3 O custo operacional é a soma dos custos variáveis totais e dos custos fixos totais.
*4 O custo de oportunidade de uso do capital é a soma das remunerações do capital fixo e do valor da terra.
*5 O custo econômico ou custo total é a soma do custo operacional e do custo de oportunidade do uso do capital.
*6 Diferença entre a receita total e os custos variáveis totais, que visa mensurar a entrada e saída de caixa.
*7 Diferença entre a receita total e os custos operacionais, que considera os custos variáveis e as depreciações, ou seja, a capacidade de a empresa repor, substituir e atualizar seu capital imobilizado.
*8 O lucro econômico é a diferença entre a receita total e o custo econômico ou total. Mede os resultados incluindo os custos de oportunidade de uso de capital.

É o efeito da escala de produção nos resultados da tecnificação.

Em ambas as situações, os resultados econômicos são negativos, ou seja, quando se considera a taxa de remuneração de capital em 6% ao ano, a atividade não possibilita retorno econômico competitivo. Os arrendamentos pagam, anualmente, o equivalente a de 5% a 6% sobre o valor da terra.

Mercado

Com base no mercado atual e dos últimos cinco anos, é possível estimar os preços futuros, tendo como referência os preços registrados entre maio e outubro. O produtor poderia esperar valores de R$67,50/@, num cenário negativo, a R$73,50/@, num cenário otimista, para o final do ano. A média esperada para as cotações a prazo da arroba do boi gordo, em São Paulo, em outubro, está em torno de R$70,00 a R$71,00. Atualmente, as apostas na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), para outubro de 2004, estão por volta de R$69,52/@, a prazo.

Existem diversas variáveis no mercado. Atuam, do lado positivo, o desempenho no mercado internacional, a cotação do dólar e uma eventual recuperação da economia.

Na parte negativa, ocorrem: o caso da febre aftosa no Pará, o valor do salário mínimo (renda) e o risco de a economia não se recuperar.

As perspectivas são boas para este ano. Fabricantes de rações anunciaram aumento nas vendas de concentrados e núcleos para confinamento, ao longo de 2004.

É provável que a demanda por tecnologia – tendo em vista a redução de áreas destinadas à pecuária, em função do avanço da agricultura – e as perspectivas de bons preços para o boi favoreçam o aumento do número de cabeças confinadas. ■

MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA *é engenheiro agrônomo.*
E-mail: mpnogueira@scotconsultoria.com.br.
ALCIDES DE MOURA TORRES JÚNIOR *é engenheiro agrônomo.*
E-mail: alcides.torres@scotconsultoria.com.br.
FABIANO RIBEIRO TITO ROSA *é zootecnista.*
E-mail: fabiano@scotconsultoria.com.br
Eles são diretores da Scot Consultoria.

ONDE SABER MAIS - telefone: (17) 3343-5111 ou no site: www.scotconsultoria.com.br

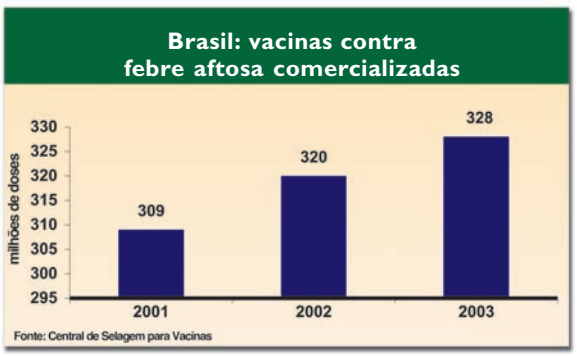


revista Balde Branco

Vacina contra a febre aftosa

Termina a primeira fase da campanha de 2004

A primeira fase da Campanha Oficial de Vacinação contra a febre aftosa está encerrada. O ponto alto aconteceu em abril, maio e na primeira quinzena de junho (alguns Estados prorrogaram o prazo para a vacinação), quando houve imunização no Acre, Distrito Federal, em Goiás, no Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, no Pará, Paraná, Piauí, em São Paulo, Sergipe e Tocantins. Os volumes comercializados este ano superam os do mesmo período de 2003. Os dados são da Central de Selagem de Vacinas (CSV), órgão constituído pela parceria entre o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).



Um novo recorde mostra sinais nas vendas de vacinas contra a febre aftosa para 2004. Destaque especial para Acre, Amazonas, Sergipe e Maranhão, face aos avanços significativos na quantidade de vacinas adquiridas. Os números mostram o "Brasil Pecuário" livre de febre aftosa com vacinação. De qualquer modo, o investimento em sanidade animal precisa ser cada vez mais sólido para intensificar o combate nas regiões fronteiriças e nos países vizinhos.

Com relação à erradicação da doença nas Américas, os agentes da cadeia da carne bovina intensificam as ações propostas na "Declaração de Houston", documento gerado na Conferência Continental sobre Febre Aftosa, realizada durante março, em Houston (EUA).

É o caso da criação de um fundo para arrecadar recursos governamentais e privados, destinados à erradicação da febre aftosa nas Américas, principalmente, para apoiar os países mais carentes.

A Conferência de Houston deu nova força para a implementação de um plano com apoio financeiro para os países Sul-americanos destinado ao esforço de erradicação da doença em todo o continente americano, até 2009. O fundo apoiará as atividades dos países mais carentes de recursos, como Equador, Bolívia e Paraguai. Especial atenção também será dada à região do Chaco – que envolve Argentina, Bolívia e Paraguai –, e às regiões fronteiriças do Paraguai, Bolívia e Venezuela com o Brasil. ■

Guerra contra a raiva

Em 2003, dentro do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros, as vacinas anti-rábicas passaram a integrar o programa oficial de selagem, para ampliar o controle de origem e a qualidade das vacinas veterinárias, ao passo que o MAPA passou a utilizar o teste de avaliação da potência vacinal do NIH (National Institutes of Health), preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), contra a raiva.

No primeiro semestre de 2004, foram comercializadas 54 milhões de doses de vacinas anti-rábicas. Em relação aos índices registrados no mesmo período do ano passado e à demanda estabelecida pelo Programa Oficial de Vacinação do MAPA, o volume deste ano foi superior em 70%. As estatísticas são da Central de Selagem de Vacinas (CSV), de Vinhedo/SP, órgão constituído por parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan).

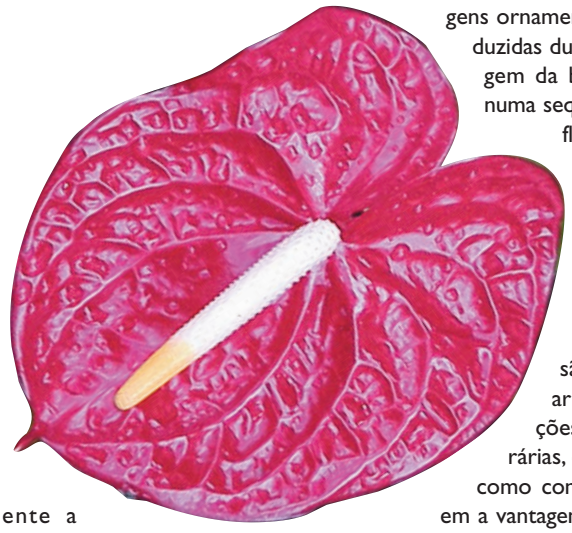
Doação de vacinas no Pará

Os fabricantes da vacina contra a febre aftosa doarão 15 mil doses à Federação de Agricultura do Estado do Pará (FAEP), para imunização do rebanho em Monte Alegre, no Oeste do Pará, onde foram registrados focos da doença, em junho. As vacinas serão repassadas para o governo do Pará, para minimizar os riscos de contaminação de outros animais.

Apesar do aparecimento do foco de febre aftosa no Pará, é inegável o sucesso do País no combate à doença. O aumento dos índices de vacinação dos rebanhos é resultado do trabalho de parceria entre produtores, governo e indústria. O Brasil é o maior fabricante de vacinas contra aftosa no mundo, com capacidade para 500 milhões de doses por ano.

Antúrio para exportação

Exibida em feiras internacionais, planta atrai compradores na Europa



O antúrio é uma planta ornamental do gênero *Anthurium Schott*, originária da América tropical, da Venezuela e Colômbia. A planta foi levada para a Europa em 1876, onde o melhoramento genético, principalmente a hibridação, gerou exemplares com diferenças profundas em relação às nativas. Há mais de 600 espécies conhecidas. No mercado internacional, várias empresas oferecem mudas para produção de "flores" – conjunto de *espata*, semelhante a uma pétala, e *espádice*, em formato de bastão –, com opções de cores e aspectos exóticos. Sua multiplicação ocorre pela micro-propagação, pela qual o genótipo da planta-mãe é preservado.

Cultivada para fins comerciais, a *Anthurium andraeanum* é uma planta semi-herbácea ereta, perene, originária da Colômbia, com entre 0,30 cm e 1 metro de altura, e flores e folhagens ornamentais. Suas flores são produzidas durante o ano todo e emergem da base de cada nova folha, numa seqüência de folha, flor, folha, flor. Ela exige condições especiais de ambiente e nutrição. O ciclo econômico é determinado em função da produtividade, do valor de investimento e custo de produção.

As flores de antúrios são utilizadas em buquês e arranjos florais, nas decorações de festas e coroas funerárias, enquanto as folhas servem como complemento. Ambas possuem a vantagem da durabilidade pós-colheita, e a comercialização pode ocorrer em vasos, nas espécies de menor porte.

Resistentes e não muito pesadas como outras variedades tropicais, elas têm vida útil pós-colheita de 30 a 40 dias. Sua arquitetura floral oferece harmonização e arranjos com outras espécies, inclusive, com as de clima temperado, de maior difusão comercial.

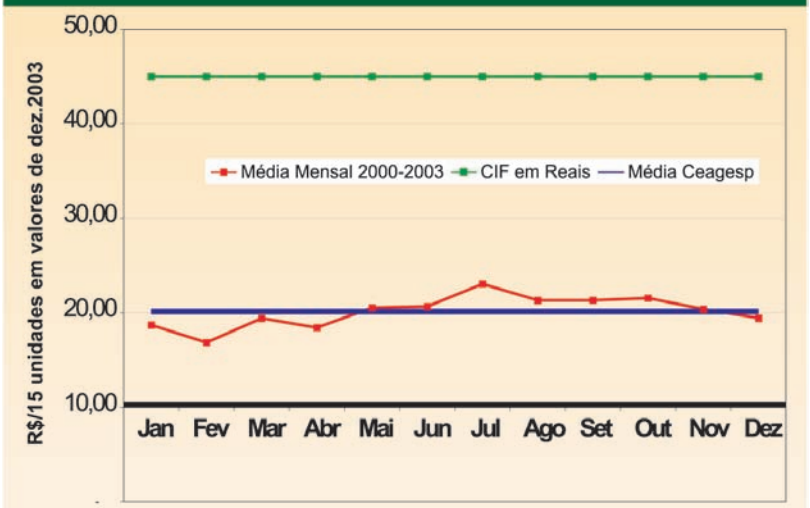
Muito apreciadas pelos consumidores, as cores de suas falsas pétalas variam em sutis tonalidades, como as brancas e esverdeadas.

O antúrio é distribuído no Estado de São Paulo nos canais tradicionais da floricultura:

1) grandes centros atacadistas, como Ceagesp, Ceasa/Campinas e Veiling Holambra, em menor escala,

2) as redes varejistas, como floriculturas, *garden centers* e supermercados.

Preços mensais de antúrios de corte – 2000-2003: CEAGESP e exportação (CIF)



Observação: exportação: CIF de US$1,00/haste; CIF; US$1 = R$3,00

Mercado externo

No Litoral Norte de São Paulo, o município de Caraguatatuba reúne um pólo produtor de antúrios de qualidade excepcional.

Os floricultores buscam escala de produção para a remessa regular de mercadorias com a marca regional.

A comercialização está concentrada no mercado interno. Os produtos tipo exportação alcançam valores de R$20 no Ceagesp, com a marca "Antúrio do Litoral Norte". Exibido nas feiras internaci-

Antúrios: custo de implantação e manutenção (Estufa 1.100 m²)

Especificação	R$/hora	Implantação		Custo 1°, 2 °, 3°, 4° ano	
		Qtde	Valor total	Qtde	Valor total
A - Operações					
Preparo dos canteiros: manual	1,50	40	60,00	-	-
Plantio: manual	1,50	80	120,00	-	-
Fertirrigação: operador+moto-bomba	2,57	10	25,70	10	25,70
Irrigação (regas): operador+moto-bomba	2,57	104	267,28	104	267,28
Preparo do substrato: manual	1,50	16	24,00	4	6,00
Pulverização: operador+pulverizador	1,51	128	193,28	128	193,28
Limpeza e desbrota: manual	1,51	24	36,24	24	36,24
Capina e limpeza: manual	1,51	26	39,26	26	39,26
Subtotal 1			765,76		567,76
B - Material					
Mudas: Holandesas (n°)	3,00	4.800	14.400,00	-	-
Substrato (30m³/estufa): Fibra de coco (m³)	67,00	54	3.618,00	-	-
Substrato (3x/ano): Casca de pinus (m³)	67,00	18	1.206,00	18	1.206,00
Adubo 1: 10-10-10 (kg)	0,50	120	60,00	-	-
Adubo 2: Nitrato de amônio (kg)	0,50	35	17,50	58	29,00
Adubo 3: MAP (kg)	0,70	12	8,40	23	16,10
Adubo 4: Nitrato de potássio (kg)	0,80	35	28,00	52	41,60
Adubo 5: Sulfato de magnésio (kg)	0,80	3	2,40	6	4,80
Adubo 6: Nitrato de cálcio (kg)	0,50	6	3,00	12	6,00
Purificador: Hipoclorito de sódio (kg)	1,80	1	1,80	1	1,80
Bactericida: Casumim (l)	47,70	1	47,70	1	47,70
Bactericida: Catel (l)	9,38	3	28,14	3	28,14
Vasos de plástico: Unidades	0,32	100	32,00	100	32,00
Subtotal 2			19.452,94		1.413,14
Custo Operacional Efetivo (COE)			20.218,70		1.980,90
C - Outros itens					
Depreciação: Implantação	0,00	-	0,00	1	4.056,68
Depreciação: Moto-bomba	0,61	120	73,20	540	329,40
Depreciação: Benfeitorias	0,46	2.160	993,60	2.160	993,60
Assistência técnica[1]: Especializada	7,81	104	812,24	52	406,12
Encargos sociais[2]: Mão-de-obra0,50	428	214,00	296	148,00	
Encargos financeiros: Recursos próprios	-	-	-	-	-
CESSR (2,2%)[3]: Imposto	-	-	-	-	120,12
Seguro (Proagro, Cosesp) Não realizado	-	-	-	-	-
Subtotal 3			2.093,04		6.053,92
Custo Operacional Total (COT)			22.311,74		8.034,82

Duas horas de assistência técnica especializada por semana.
[2] Mão-de-obra (33%)
[3] Contribuição para seguridade social (CESSR), 2,2% sobre a renda bruta

Antúrio: análise de rentabilidade (Estufa 1.100 m²)

Análise dos resultados	Implantação	1° Ano	2° Ano	3° Ano	4° Ano
Receita bruta (RB)	-	R$17.520,00	R$18.396,00	R$19.310,00	R$20.276,50
Custo por unidade (R$/dz.)[1]	-	R$3,09	R$2,95	R$2,81	R$2,67
Custo operacional total (COT)	R$22.311,74	R$8.034,82	R$8.040,83	R$8.047,14	R$8.024,57
Custo operacional efetivo (COE)	R$20.218,70	R$1.980,90	R$1.980,90	R$1.980,90	R$1.951,78
Lucro/prejuízo operacional (LO)	-R$22.311,74	R$9.485,18	R$10.355,17	R$11.262,86	R$12.251,94

[1] Considerou-se apenas antúrios de corte vendidos no atacado,no varejo e em datas comemorativas.

Fonte: Kiyuna, I.; Okawa, H;Takane, R.J; Morales, M.C. Custo e Rentabilidade e Avaliações de Investimento de Produção de Antúrios: Um Estudo de Caso (no prelo).

Antúrios: receitas anuais (Estufa 1.100 m²)

Análise dos resultados	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
1.Distribuição: atacado				
Quantidade (dz)	1.560	1.638	1.720	1.805
Preço unitário (R$)	3,50	3,50	3,50	3,50
Receita (R$)	5.460,00	5.733,00	6.020,00	6.317,50
2.Distribuição: varejo				
Quantidade (dz)	520	546	573	602
Preço unitário (R$)	6,00	6,00	6,00	6,00
Receita (R$)	3.120,00	3.276,00	3.438,00	3.612,00
3.Distribuição: datas comemorativas				
Quantidade (dz)	520	546	573	602
Preço unitário (R$)	12,00	12,00	12,00	12,00
Receita (R$)	6.240,00	6.552,00	6.876,00	7.224,00
4.Distribuição: em vasinhos				
Quantidade (unid.)	2.000	2.100	2.205	2.315
Preço unitário (R$)	1,20	1,20	1,20	1,20
Receita (R$)	2.400,00	2.520,00	2.646,00	2.778,00
5. Distribuição: em maços				
Quantidade (dz)	100	105	110	115
Preço unitário (R$)	3,00	3,00	3,00	3,00
Receita (R$)	300,00	315,00	330,00	345,00
Receita Bruta (RB)	17.520,00	18.396,00	19.310,00	20.276,50

[1] Período de implantação de um ano e meio.
Fonte: Dados da pesquisa.

onais, o produto atrai compradores da Espanha, Alemanha e França.

Os produtores do Litoral Norte estão negociando preliminarmente seus produtos por US$1,00/haste de antúrio com tubete, preço CIF. O preço médio alcançado pelo produto (15 hastes com tubete) no período 2000/2003, no Ceagesp, foi de R$20,15. O valor poderá ganhar um prêmio muito maior na exportação e chegar a R$45. Com base no custo e rentabilidade de um estudo de caso realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), em parceria com a Faculdade de Agronomia Cantareira, na estufa de 1.100 m² instalada nas dependências daquele centro de ensino na Serra da Cantareira, em São Paulo, os resultados são bem atrativos e poderão estimular o desenvolvimento da exploração nas pequenas propriedades. ■

IKUYO KIYUNA *é Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadora do Projeto: Comércio Exterior Brasileiro de Flores e Plantas Ornamentais. ikuyo@iea.sp.gov.br.*

PAULO JOSÉ COELHO *é Pesquisador Científico do IEA. coelho@iea.sp.gov.br.*

HUMBERTO SEBASTIÃO ALVES *é assistente técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica do IEA. hsalves@iea.sp.gov.br.*

Balanço da ferrugem asiática

No Brasil, a doença causou perdas de quase R$3,7 bilhões desde 2001

JOSÉ TADASHI YORINORI
JOELSIO LAZZAROTO

Após a constatação no Paraguai e no Estado do Paraná, em 2001, a ferrugem asiática se espalhou por todo o Brasil, Paraguai, Bolívia e partes da Argentina. O fungo é disseminado pelo vento, e é impossível sua contenção, quando a soja está infectada e com esporulação.

A ferrugem foi identificada pela primeira vez no Continente Americano, em março de 2001, na localidade de Pirapó (Itapúa), Paraguai. Já os levantamentos realizados no período de 23 a 28 de maio de 2001, mostraram a doença disseminada no Paraguai e no Oeste e Norte do Paraná.

Na safra de 2001/02, a ferrugem foi constatada nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, em cerca de 60% da área brasileira de soja. Os produtores estavam despreparados contra a doença, e a maioria das aplicações de fungicidas foi feita tardiamente.

Na safra de 2002/03, nas localidades onde a ferrugem foi severa em 2001/02, as altas temperaturas impediram o desenvolvimento da doença, exceto no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Em São Paulo, um foco da doença foi identificado em janeiro de 2003, porém, não houve evolução durante a safra, e só ocorreu com severidade em "safrinhas".

Em Minas Gerais, Goiás e no Mato Grosso do Sul, a baixa incidência da doença deve ter sido influenciada pelo uso intensivo de fungicidas e pela falta de inóculo oriunda da região Sul, onde as altas temperaturas inibiram o fungo. Por outro lado, onde a ferrugem não havia sido registrada anteriormente, as condições climáticas favoráveis e uma nova raça de fungo causaram grandes perdas. Os estados da BA, GO, MG e MT foram severamente atingidos.

Na safra de 2003/04, houve ocorrência severa de ferrugem, causada por uma nova raça, em lavouras de "safrinhas", irrigadas ou não, no Cerrado (BA, GO, MA, MG, MT, SP e TO). A experiência das perdas na safra anterior deixou os produtores de prontidão e "armados" nas áreas atingidas. Lavouras de cultivares precoces, em MT, foram pulverizadas até duas vezes. Em outras regiões, lavouras não tratadas, em MG e SP, ou tratadas com deficiência (BA) foram afetadas pela ferrugem, em diferentes graus de severidade, e serviram de fonte de inóculo para áreas vizinhas, mais tardias.

Controle no Paraná

Na região do PR e no Paraguai, o início da safra, caracterizado por temperaturas mais amenas e chuvas freqüentes, favoreceu o surgimento precoce da ferrugem. No Paraguai, foi feita a primeira constatação da ferrugem em campo, que, depois se generalizou, mas as perdas foram mínimas, sendo que as lavouras foram severamente atingidas pela estiagem. De um modo geral, no PR, os produtores controlaram a ferrugem. A maior redução da produção no Estado foi causada pela estiagem. Apesar dos relatos de ocorrência de ferrugem nos Estados do RS e SC, poucas lavouras apresentaram perdas econômicas. As maiores perdas foram causadas pela falta de chuva.

Até o final de março, a ferrugem já tinha sido constatada em praticamente todas as áreas de soja do Brasil. Os Estados mais atingidos foram Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Dentre todos os Estados afetados pela ferrugem, a Bahia apresentou maior eficiência no controle da doença.

Até o momento, não há publicações a respeito da quantificação de perdas de soja por ferrugem na Argentina, Bolívia e no Paraguai. No Paraguai, sabe-se que houve importante redução de rendimento na safra de 2000/2001 e na entressafra

Impacto da ferrugem

Perdas	2001/02	2002/03	2003/04
Em mil t	570,0	3.351,0	4.592,0
Em US$ milhões	125,5	737,4	1.224,9
Controle químico – US$ milhões		426,6	860,0
Impostos não arrecadados – R$ milhões	-	121,0	200,9
Total – R$ milhões	125,5	1.285,0	2.285,8

Programa de melhoramento da Embrapa Soja

Resultado de 452 cultivares testadas com raças do Centro-Sul e Sul, obtidos em 2002: resistentes (R) a moderadamente resistentes (MR): BRS-134 (R), BRSMS-Bacuri (R), Campos Gerais (MR), CS 201 (Esplendor)(R), FT-2 (MR), FT-3 (MR), FT-17 (Bandeirantes)(R), FT-2001 (R), KI-S 601 (MR) e OCEPAR 7 (Brilhante)(MR).

Dispõe de germoplasma(s) com suficiente resistência genética, que permite o desenvolvimento de cultivares que dispensam o uso de fungicidas para o controle da ferrugem. No momento, por meio de seleção e cruzamentos entre germoplasmas com graus de tolerância [reação do tipo castanho-avermelhado-RB ("reddish-brown")], espera-se ter cultivares que permitam reduzir o número de aplicações necessárias de fungicidas.

A severidade da ferrugem nos Cerrados em 2003 e o fato de as cultivares resistentes em 2002 serem suscetíveis aos isolados de raças dos Cerrados indica variabilidade genética do fungo.

Questão não esclarecida: a ocorrência de nova raça em regiões onde praticamente não havia registro da doença na safra anterior

Resultados dos testes com os isolados dos Cerrados, comparados com os testes feitos nos Estados, com um isolado do Zimbábue, foram praticamente idênticos, e isso torna ainda mais provável que a nova raça tenha vindo da África, pelo vento, cruzando o Oceano Atlântico.

de 2004. Na Bolívia, houve perda importante no inverno de 2003. Não há relato de perdas da Argentina.

Atualmente, as informações disponíveis indicam haver variabilidade patogênica do fungo entre o Brasil e o Paraguai. No Brasil, existe diferença marcante entre o fungo que afetou as lavouras do Centro-Sul e Sul (MS, GO, SP, PR e RS), na safra de 2002, e o da safra de 2003, no Centro-Oeste (GO, MS, MT e BA). Cultivares resistentes/tolerantes em 2002 se mostraram altamente suscetíveis, em 2003.

Medidas

O prolongado período de semeadura da soja nas diferentes regiões, de meados de setembro de 2003 (Lucas do Rio Verde, Sorriso, Primavera do Leste, Campo Verde, MT) ao início de janeiro (BA), torna difícil a recomendação de uma medida-padrão de controle da ferrugem. Além disso, na fase inicial da ferrugem, tem havido muita dificuldade em distinguir seus sintomas dos de outras doenças foliares, como a mancha parda (*Septoria glycines*), crestamento bacteriano (*Pseudomonas savastanoi* pv. *glycinea*) e os danos por herbicida pós-emergentes, o que está resultando em uso indevido e antecipado de fungicidas.

Perspectivas

A ferrugem é uma doença imprevisível, cuja ocorrência inicial e a maior ou menor severidade dependem das condições climáticas e da proximidade da fonte de inóculo, podendo variar muito de um ano para outro. Portanto, é fundamental que os produtores e técnicos estejam continuamente atentos, realizando o monitoramento da lavoura para a detecção dos primeiros sintomas.

Nos países da América do Sul, a própria planta de soja é a principal fonte de inóculo do fungo da ferrugem, no início de cada safra de verão. A soja da "safrinha" ou soja "de segunda", que são as lavouras de entressafra, cultivadas de fevereiro a outubro, e a presença de plantas "guaxas" (geralmente, provenientes de perdas na colheita), na região dos Cerrados (BA, GO, MG, MS, MT, PA, RO e TO), no Norte e Oeste do Paraná e em São Paulo, e também a safra de inverno na Bolívia, são fontes permanentes do fungo da ferrugem, a cada safra.

Pelo vento, o fungo é disseminado para todos os países produtores de soja. Além disso, o kudzu (*Pueraria lobata*), uma leguminosa forrageira altamente suscetível à ferrugem "asiática", presente no Paraguai e no Estado do Paraná (Palmeira), tem-se mostrado uma eficiente fonte de inóculo, apresentando os primeiros sintomas e a multiplicação do fungo muito antes dos primeiros plantios da soja de verão.

Atualmente, no Brasil, a única região produtora de soja onde a ferrugem "asiática" ainda não foi detectada é a de Boa Vista, em Roraima. Nessa região, que fica ao Norte do Equador, o plantio da soja é feito no período de meados de abril ao final de maio. Em virtude dessa época de semeadura, uma vez instalada a ferrugem, as lavouras da região poderão ser fontes de inóculo para todo o Hemisfério Norte e para a região Norte do Brasil, ao Sul da linha do Equador. Portanto, é de se esperar que a ferrugem "asiática" seja um desafio permanente e que irá exigir atenção contínua da pesquisa, da assistência técnica e dos produtores.

A história da ferrugem "asiática" no Continente Americano é ainda muito recente (2001/ 2004), e muitos detalhes sobre a epidemiologia e variedade do fungo necessitam ser pesquisados. A expectativa é de que a ferrugem da soja venha a ser uma doença severa e permanente nas regiões mais chuvosas e altas dos Cerrados (acima de 800 m) e na Região Sul, onde há abundante formação de orvalho e temperaturas mais amenas no verão. Ao longo dos anos, em função das variações climáticas, deverão ocorrer flutuações na severidade ou até ausência da doença. O cultivo ininterrupto da soja, em áreas irrigadas ou não, representa ameaça contínua, tendo a própria soja como hospedeira alternativa na entressafra. No Paraguai e no Paraná (Palmeira), a presença da leguminosa kudzu (*Pueraria lobata*), altamente eficiente como hospedeira alternativa, aumenta o potencial de risco e torna o controle da ferrugem mais difícil.

A convivência com a ferrugem "asiática", sem que haja danos significativos a cada safra e custos desnecessários com controle químico, irá exigir a combinação de várias estratégias, entre as quais, o desenvolvimento de cultivares resistentes ou mais tolerantes, a rotação de culturas, evitar o plantio da "safrinha" e eliminar as plantas guaxas.

Diversos estudos estão em andamento, buscando informações sobre o grau de tolerância das cultivares e de novos germoplasmas, e sobre a eficiência relativa dos fungicidas, o número e a freqüência de aplicações, em função da época de semeadura e do clima. A dificuldade na identificação inicial da ferrugem exige treinamento e capacitação contínua dos técnicos de campo. A detecção dos primeiros sintomas da doença na propriedade e/ou na região é de suma importância para que a decisão sobre o controle químico seja tomada no momento correto.

Apesar do grande prejuízo observado nas áreas atingidas pela ferrugem, se nota que, nas lavouras bem administradas e em que o controle da ferrugem foi eficiente, houve um aumento significativo da produtividade em relação aos anos anteriores à ocorrência da ferrugem. Além do melhor manejo da lavoura, com maior cuidado na adubação, na semeadura e nos demais tratos culturais, o controle da ferrugem está propiciando o controle de outras doenças da parte aérea. ■

Medidas gerais de controle

Semear cultivares mais precoces e no início da época recomendada para cada região (semeaduras tardias sofrerão mais danos, devido à multiplicação do fungo nos primeiros plantios); o objetivo é escapar ao período de maior potencial de inóculo do fungo;
Evitar plantios adensados, que dificultam a penetração do fungicida no interior das plantas;
Vistoriar a lavoura desde o início do crescimento da soja; ao primeiro sinal da doença e havendo condições climáticas favoráveis, poderá ser necessário aplicar fungicida; nesse caso, deve-se buscar orientação específica para a escolha correta do fungicida diante da situação;
O volume da calda para aplicação terrestre deve ser de 150-250 L/ha e de 40 L/ha, para aérea;
Utilizar bicos de pulverização dos tipos cone ou duplo leque e seguir as orientações técnicas de aplicação correta: umidade relativa, temperatura, velocidade do vento etc.;
O momento da aplicação, em relação ao estágio de desenvolvimento da soja, terá que ser determinado caso a caso e dependerá da presença e da severidade da ferrugem na lavoura ou na região, das condições climáticas e da data de início da semeadura na região.

JOSÉ TADASHI YORINORI e JOELSIO LAZZAROTO *são pesquisadores da Embrapa Soja,* Caixa postal 231, CEP: 86001- 970, Londrina (PR). Tel. (43)-3371-6250/6251
e-mail: tadashi@cnpso.embrapa.br.

ONDE SABER MAIS:
www.cnpso.embrapa.br/alerta

Lei ou Medida Provisória?

O Brasil corre o risco de plantar uma nova safra de transgênicos sob a égide de uma MP

A época de os agricultores no Sul prepararem seus campos para o plantio da soja se aproxima. Ao mesmo tempo, está próximo do fim o prazo para o Congresso definir o Projeto de Lei de Biossegurança, que regulamenta as pesquisas e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) no País. Será que o governo escapará de editar uma nova medida provisória (MP) para autorizar o plantio de soja transgênica na safra de 2004/05? A meta anunciada de votar o PL no primeiro semestre fracassou.

Do ponto de vista prático, existe a alternativa de levar o projeto diretamente para o plenário no Senado, em regime de urgência urgentíssima, para votação. Caso fosse realizada alguma mudança, o texto voltaria para análise na Câmara. O PL está no Senado desde fevereiro, mas resta incluí-lo na lista de matérias para votação prioritária. O texto precisaria ter sido encaminhado às comissões técnicas.

Representantes da área ambiental encaram com simpatia a versão atual do texto, mas lideranças científicas e empresariais pedem mudanças no projeto. Em especial, no tocante à composição e às competências da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e às pesquisas com células-tronco embrionárias.

Brasil: área plantada com soja transgênica na safra de 2003/04

Estado	Área	Participação em %
Rio Grande do Sul	2,59 milhões de hectares	93%
Paraná	28,8 mil hectares	1%
Mato Grosso do Sul	1,7 mil hectares	0,06%
Total	13,2 milhões de hectares	100%

Soja ilegal

Vale lembrar que, no ano passado, o governo editou uma MP em agosto liberando a comercialização da soja transgênica plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul. Depois, o então líder do governo na Câmara, Aldo Rebello, apresentou um substitutivo do PL. Em seguida, Rebello se tornou ministro, e o substitutivo do novo relator, Renildo Calheiros (PC do B-PE), foi aprovado na Câmara e está no Senado.

O texto aprovado na Câmara retira poderes da CTNBio para a liberação comercial de transgênicos e garante ao MMA o direito de exigir estudos sobre o impacto ambiental desses produtos. A edição de uma nova MP desagrada, inclusive, aos que defendem os transgênicos. Se, por um lado, a liberação das safras confere um atestado de segurança à soja modificada por parte do governo, por outro, não resolve em definitivo a questão: legaliza o uso de sementes contrabandeadas e mantém o mercado fechado para investimentos.

O Ministério da Agricultura estima que a soja transgênica, na safra de 2003/2004, tenha correspondido a 8,2% da quantidade colhida e a 13,2% da área plantada. No total, 12 Estados plantaram transgênicos. Os dados foram tabulados a partir das informações prestadas por agricultores no TAC (Termo de Ajuste de Conduta). No total, os documentos somam 83.580 TACs. A estimativa inicial do MAPA era de cerca de 150 mil TACs. Alguns agricultores usaram a semente sem fazer a declaração para o governo, o que é ilegal.

Justiça

Enquanto isso, o imbróglio jurídico permanece, porque, na prática, a liberação da variedade de soja Roundup Ready ainda estaria condicionada ao julgamento de uma Medida Cautelar de 1998, que tramita no Supremo Tribunal da Justiça (STJ). Recentemente, em julho, os desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiram, por maioria, pelo reconhecimento da legalidade da atuação da CTNBio em relação ao pedido de Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), no caso do cultivo da soja transgênica. A necessidade de realização de um estudo ambiental antes da liberação da soja transgênica foi estabelecida em uma sentença de primeira instância. A União e a Monsanto recorreram ao TRF.

No início do julgamento, o desembargador pediu vista, mas emitiu voto, no sentido de que "cabe à CTNBio, discricionariamente, decidir sobre a necessidade de exigir o EIA-Rima, como condição para a liberação no meio ambiente e o uso comercial de organismos geneticamente modificado (OGMs)".

Depois, os desembargadores votaram pela necessidade do EIA-Rima "para que o princípio democrático de proteção ao homem e ao ambiente fosse cumprido". A relatora do processo proferiu voto favorável às apelações, informando que a CTNBio havia se cercado de um estudo científico com todas as exigências técnicas necessárias, o que validaria seu parecer.

Embora a Justiça tenha mantido o veto à produção e comercialização da soja transgênica, decidiu que a CTNbio tem competência para julgar se há necessidade de solicitar o EIA-Rima no plantio de produtos transgênicos. ■

Cresce a área plantada com transgênicos

No Brasil, a estimativa é de 3 milhões de hectares

A área global dedicada ao cultivo de transgênicos continua aumentando, incluindo uma estimativa, para o Brasil, de 3,0 milhões de hectares. A expansão registrada entre 1996 e 2003 é de 40 vezes; sendo que quase um terço da área foi plantada em países em desenvolvimento. Não obstante, de 2002 a 2003, o aumento absoluto de área foi praticamente o mesmo entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Cerca de seis países plantaram 99% da área total com transgênicos.

Dois países, Brasil e Filipinas, liberaram o cultivo de plantas geneticamente modificadas (OGMs), pela primeira vez, em 2003. O Brasil aprovou a soja tolerante a herbicidas no final de setembro, enquanto as Filipinas liberaram o milho Bt. A quantidade de países utilizando o cultivo de transgênicos passou de 16 para 18.

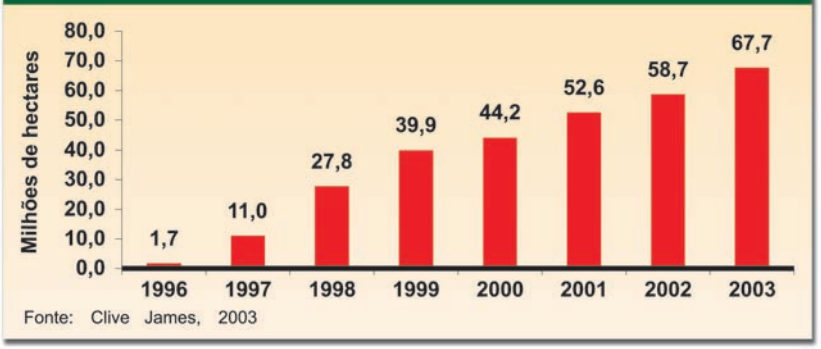
O aumento da área se concentra em quatro espécies de lavouras de OGMs, em ordem decrescente: a soja, o milho, o algodão e a canola. Entre 1996 e 2003, a tolerância a herbicidas foi, de forma consistente, o atributo dominante do plantio, com 73%, seguido por 18% relativos à resistência a insetos. A combinação de genes para tolerar herbicidas e resistir a insetos, empregada tanto no algodão quanto no milho, subiu para 9%.

Recentemente, o programa World Food divulgou o número de pessoas desnutridas: houve um aumento de 815 milhões para 840 milhões. As questões mais importantes para a biotecnologia e, mais especificamente, para as plantas GM, são sua capacidade de contribuir para:

- Aumentar a produtividade das lavouras e colaborar para a segurança global, no que diz respeito à alimentação humana e animal, e à oferta de fibras;
- Conservar a biodiversidade por meio da redução da área cultivada, graças a uma tecnologia com maior produtividade;
- O uso eficiente de insumos, em prol de uma agricultura mais sustentável, que ajuda a preservar o meio ambiente;
- A estabilidade crescente da produção e a redução da penúria decorrente de fatores como os estresses abióticos e bióticos;
- A melhoria dos benefícios econômicos e sociais, assim com o alívio da extrema pobreza nos países em desenvolvimento.

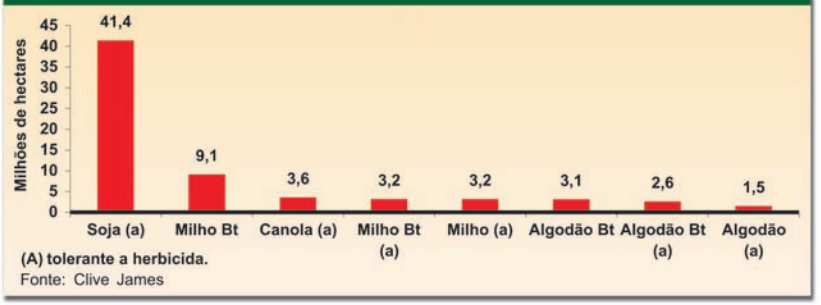
A experiência de cultivo de lavouras de OGMs mostra um área acumulada de plantio de 300 milhões de hectares, distribuídos em 21 países, que atingiu as expectativas de 7 milhões de fazendeiros, entre pequenos e grandes, seja nos países industrializados ou em desenvolvimento. Mais de 85% dos produtores correspondem a agricultores de baixa renda no setor do algodão, sobretudo, em nove províncias da China, assim como em Makhathini Flats, na província sul-africana de KwaZulu-Natal. ■

Mundo: evolução de OGMs na agricultura



Fonte: Clive James, 2003

Cultivos transgênicos - 2003



(A) tolerante a herbicida.
Fonte: Clive James

Perspectivas futuras

Em 2003, o mercado global de plantas GM movimentou US$4,5 bilhões, cerca de 15% do mercado global de proteção de plantas e de 13% do mercado global de sementes. Neste ano, espera-se um crescimento de 12%. A taxa de adoção serve para dar uma perspectiva quanto à utilização das plantas GM, sendo que, nas quatro principais culturas, alcançaram um quarto da área agregada.

Apesar do debate acalorado na União Européia, a área de plantio de OGMs tende a crescer. Para os próximos cincos anos, deverá alcançar 100 milhões de hectares, com 10 milhões de produtores, em 25 países.

As nações plantadoras de OGMs deverão ampliar seu portfólio de produtos. Índia, Brasil e outros países do hemisfério sul terão mais áreas com algodão Bt e soja tolerante a herbicidas. O milho Bt, aprovado pelo Uruguai, será adotado por outros países.

Produção menor na safra 2003/04

Área cultivada aumentou 7,5%, mas produtividade foi inferior à da safra anterior

O quinto levantamento de campo realizado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) mostra que a safra 2003/04 foi a segunda maior em volume na história do País, mas inferior à safra 2002/03 em 3%. Houve queda de produtividade, pois a área cultivada expandiu em 7,5%

Duas são as causas principais da quebra na produção: a estiagem prolongada no Rio Grande do Sul e noroeste de Santa Catarina, e o excesso de chuvas no Brasil Central, sobretudo, em Mato Grosso e Goiás.

O sexto levantamento, a ser divulgado em outubro, não deverá mudar esse quadro. A safra de verão foi encerrada com a colheita de trigo. O abastecimento do País está garantido.

Houve uma acentuada queda em relação à previsão de 103 milhões de toneladas, feita pela Conab em fevereiro. Sem eventuais perdas, devido às adversidades climáticas, a próxima safra, 2004/05, está pronta para um potencial de 140 milhões de toneladas. Os setores de fertilizantes e máquinas trabalham sob a hipótese de mais um incremento na área plantada.

A soja foi a cultura mais afetada pelo clima. A estimativa em fevereiro era de uma colheita de 57,7 milhões de toneladas. A maior redução foi registrada no Rio Grande do Sul. Outro produto afetado, particularmente na região Sul, foi o milho. Já o trigo continua a mostrar recuperação e a produção deve aumentar mais uma vez. ■

Brasil: safra 2003/04

Produto	Em 1000 toneladas			Em 1000 hectares		
	2002/03	2003/04	Var.%	2002/03	2003/04	Var. %
Algodão	1.364,8	2.017,1	47,8	735,1	1.067,9	45,3
Amendoim total	174,9	229,4	31,2	84,5	96,5	14,2
Arroz	10.367,1	12.700,4	22,5	3.186,1	3.585,4	12,5
Aveia	390,1	580,7	48,9	267,2	291,5	9,1
Centeio	3,4	3,9	14,7	2,6	2,6	-
Cevada	303,7	334,8	10,2	112,5	116,5	3,6
Feijão total	3.205,0	3.049,9	-4,8	4.378,7	4.225,2	-3,5
Girassol	56,4	86,3	53,0	43,2	55,7	28,9
Mamona	86,3	146,0	69,2	128,3	161,1	25,6
Milho total	47.410,9	42.466,7	-10,4	13.226,2	12.780,5	-3,4
Milho 1ª safra	34.613,6	32.468,4	-6,2	9.663,5	9.425,8	-2,5
Milho 2ª safra	12.797,3	9.998,3	-21,9	3.562,7	3.354,7	-5,8
Soja	52.017,5	49.712,4	-4,4	18.474,8	21.243,7	15,0
Sorgo	1.696,7	1.967,5	16,0	735,5	858,2	16,7
Trigo	5.851,3	5.894,8	0,7	2.464,2	2.582,3	4,8
Triticale	239,9	225,9	-5,8	107,9	100,9	-6,5
Brasil	123.168,0	119.415,8	-3,0	43.946,8	47.168,0	7,3

Fonte: CONAB

Mundo: produção de grãos - em milhões de toneladas

Produto	Em 1000 toneladas			Em 1000 hectares		
	2004/05	2003/04	Var. %	2004/05	2003/04	Var. %
Total*	1.941,98	1.836,55	5,74	318,38	340,42	-6,57
Trigo	598,00	550,48	8,63	132,24	130,45	1,37
Arroz	405,23	386,63	4,81	70,85	82,96	-14,60
Grãos forrageiros**	938,75	899,43	4,37	115,29	127,01	-9,23
Milho	648,83	616,41	5,26	75,86	92,15	-17,68
Algodão***	104,73	93,89	11,55	37,79	32,93	14,76
Soja	224,57	189,12	18,74	47,00	33,50	40,30
Farelo de soja	143,99	133,72	7,68	4,25	3,55	19,72
Óleo de soja	33,33	30,90	7,86	1,70	1,47	15,65

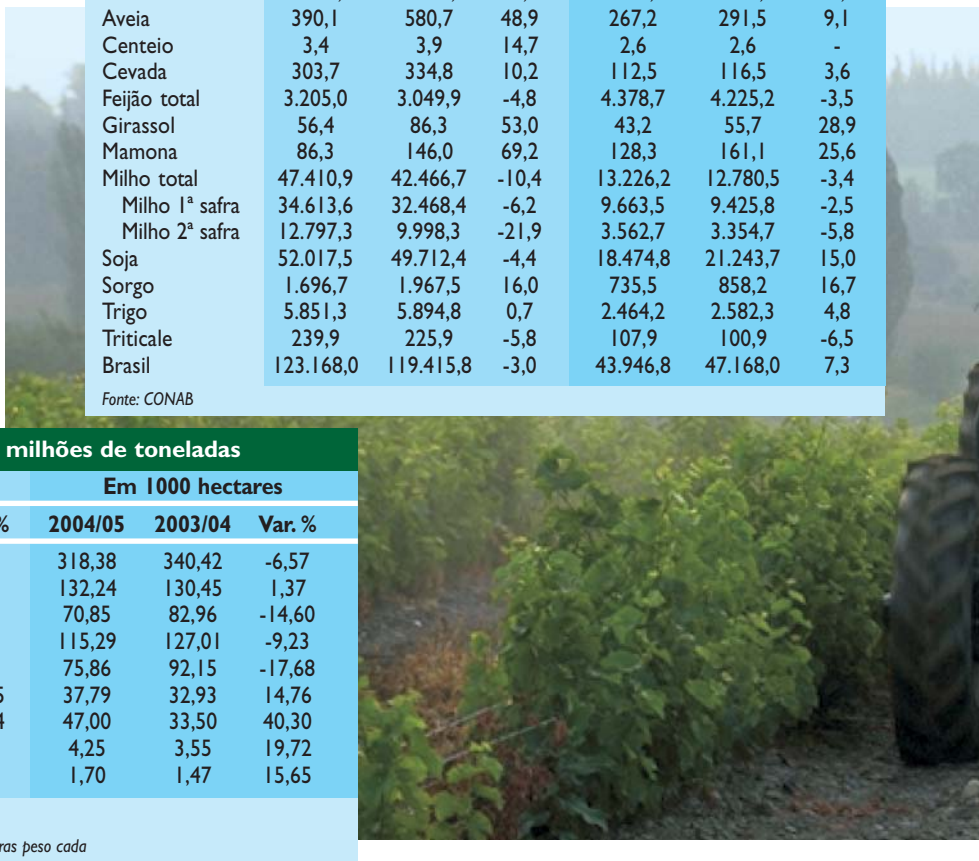
Fonte - USDA: julho/2004
**total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado*
***milho, sorgo, cevada, aveia e centeio – ***milhões de fardos de 480 libras peso cada*

Estoque elevado e plantio recorde de soja nos EUA derrubam preço

Uma conjunção de três fatores combinados pressiona para baixo as cotações da soja: 1) os estoques norte-americanos estão acima do esperado; 2) aumento da área de plantio nos Estados Unidos e 3) elevados índices de umidade no solo são suficientes para suportar o verão no cinturão verde.

O Departamento da Agricultura dos Estados Unidos estima uma área de soja da ordem de 30,2 milhões de hectares, cerca de 2,2% superior à do ano passado. É a maior área cultivada na história do país. Uma reversão da tendência verificada nos últimos três anos, quando a área com a oleaginosa encolheu.

Na Bolsa de Chicago, com a expectativa de um aumento nos estoques, os preços perdem força. A expectativa para a colheita brasileira de soja para 2004/05 é de 66 milhões de toneladas e para a Argentina, 39 milhões de toneladas.



Otimismo no setor de máquinas e fertilizantes

Vendas de tratores e colheitadeiras devem crescer 5,5%; entregas de adubos aumentam 3%

Embalado pelo aumento dos recursos do Moderfrota para esta safra 2004/05 e pela aquecida demanda externa, o setor de máquinas agrícolas projeta encerrar 2004 com incremento de 8% na produção, de 5,3% nas vendas domésticas e de 25% nas exportações. Tradicionalmente, as vendas são maiores no segundo trimestre, quando os agricultores recebem dinheiro da venda da colheita e fazem a programação para o próximo plantio.

O anúncio do Moderfrota-Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos Associados e Colheitadeiras, reforçou a perspectiva favorável do setor, que já contava com um incremento natural no segundo semestre, com a safra de verão.

O Plano de Safra prevê um aumento dos recursos do Moderfrota de R$ 2 bilhões para R$ 5,5 bilhões (2003/04 para 2004/05). Somado ao Finame Especial, o valor para a nova temporada chega a R$ 6 bilhões, ante o total de R$ 4,9 bilhões na temporada passada.



O financiamento via Moderfrota continua com juros equalizados de 9,75% ao ano, para produtores com renda anual de até R$ 150 mil, e de 12,75% para produtores com renda superior a R$ 150 mil por ano.

Na safra 2003/04, a demanda pelo financiamento superou largamente a oferta inicial de recursos. O governo teve de investir recursos para engordar o Moderfrota em mais R$ 250 milhões, assim como aumentar os recursos do Finame Especial (que tem taxa de juros de 12,75% ao ano) de R$ 500 milhões para R$ 2,65 bilhões.

As vendas de máquinas agrícolas acumularam alta de 2,4% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2003. As vendas mostram evolução e atingiram o pico em junho. As exportações mais do que dobraram no período, e a receita chegou a US$ 862,4 milhões, contra US$ 411,4 milhões em 2003.

O setor vive um bom momento e aguarda expansão na área plantada da próxima safra 2004/05.

Adubos

As entregas de fertilizantes ao consumidor final indicam para o período de janeiro a junho crescimento ao redor de 3%, ou seja, 8 milhões de toneladas, contra os 7,81 milhões no mesmo período de 2003.

As antecipações nas retiradas dos grandes produtores agrícolas, principalmente em áreas de soja, foram as causas deste cenário.

As perspectivas para o trimestre de julho a setembro são de crescimento nas entregas ao consumidor final, apontando para uma taxa ao redor de 3%, enquanto o mês de julho indica redução próxima a 7%, decorrente da postergação das retiradas por conta da aprovação da MP 183, isentando do PIS/COFINS as aquisições de fertilizantes. Agosto e setembro registrarão crescimento e compensarão as perdas de julho.

Novas estimativas indicam crescimento em torno de 2% no consumo de fertilizantes para o ano de 2004, atingindo 22,8 milhões de t. Culturas como soja, algodão, arroz e trigo aumentarão a área plantada em mais de 2 milhões de hectares.

Os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás aumentarão a área da soja em cerca de 1 milhão de hectares na safra 2004/05.

Um acréscimo próximo a 400 mil t nas entregas de fertilizantes. O algodão em MT e BA aumentará o plantio em 100 mil hectares e gerará uma demanda adicional de 100.000 t.

Diminuem as incertezas com a cana-de-açúcar e o café, decorrentes das perspectivas de baixos estoques e gradual recuperação dos preços no mercado. Porém, as estimativas apontam para uma queda no consumo de fertilizantes em 2004. Na cultura da laranja, as perspectivas não são das melhores, pois a fixação do preço da caixa em R$4,50/5, na entrega do produto na porta da fábrica, frente a um custo de produção de R$3/4,50 a caixa, será motivo para postergar a adubação para setembro e reduzir o consumo este ano.

Na região Nordeste, as perspectivas de consumo para as culturas de soja, algodão, milho, e para o reflorestamento estão bastante animadoras e indicam aumento ao redor de 10%. As áreas do Vale do São Francisco e do Ceará também mostram crescimento no consumo de fertilizantes, devido às excelentes perspectivas de exportações. Com a recuperação dos preços da cana, o setor registrará gradativa recuperação nas aquisições de fertilizantes nos próximos meses.

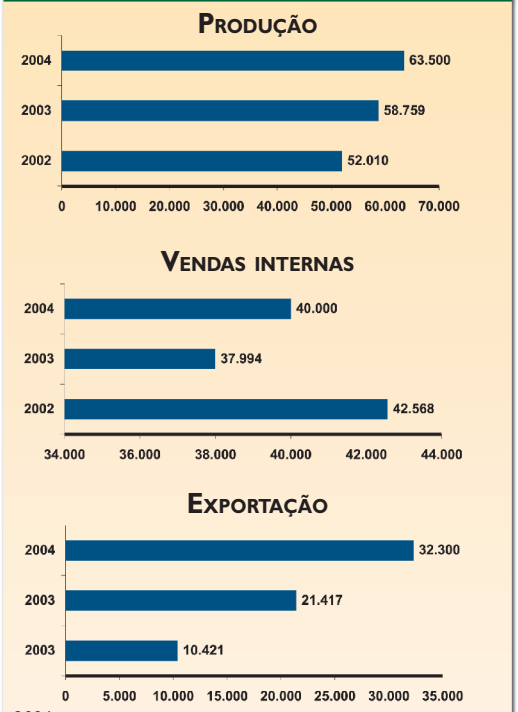
Na região Sul, as primeiras estimativas apontam para o crescimento das áreas de soja e ar-

Fertilizantes entregues ao consumidor final - 1º semestre (1000 t/produtos)

	Centro/Sul			Norte/Nordeste			Brasil		
Período	**2003**	**2004**	**%**	**2003**	**2004**	**%**	**2003**	**2004**	**%**
JAN-MAR	3.137	3.046	-2,9	385	373	-3,1	3.522	3.419	-2,9
ABR	895	953	6,5	113	109	-3,5	1.008	1.062	5,4
MAI	1.281	1.415	10,5	142	170	19,7	1.423	1.585	11,4
JUN	1.683	1.800	7,0	176	180	2,3	1.859	1.980	6,5
ABR-JUN	3.859	4.168	8,0	431	459	6,5	4.290	4.627	7,9
1º SEM.	6.996	7.214	3,1	816	832	2,0	7.812	8.046	3,0

JAN-MAI-Preliminar – JUN :ESTIMATIVA – FONTE:ANDA

Brasil: balanço da mecanização rural
Máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras)



2004: estimativa
Fonte: ANFAVEA

roz, e uma redução na área de milho. Com o aumento nas áreas das culturas, o ano encerrará com volume próximo ao de 2003 ou até com um ligeiro crescimento em relação aos 3,3 milhões de t entregues ao consumidor final.

A produção nacional deverá encerrar o primeiro semestre de 2004 com aumento ao redor de 18% em relação ao mesmo período de 2003. Enquanto a produção de nitrogenados registrou elevação de 9% no período analisado, a de fosfatados superou os 21%, com ênfase na produção de super simples.

Ainda são grandes os problemas com armazenagem, devido à baixa disponibilidade existente. O primeiro semestre de 2004 totalizou 7,0 milhões de t no volume total importado pelas empresas de fertilizantes, isto é, 23% superior ao mesmo período de 2003. Pelo porto de Paranaguá, entraram 45% do total dos fertilizantes intermediários, seguidos pelos portos de Santos e de Rio Grande, com aproximadamente 15% de participação cada um.

Perspectivas de aumento da demanda mundial tornarão a oferta restrita. No Brasil, as importações do primeiro semestre de 2004, em relação ao mesmo período de 2003, registraram crescimento de 68%.

Os preços praticados para os embarques em junho ficaram em US$203 CF, e para julho, estão ao redor de US$215 CF, devendo se manter firmes neste patamar para o mês de agosto.

Os fretes marítimos internacionais estão revertendo a tendência de queda, iniciando novo ciclo de altas, porém não devem atingir os picos observados nos primeiros meses do ano. ■

ONDE SABER MAIS:
Associação Nacional de Difusão de Adubos

Exportações do agronegócio batem novo recorde

No primeiro semestre, as vendas externas do setor somaram US$ 18,5 bilhões

Dados da Secretaria de Produção e Comercialização, do MAPA, mostram que no primeiro semestre do ano as exportações do agronegócio somaram US$ 18,5 bilhões, um resultado 36% acima do registrado nos seis primeiros meses de 2003.

Nestes seis primeiros meses do ano, destacaram-se as exportações do complexo de soja (+45,5%), carnes (+61%), madeira e suas obras (+48,5%), leite (+58%), café (25,5%), açúcar e álcool (+53,5%) e cereais, farinhas e preparações (+314%).

No acumulado dos últimos 12 meses, entre julho de 2003 e junho de 2004, as exportações somaram US$ 35,515 bilhões (+23,7%), e o superávit, US$ 30,651 bilhões (+27%). Pela primeira vez, vendas externas e saldo comercial do agronegócio ultrapassaram essas cifras em 12 meses. As exportações de carnes continuaram a crescer significativamente, chegando a US$ 518 milhões em junho, e a US$ 2,5 bilhões (+61%), no ano todo. Houve um forte aumento no volume embarcado, em função da elevação de 30% a 35% nos preços dos mais importantes produtos da cadeia.

Houve aumento das exportações de carne bovina *in natura* (+36%) e de frango *in natura* (+22%). O desempenho reflete as mudanças causadas pelos focos do mal da "vaca louca" no Canadá e nos Estados Unidos, em 2003, e da "gripe do frango", na Ásia, nos EUA e no Canadá. ■

Exportações: julho/2003 a Junho/2004 e julho/2002 a Junho/2003 (em US$ mil)

Produto	Jul/2003 a Jun/2004 (a)	Jul/2002 a Jun/2003 (b)	Var.(%) (a/b)
Complexo de soja	9.830.957	8.032.492	22,4
Carnes	4.590.054	3.105.601	47,8
Madeira e suas obras	3.175.894	2.371.597	33,9
Papel e celulose	2.888.756	2.575.808	12,1
Açúcar e álcool	2.714.724	2.303.818	17,8
Couros, peles e calçados	2.652.858	2.415.320	9,8
Café, chá, mate e especiarias	1.587.175	1.479.577	7,3
Sucos de frutas	1.278.168	1.241.088	3,0
Algodão e fibras têxteis vegetais	1.237.313	946.439	30,7
Fumo e tabaco	1.056.291	1.067.663	-1,1
Cereais, farinhas e preparações	1.017.919	326.205	212,0
Frutas, hortaliças e preparações	565.712	440.189	28,5
Pescados	420.934	368.752	14,2
Cacau e suas preparações	322.161	278.779	15,6
Leite, laticínios e ovos	128.909	196.635	-34,4
Bebidas	53.752	34.775	54,6
Borracha natural	180.193	118.001	52,7
Demais produtos	1.813.628	1.365.475	32,8
Total geral	35.515.398	28.668.214	23,9

Plano Agrícola e Pecuário traz novos instrumentos

Com o slogan "quanto mais forte o campo fica, mais força o Brasil tem para crescer", o Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 abre novas perspectivas para o desenvolvimento do agribusiness brasileiro. Muitas cadeias produtivas atingiram alto nível de competitividade, com elevada articulação entre seus elos, exigindo hoje instrumentos não-convencionais para liquidez da comercialização e a formação de renda.

Diante do intenso ritmo de crescimento da produção primária, em que a área acumulada nas últimas três safras avançou cerca de 10 milhões de hectares, o País pode chegar a uma colheita próxima de 140 milhões de toneladas. A economia nacional se desenvolve de forma bem mais lenta, e os numerários dos depósitos à vista dos agentes financeiros e da caderneta de poupança rural, as principais fontes de recursos para a agricultura, com 80% da oferta, não atendem à necessidade existente.

Há uma ampliação de 45% na oferta de crédito, a maior parte, a juros fixos e favorecidos. O aporte soma R$ 39,45 bilhões, dos quais R$ 10,7 bilhões em investimentos nos programas do MAPA (1) e R$ 28,75 bilhões para custeio e comercialização.

Os números do Plano de Safra 2003/04 levam a resultados positivos. A aplicação em custeio e comercialização alcançou R$ 21,9 bilhões, correspondente a 102% da meta fixada. Nos investimentos, atingiram R$ 6,2 bilhões até abril e superaram o volume previsto de R$ 5,75 bilhões.

A produção chegou a ser estimada pela CONAB, em fevereiro, em 130,8 milhões, mas problemas climáticos e a doença da ferrugem na soja baixaram a projeção para 120,0 milhões. De qualquer forma, uma grande colheita, a segunda da história. Essa produção possibilitou uma ligeira recomposição dos estoques públicos, de 149 mil toneladas para 1.350 mil toneladas.

Novidades

Entre as novidades do Plano, está o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, voltado a atrair a poupança interna para o agronegócio. Trata-se de um título de crédito de livre comercialização, que poderá ser emitido por pessoas jurídicas (cooperativas, empresas de insumos e beneficiamento, armazenadores e exportadores, dentre outros), instituições financeiras e empresas de securitização de direitos creditórios.

O CRA terá como lastro uma variedade de recebíveis, entre eles: certificados de depósito, notas promissórias, duplicatas, contratos e, especialmente, a Cédula do Produtor Rural - CPR, inclusive a chamada CPR de gaveta. O Plano de Safra cancelou a autorização para os bancos aplicarem recursos da exigibilidade para financiar as agroindústrias na aquisição de CPR. Dessa forma, mais recursos serão aplicados diretamente para os produtores rurais.

Para captar a poupança de investidores estrangeiros, o governo desenvolve um outro instrumento, através de *commercial paper* ou equivalente, provisoriamente denominado LCA - Letra de Comércio Agrícola. Nos próximos meses, serão lançadas as bases para a organização dos Fundos de Investimentos no Agronegócio.

O governo toma ainda providências legais, como a publicação de decretos de regulamentação da Lei de Seguro Rural e de criação do Comitê Técnico Interministerial para acompanhamento e reformulação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Também providencia MP para a instituição do Certificado de Depósito agropecuário (CDA) e do *Warrant* Agropecuário (WA) e para permissão de contratos de opção de venda pelo setor privado. ■

Brasil: produção de grãos e oleaginosas



Fonte: CONAB

(1) Moderfrota - aquisição de máquinas e equipamentos, Moderagro - renovação de pastagens e recuperação de solos, Moderinfra - irrigação e armazenagem na propriedade rural, Prodecoop - investimentos das cooperativas; Prodeagro - investimento para pequenos e médios animais, mel, leite, flores e aquicultura; Prodefruta - para a produção de frutas; Propflora - produção comercial de florestas e recomposição de reserva legal.



Para produzir, e não para especular

Investir como reserva de valor perdeu o sentido na inflação baixa

MARIA ANTONIETA DEL TEDESCO LINS
LUIZ ANTONIO PINAZZA

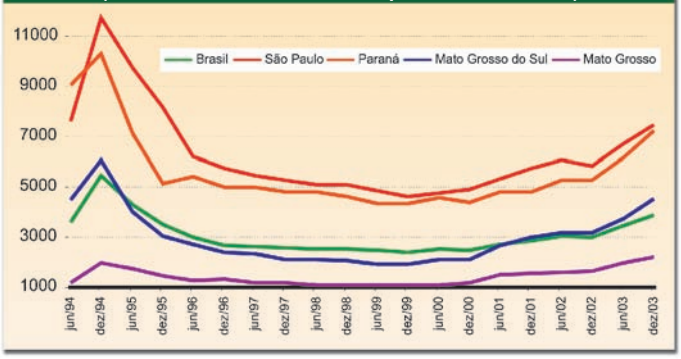
A terra é um ativo fundiário e fator de produção importante na atividade agrícola. O seu valor é variável e sofre a influência dos agregados econômicos. Pela observação de seus preços, é possível analisar e quantificar importantes movimentos conjunturais da vida econômica do País. Em 1994, quando teve início o Plano Real, o ambiente de hiperinflação dava o tom para o comportamento dos agentes econômicos. Houve situações em que a taxa de juros real da economia brasileira apresentava variações negativas. Com a credibilidade da moeda muito em baixa, a migração de recursos para ativos reais ficava estimulada. A terra, dentre outros bens, servia e funcionava como reserva de valor, e, diante da procura, tinha seus preços em patamares elevados.

Com a estabilização monetária e em um contexto de apreciação cambial e de altos juros internos, o preço dos ativos imóveis entrou em profunda queda. As exportações de tradicionais commodities agrícolas, como café, soja e carnes, dentre outras, eram penalizadas com a moeda valorizada. Os juros, por sua vez, também em alta, prejudicavam todo o setor produtivo. Foi um período de grande crise na agricultura, somente amenizada a partir das negociações das dívidas, iniciadas no final de 1996, com o PESA , securitização e o Recoop. A origem da crise vinha dos seguidos planos econômicos, que descasavam a correção dos preços agrícolas do custo dos empréstimos.

Os preços de terras no Brasil refletiram a crise. Em importantes Estados produtores, como São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, junto com a média brasileira, verificou-se, nos últimos dez anos, uma mesma tendência de variação, para cima ou para baixo. As diferenças estão mais relacionadas à intensidade da flutuação.

Quando descontados os efeitos da inflação e convertidos para o valor da moeda de dezembro de 2003, para definir uma referência real da terra, se constata uma queda profunda, no final do ano de 1994, até 'atingir o fundo do poço', em 1999; e a retomada de fôlego começou a partir de 2000. Para a terra nua (campos), a preços médios no Brasil, o valor de dezembro de 2003 ainda era inferior ao do mesmo mês de 1995. Somente agora, depois de alguns anos de bons resultados, o

Evolução do preço da terra em valores constantes - Lavouras (em reais de dezembro de 2003 por hectare - IGP-DI)



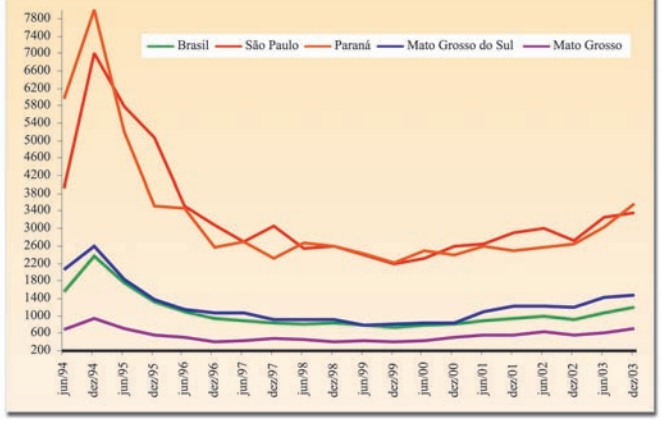
preço das terras com lavouras chega aos níveis de 1995.

Recuperação

Particularmente a partir de 2000, foi verificado um movimento de recuperação do valor das terras. Esse processo de recuperação, além de estar conjugado ao vigoroso florescimento das atividades agropecuárias e ao intenso aumento das exportações de produtos primários, mostra o efeito da adoção de um novo padrão tecnológico na estrutura produtiva. Mesmo com grande aumento da produção e da renda agrícolas, o fato de os preços das terras terem crescido em proporção relativamente menor evidencia o esforço na implantação de uma nova matriz tecnológica. Nos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a despeito do arranque registrado na soja, os preços das terras ainda não voltaram aos níveis de 1994.

Quando se considera a evolução da área plantada com cereais e oleaginosas, fica constatado um aumento de 39 milhões de hectares na safra de 1993/94, para 46,6 milhões de hectares, na de 2003/04. Dessa expansão, cerca de 5,6 milhões ocorreram no último triênio. Grande parte do crescimento da produção entre as safras de 1993/94 e 2003/04 ocorreu com a área praticamente estável, mas com ganhos de produtividade. Houve uma mudança na matriz tecnológica do setor. Os investimentos para aumentar a produção foram canalizados em insumos, máquinas e equipamentos, sem grandes demandas para o fator terra. A sua procura ficou mais acentuada em anos recentes, o que promoveu sua valorização. Se prevalecer o quadro de câmbio favorável à exportação e o declínio e estabilidade das taxas de juros reais, as inversões fundiárias em terras estarão estimuladas, e seus preços, com pressões de alta.

Evolução do preço da terra em valores constantes - Campos (em reais de dezembro de 2003 por hectare -IGP-DI)



Contudo, ficou claro que investir em terras como reserva de valor perdeu o sentido. É só notar que, mesmo com a recente retomada dos preços, ainda não foram atingidos os níveis de dez anos atrás. É preciso compreender que a terra se destina a produzir para se ganhar com a produção, e não com a especulação. Por isso, é crucial saber o momento certo da compra. Apenas algumas áreas de fronteira podem ter valorização aguda com a chegada do "progresso". ■

FGV
EAESP
3pontos

EDUCAÇÃO EXECUTIVA DA FGV-EAESP. AS MELHORES OPÇÕES PARA AS MELHORES ESCOLHAS.

MPA
Mestrado Profissional em Administração
Mestrado Executivo com reconhecimento nacional e internacional, pela comunidade empresarial e pelo meio acadêmico.

OneMBA
Global MBA
MBA executivo com certificado brasileiro e internacional, desenvolvido em parceria com *The Chinese University of Hong Kong* (China), *ITESM* (México), *Rotterdam School of Management* (Holanda) e *The University of North Carolina at Chapel Hill* (EUA).

Gvpec
Cursos *in company*
Programas de Educação Executiva desenvolvidos com formato e conteúdo adequados às necessidades de cada empresa.

Direção Estratégica
Programas que oferecem ao participante um completo e atualizado panorama do mundo empresarial sob a ótica de quem tem e exerce o poder de decisão dentro de uma empresa.

Gestão Executiva
Mais de 50 cursos, com temas de vanguarda para os profissionais de alta e média gerência, que estimulam a reflexão sobre os desafios do mundo empresarial e ampliam sua rede de relacionamentos.

CEAG
Cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) amplamente reconhecidos pela comunidade empresarial. Destinam-se a jovens executivos que buscam uma formação atualizada em Administração e novas conquistas em sua carreira.

Gvnext
Curso de Especialização em Negócios para Executivos
Combinando aulas presenciais com novas tecnologias, destina-se a executivos de consolidada vivência profissional. Um curso para quem precisa de flexibilidade.

50 anos FGV EAESP

Informações
cci@fgvsp.br
(11) 3281-7926 / 3281-3208

Mercado de US$ 150 milhões/ano no Brasil

Em busca de uma alimentação saudável e livre de contaminação por produtos químicos, o consumidor brasileiro passou a incluir em sua lista de compras um item diferente: os orgânicos. Por parte do produtor, a adesão ao movimento vem crescendo a cada ano. De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Brasil tem 7.100 produtores certificados ou em processo de certificação. O Instituto Biodinâmico (IBD), de Botucatu (SP), já credenciou 340 propriedades.

A movimentação do setor chamou a atenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que instalou a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica, com a meta de estabelecer uma política para o segmento.

O Brasil movimenta cerca de US$150 milhões ao ano e já dispõe de uma área plantada de mais de 840 mil hectares. Para quem pretende ingressar neste setor, é preciso ficar bastante atento às normas de produção, bem como às exigências dos consumidores.

Orgânicos e biodinâmicos

A conexão entre o homem e a terra, o controle natural de pestes, a fertilização com material orgânico e, principalmente, o respeito à biodiversidade são pontos comuns entre a agricultura biodinâmica e a agricultura orgânica.

De acordo com a Ifoam (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica), o cultivo orgânico não utiliza pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos sintéticos, além de se empenhar em desenvolver um solo saudável e fértil, com práticas de preservação, como a rotação de culturas. O objetivo é manter a propriedade biologicamente equilibrada, com uma ampla variedade de insetos úteis e outros organismos que agem como predadores naturais de pragas, e um solo pleno de microorganismos e minhocas para manter sua vitalidade.

Brasil tem 7.100 produtores certificados e área plantada de mais de 840 mil hectares

Área ocupada por agricultura orgânica - Fevereiro / 2004

País-área	(em ha)
Austrália	10.000.000
Argentina	2.960.000
Itália	1.168.212
EUA	950.000
Brasil	841.769
Uruguai	760.000
Reino Unido	724.523
Alemanha	696.978
Espanha	665.055
França	509.000
Canadá	478.700
Bolívia	364.100
China	301.295
Áustria	297.000
Chile	285.268
Ucrânia	239.542
República Tcheca	235.136
México	215.843
Suécia	187.000
Dinamarca	178.360
Bangladesh	177.700
Finlândia	156.692
Peru	130.246
Uganda	122.000
Suíça	107.000
Hungria	103.672
Paraguai	91.414
Portugal	85.912
Equador	60.000
Turquia	57.001
Tanzânia	55.867
Polônia	53.515
Eslováquia	49.999
Nova Zelândia	46.000
África do Sul	45.000
Holanda	42.610

Fontes: • Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica da Suíça, Instituto de Ecologia & Agricultura da Alemanha e Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura

Para controlar pragas e doenças, os orgânicos podem utilizar diferentes agentes, como extratos de Nim, piretro, e mesmo as joaninhas, contra afídeos. A criação orgânica de animais defende o bem-estar animal e métodos de manejo que dispensam tratamentos veterinários.

O movimento biodinâmico nasceu na Alemanha, em 1924, depois de oito conferências ministradas por Rudolf Steiner, em Koberwitz (cidade que hoje está localizada na Polônia). As palestras deram origem ao Curso Fundamental de Agricultura Biodinâmica.

A filosofia é desenvolver uma paisagem cultivada sadia, próspera e com produtividade permanente, em que a qualidade dos alimentos seja aprimorada a partir do cuidado com o solo. "A agricultura biodinâmica traz uma visão abrangente de um sistema agrícola integrado, o organismo agrícola, inserido harmoniosamente na paisagem local, considerando-se os seus princípios ecológicos, sociais, técnicos, culturais, econômicos e fenomenológicos", ensinam os técnicos do Instituto Biodinâmico (IBD), de Botucatu (SP).

O que os seguidores de Steiner buscam é a cura da terra, o bem-estar do produtor, a produção de alimentos sadios, o desenvolvimento da espiritualidade e a participação da humanidade nesse processo. Para a agricultura biodinâmica, a propriedade agrícola é um organismo vivo, integrado na paisagem; e um organismo espiritual, comparável a um ser humano. Dessa forma, a agricultura biodinâmica não é apenas uma atividade econômica. ■

ONDE SABER MAIS:
• IFOAM, principal organização internacional : www.ifoam.org
• USDA Organic, órgão certificador dos EUA : www.ams.usda.gov
• Soil Association, órgão certificador do Reino Unido: www.soilassociation.org
• Biofach: www.biofach.de
• Instituto BioDinâmico, órgão certificador da agricultura biodinâmica no Brasil: www.ibd.com.br
• Planeta Orgânico, promotor do mercado brasileiro: www.planetaorganico.com.br

Criando estratégias competitivas

3º Congresso Brasileiro de Agribusiness debate grandes temas

Com o tema Criando Vantagens Competitivas, o 3º Congresso Brasileiro de Agribusiness, realizado em junho último em São Paulo, fez uma "ponte" com os dois congressos anteriores. O 1º CBA traçou o potencial da agricultura brasileira no cenário para 2010, prevendo um crescimento de mais de 50% na produção durante o período até o final da primeira década do século XXI. Esse desempenho coloca o Brasil entre os países líderes na produção e exportação de alimentos, fibras e energia renovável. O 2º CBA, realizado no ano passado, deu ênfase para as estratégias capazes de viabilizar este crescimento.

No 3º Congresso, o enfoque foi a criação de vantagens competitivas e a remoção das três grandes barreiras para o crescimento sustentado do agronegócio: custo do capital, deficiências de infra-estrutura e de logística, e as restrições de acesso aos mercados.

O encontro destacou a necessidade de o País investir em projetos com grande retorno e em multiplicadores de renda, como o Moderfrota. Também mostrou a oportunidade de um plano macroeconômico de grandes inversões para a inserção definitiva do agronegócio no mercado mundial em curto e médio prazos. Montar uma forte estrutura competitiva para o setor é um caminho para se absorver a mão-de-obra ociosa e promover o crescimento econômico sustentável.

Biossegurança

Foram apontadas durante o Congresso três questões que exigem definição institucional. Uma delas é a Lei de Biossegurança, que precisa ser aprovada antes do plantio da nova safra. O substituto que está no Congresso é um conjunto de equívocos e representa um retrocesso no estágio de complexidade e sofisticação do agronegócio brasileiro. Outra questão diz respeito às PPPs - Parcerias Públicas e Privadas, que podem atrair investimentos para os sistemas de transportes multimodais. Por último, as mudanças no PIS/COFINS não podem trazer mais ônus ao setor produtivo.

Na questão tributária, o Estado de São Paulo foi citado como exemplo. O governo reduziu o ICMS sobre produtos do agronegócio, como álcool, calçados e têxteis, e viu a arrecadação do Estado aumentar. Onerar as cadeias produtivas significa tirar a sustentabilidade do agronegócio.

Rastreabilidade

Entre as "lições de casa" do agribusiness nacional, o Congresso apontou as iniciativas para certificação e rastreabilidade dos produtos, visando à sua adequação aos padrões e normas internacionais.

Nos últimos anos, cresceram as barreiras de natureza técnica, ambiental, social e de defesa (bioterrorismo) no mercado internacional. As informações devem ser registradas e acompanhar os produtos.

Também aumentaram, de forma impressionante, as exigências sanitárias. Apenas nos últimos dois anos, elas representaram 40% do total aplicado em toda a história. Essa tendência vem se acentuando, como no caso da carne bovina. Apesar de liderar as exportações mundiais, o Brasil não pode ter acesso a 60% do mercado internacional, devido à febre aftosa.

Agricultura energética

Outro ponto alto do 3º Congresso foi a agricultura energética, que encontra terreno fértil no mercado internacional. O álcool é modelo de sucesso, diante da crescente demanda pelos veículos flex fuel. O biodiesel, por sua vez, pode gerar renda e empregos no interior do País.

Os debates sobre as negociações internacionais mostraram que as delegações brasileiras vêm adotando uma postura mais dinâmica nos grandes fóruns do comércio exterior. Mas o governo precisa estar afinado com o setor privado. ■

Personalidade do Agribusiness

Durante o 3º Congresso Brasileiro de Agribusiness, a diretoria da Abag homenageou a Personalidade do Agronegócio. O prêmio é um reconhecimento às pessoas que prestaram grandes serviços ao agronegócio nacional. Nesta primeira versão, foi escolhido Isaac Ribeiro Ferreira Leite, um dos fundadores da Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé). Engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Isaac Ribeiro Ferreira Leite dirigiu a cooperativa por 46 anos e foi eleito presidente de honra em 2003.





Crescem empregos no interior

Estudo revela a influência do agronegócio na geração de novos postos

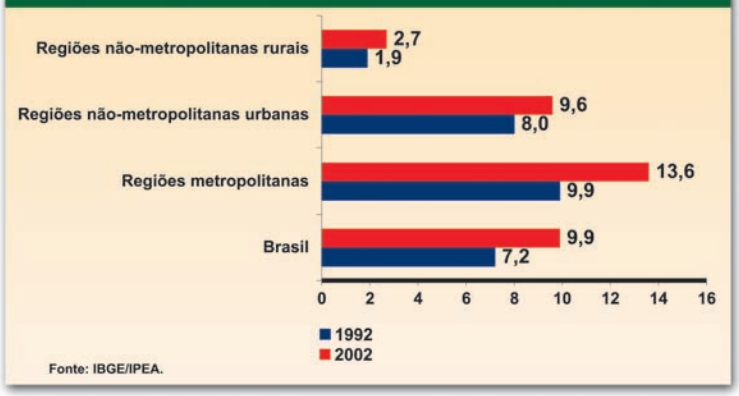
A análise de desempenho dos empregos, durante o período de 1992 a 2002, com base na Pesquisa Mensal de Empregos e na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, traz constatações e leva a evidências interessantes.

Na média nacional, a taxa de desemprego e a quantidade de pessoas desocupadas subiram, mas houve maior alta nas seis regiões metropolitanas, em relação a outras regiões. No Brasil, a quantidade de pessoas empregadas e o emprego formal, com carteira assinada, cresceram mais nas regiões não-metropolitanas urbanas e nas seis regiões metropolitanas.

As regiões não-metropolitanas rurais recuaram bastante em termos de pessoas empregadas e pessoas ocupadas no setor formal. Em termos de pessoas desocupadas, a variação também foi grande, mas inferior à das demais regiões, enquanto a taxa de desemprego teve tênue elevação.

O melhor comportamento relativo foi verificado nas regiões não-metropolitanas urbanas, em função de dois fatores básicos: 1) migração das indústrias dos grandes centros para as pequenas e médias cidades; 2) a expansão do agronegócio, que gera mais renda e movimenta a economia local.

Taxa percentual de desemprego em relação à PEA (População Economicamente Ativa)



Fonte: IBGE/IPEA.

Agrolândia

Especialmente da região metropolitana de São Paulo, saíram muitas empresas para o interior do próprio Estado, e também para Minas Gerais e Paraná. A guerra fiscal estimula essa movimentação. O processo não é uniforme em todo o interior do País, pois o dinamismo é mais intenso na chamada "agrolândia", que abrange São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e a

Variação percentual no número de empregos, entre 1992 e 2002

Pessoas	Brasil	Regiões metropolitanas (*)	Regiões não metropolitanas urbanas	Regiões não metropolitanas rurais
Empregadas	21,0	25	35,8	-18,1
Desocupadas (**)	70,8	80,6	65,4	20,0
Ocupadas (***)	22,7	8,7	35,8	-8,0

(*) Pesquisa Mensal de Empregos (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife)
(**)São aquelas que não estavam trabalhando, mas procurando emprego
(***) Trabalhadores com carteira assinada e do setor público
Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Brasil: retrato do trabalhador em 2002

Trabalhadores	Milhões
1. População ocupada	70,5
2. Socialmente protegidos	43,4
2.1. Contribuintes	29,7
2.2. Segurados Especiais	7,7
2.3. Estatutários e militares	4,8
2.4. Têm algum tipo de benefício	1,2
3. Excluídos	27,0
3.1. Um ou mais salários mínimos	17,2
3.2. Abaixo de um salário mínimo	9,8

Fonte: Secretaria da Previdência Social do Ministério da Previdência Social



região Centro-Oeste. Mas o desemprego não é exclusividade dos grandes núcleos metropolitanos.

Agricultura gerou 155,7 empregos até maio - Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a partir das informações enviadas pelas empresas ao Ministério do Trabalho e Empregos, o País gerou 291.822 mil empregos em maio. Esse é o melhor desempenho para o mês desde 1992, quando teve início a série histórica. Um terço das novas vagas foram abertas na agricultura. No total, foram abertas mais de 1,031 milhão de vagas e foram registrados 739,4 mil desligamentos. No acumulado de 2004, houve a expansão de 826,7 mil empregados no mercado de trabalho. A agricultura gerou 155.786 novos empregos formais diretos. O setor foi responsável por 15,1% das vagas abertas com carteira assinada no País. O saldo de empregos (admissões menos demissões) acumulado é de 86.859, representando um desempenho 6,7% superior ao registrado em igual período de 2003. Somados aos postos abertos nos setores de madeira, borracha, fumo, couros, têxtil, alimentos e calçados, que também compõem o agronegócio brasileiro, os novos empregos com carteira assinada chegaram a 324 mil. Isso corresponde a 31,5% do total gerado. O saldo acumulado por estes setores, em 2004, chegou a 317.352 vagas. ■

AGRICULTURA FAMILIAR

Mais recursos para o Pronaf

Para a safra de 2004/2005, o programa contará com R$7 bilhões para atender a 1,8 milhão de famílias

A agricultura familiar exerce um papel importante para o desenvolvimento social e o crescimento equilibrado do País, pois é um instrumento de inclusão social, geração de trabalho e distribuição de renda. Para a safra de 2004/05, o Ministério de Desenvolvimento Agrário conta com R$7 bilhões, em comparação com os R$5,4 bilhões, no plano anterior. A meta é atender a 1,8 milhão de famílias.

São beneficiários do Pronaf os produtores rurais, inclusive, os remanescentes de quilombos e os indígenas que atendam aos seguintes requisitos:

• Ser proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário da reforma agrária;
• Residir na propriedade ou em local próximo;
• Deter, sob qualquer forma, no máximo, 4 módulos fiscais de terras, quantificados conforme a legislação em vigor, ou, no máximo, 6 módulos quando se tratar de pecuarista familiar;
• O trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento.

Agricultura Familiar - Safra 2003/04

Aplicação	R$ bilhão	Mil contratos
Custeio	2,60	918
Investimento	1,86	484
Total	4,46	1.402

Do valor disponibilizado no Plano da Safra de 2004/05, serão aplicados R$2,5 bilhões em operações de investimentos, com o objetivo de apoiar as diferentes agroindústrias, cooperativas e associações dos agricultores familiares que, cada vez mais, melhoram a qualidade dos alimentos.

Para a obtenção de créditos, os beneficiários do Pronaf são classificados em seis grupos, e as linhas de crédito são destinadas para: agroindústria, floresta, semi-árido e sobre-tetos. Os juros são subsidiados, existe carência e longos prazos de reembolso.

Novidades do Plano

Entre as novidades do Plano da Safra de 2004/2005, está a criação de uma linha de crédito específica para o jovem rural e para a mulher agricultora familiar. O governo federal reconheceu a importância desses dois grupos para o desenvolvimento comunitário e para a produção familiar.

O Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher, que ofereciam 50% a mais de crédito sobre as faixas do programa, agora estão desvinculados do financiamento feito pelo pai ou pelo marido.

O incentivo à agroindustrialização e ao cooperativismo de crédito entre os agricultores familiares é outra novidade do atual Plano. Com o objetivo de agregar valor aos produtos e aumentar a renda, o governo criou o Pronaf Custeio da Agroindústria Familiar.

Também está sendo oferecido o Pronaf Cooperativa, uma linha específica para o financiamento de associados de cooperativas de crédito rural formadas majoritariamente por agricultores familiares. A iniciativa amplia a participação das cooperativas na liberação dos recursos. ■

Trabalho informal ou escravo?

LUIZ AUGUSTO GERMANI

O Governo Federal enfrenta três dificuldades para levar adiante a reforma agrária: (1) encontrar terras improdutivas em locais viáveis para assentamentos; (2) encontrar proprietários dispostos a vender imóveis rurais, na condição de eles receberem, como pagamento, Títulos da Dívida Agrária em longo prazo; (3) pagar as indenizações das expropriações.

A primeira dificuldade continuará instransponível, desde que o produtor rural continue demonstrando sua alta capacidade de produção. A segunda será minimizada, se a Medida Provisória 192, que reduz os prazos de resgate das TDAs, for convertida em lei. E com relação ao terceiro obstáculo, está se desenvolvendo um novo instrumento de aquisição de imóveis rurais, sem custos para o Tesouro: a PEC 438/01, Projeto de Emenda Constitucional, que estabelece a expropriação, sem direito à indenização, para todo proprietário de terras que utilizar "trabalho escravo".

A Organização Internacional do Trabalho - OIT, em sua Convenção n° 29, de 01/05/32, com vigência no Brasil desde 25/04/58, conceitua o "trabalho escravo" quando uma pessoa é forçada a trabalhar sob coação física (agressão), moral (ameaças ou constrangimentos), econômica (imputação de dívidas intermináveis, originadas em adiantamentos) ou local (pelo difícil acesso). Uma situação em que o trabalhador perde seu direito de ir e vir, por coação do empregador.

Do ponto de vista jurídico, o produtor rural deve ter seus empregados contratados:

• sob o regime da Lei 5.889/73 e da CLT;
• com Carteira de Trabalho assinada (obrigatória);
• com Contrato de Trabalho formalizado (não obrigatório, mas conveniente);
• com anotações no Livro ou na Ficha de Registro, em que esteja identificado o empregador, o empregado, sua função, data de admissão, salário (no mínimo, o piso da região para aquela função), sua forma de pagamento (por dia, hora, mês, tarefa etc.);
• com prazo especificado (em experiência, por período determinado, por obra certa, safra, por período indeterminado);
• tendo estabelecidos os ativos a que o empregado terá acesso para seu uso, sem que estes se incorporem aos salários (casa, luz, água etc.);
• com horário de trabalho definido, programação para o descanso semanal remunerado, se houver necessidade de trabalho aos domingos.

As informações dos documentos deverão refletir as operações do estabelecimento rural. Devem ser exatas as anotações de alterações nas condições de trabalho, como os recolhimentos e pagamentos de encargos trabalhistas e a aplicação dos Direitos dos Trabalhadores (13° salário e férias, por exemplo). Existem especificidades de casos: para a trabalhadora mulher, é preciso efetuar sua colocação em funções em que haja compatibilidade física e respeito a uma eventual gravidez. No caso do trabalho de menores, deve-se contratar na idade de 16 a 18 anos, na condição de aprendiz, com autorização dos pais, em regime de horário especial, especialmente, no caso de estudantes.

É importante a formalização direta com o empregado, ou por meio de agenciadores de mão-de-obra (mais conhecidos como "gatos"), arrendatário ou parceiro, para que o proprietário rural não seja indevidamente rotulado de empregador de mão-de-obra escrava, num mercado que se direciona à informalidade.

Um alerta especial para os produtores rurais em expansão de áreas na fronteira agrícola, onde é comum a contratação de mão-de-obra migrante, selecionada por "gatos". Muitos deles adiantam dinheiro para o trabalhador se deslocar da sua residência à região em que será prestado o serviço e antecipam salários, sob a forma de fornecimento de mantimentos. O trabalhador fica obrigado a permanecer no local de trabalho, pois não consegue "quitar" seus débitos junto ao "gato".

Para aumentar a percepção do legislativo federal relativamente ao trabalho informal, é necessário ampliar os efeitos da PEC para as atividades urbanas. Uma empregada doméstica, com ganho de um salário mínimo para trabalhar sete dias por semana, se desejar voltar para sua terra natal, mas não puder pagar a passagem de ônibus, não seria uma trabalhadora em regime de escravidão? O servente de pedreiro, morando na obra, em condições sub humanas, com ganho miserável, não seria ele um "escravo"? E as confecções informais "empregadoras" de imigrantes bolivianos, que chegam a trabalhar quatorze horas por dia a troco de comida? Nos atuais termos da PEC, se forem ampliados seus efeitos para o setor urbano, os bens destes "empregadores" seriam expropriados. Quem sabe, assim, os legisladores, percebendo os riscos que até pessoalmente passariam a correr, deixassem de confundir as relações trabalhistas informais, a permear por todo o País e em todos os setores, com o regime de escravidão. Sob tal percepção e com a conseqüente alteração no texto da PEC, com certeza, ao proprietário rural restaria o alívio de não vir a servir de fonte de recurso grátis para a reforma agrária. ■

LUIZ AUGUSTO GERMANI *é advogado agrário. E-mail: germani@germaninet.com.br.*



Consulte o regulamento do programa no portal bb.com.br

Programa de Relacionamento do Banco do Brasil. Quanto mais você se relaciona com o Banco do Brasil, mais você ganha pontos e tem descontos em tarifas e em taxas de juros, além de prêmios e milhas aéreas. Participe do programa mais completo do país.

bb.com.br
BB Responde 0800 785678

O tempo todo com você

DUDA







SE VOCÊ TEM UM SONHO, A GENTE QUER SONHAR JUNTO.

O Programa Petrobras Fome Zero define diretrizes e propostas de ação integradas para promover o desenvolvimento com cidadania, apoiando diversos projetos em todo o País, que vão desde educação até voluntariado. É a responsabilidade social da Petrobras garantindo uma vida mais digna para milhões de brasileiros.





Para acabar com a fome no País é preciso investir também no desenvolvimento social. É por isso que a Petrobras apóia ações de impacto, que possam transformar a vida das comunidades mais pobres do Brasil.

PROGRAMA PETROBRAS FOME ZERO
DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA

FOME ZERO

PETROBRAS
O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia

BRASIL UM PAÍS DE TODOS